

## **CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO**

## **1.1 Definição, Contexto e Relevância do Tema**

Conhecer e compreender os consumidores/clientes e os seus comportamentos turísticos é uma das tarefas centrais e um dos principais desafios de todos quantos tenham responsabilidades na área do turismo, seja ao nível da Gestão, do Marketing e ou do Planeamento Estratégico, à escala local, regional, nacional ou internacional, pública ou privada, como forma de sustentar a competitividade dos seus produtos, negócios e ou áreas destino. Nesse sentido, a análise do comportamento do consumidor assume particular relevo ao nível do turismo, como forma de consubstanciar a definição de estratégias de acção centradas numa perspectiva de satisfação do consumidor/cliente.

Portugal é, actualmente, e desde há alguns anos, um dos principais destinos turísticos europeus; mas o país apresenta ainda, no entanto, baixas taxas de gozo de férias fora da área habitual de residência. Em 2006, ano no qual a presente investigação foi realizada, cerca de metade da população portuguesa gozou férias (50,7%); mas desses portugueses, 70% permaneceu na sua área de residência, e apenas 30% dos indivíduos se deslocaram em turismo, sendo que dos que viajaram, 74,9% optaram pelo turismo doméstico (ITP, 2007). Ainda que este indicador apresente melhorias em comparação com as décadas de 70 e 80, em que se assistiu a uma contracção das férias por parte dos portugueses, após a descolonização e a Revolução de Abril (Cunha, 2000), ainda assim, há necessidade de estimular a procura turística dos portugueses, como forma de desenvolvimento, económico e social do país.

Neste sentido, é então pertinente fomentar o número de estudos na área da análise do comportamento do consumidor em Portugal; e mais ainda junto do segmento mais jovem da população, com capacidade para decidir acerca das suas férias; aqueles que são os turistas de hoje, mas também os de amanhã, e num momento em que se assiste ao

chamado “*aging boom*” (envelhecimento da população) a nível mundial, estudos deste género fazem todo o sentido.

Nesta perspectiva, esta dissertação enquadra-se na mais recente linha de estudo na área do comportamento do consumidor, ao analisar diferentes ciclos e estilos de vida, percursos individuais e experiências turísticas, por forma a definir quais as razões e os factores por detrás da participação dos indivíduos em viagens para fora da sua área de residência habitual.

A presente dissertação, realizada no âmbito do IV Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, pretende assim estudar os factores que enquadram a decisão turística primária (Um e Crompton, 1990), ou seja, a que responde à questão de se o indivíduo viaja ou não, se participa em viagens de lazer em contexto turístico, ou não. E de entre os factores ponderados, quais os que afectam a decisão de forma positiva, como alavanca da participação (facilitadores) ou de forma negativa, restringindo-a (inibidores).

A investigação assume que tais factores derivam de factos antecedentes (*cf.* Henderson, Stalnaker e Taylor, 1988 e Scott, 1991, citados por Daniels, Rodgers e Wiggins, 2005), ou seja, emergem da situação presente dos indivíduos e são concordantes também com o passado destes. Tal pressuposto é suportado pela Teoria Ecológica dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1979, 1992) e pelo conceito de “onda histórico causal” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

A distinção entre facilitadores e inibidores advém do estudo do lazer, tendo sido incorporada no âmbito mais específico do turismo pelos trabalhos de Woodside, Caldwell e Spurr (2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006). Neste sentido, esta dissertação pauta-se por explorar um tópico teórico de investigação recente, tanto mais que se trata do primeiro estudo em Portugal que analisa a dicotomia

facilitadores/inibidores, a sua interacção e que incorpora uma perspectiva ecológica e a noção de “onda histórico causal” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

A nível metodológico, também a presente investigação é concordante com os mais recentes estudos de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006), ao adoptar uma metodologia humanista (Hirschman, 1986), apoiada no método do estudo de casos (Eisenhardt, 1989; Ragin, 1994; Yin, 2003; Woodside, 2004; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

De salientar ainda que, embora a dissertação se centre na decisão associada às viagens de lazer em contexto turístico, tem em conta todas as viagens profissionais e ou as deslocações realizadas com o intuito de visitar amigos e familiares, por forma a claramente compreender toda a carreira turística (Pearce e Lee, 2005) dos respondentes.

## **1.2 Objectivos do Estudo**

O objectivo central desta dissertação é identificar os factores ponderados por parte dos jovens residentes no Sotavento algarvio aquando da decisão primária de viajar, e distinguir, de entre estes, quais são os factores facilitadores e quais são os inibidores dessa mesma decisão.

Neste sentido pretende-se atingir um maior conhecimento da forma como os portugueses, ou mais concretamente os algarvios tomam as suas decisões primárias relativas à questão de “Viajar ou não viajar?”; contribuindo assim para um maior conhecimento sobre o comportamento do consumidor em turismo a nível nacional.

Estes objectivos apontam para uma investigação exploratória, que pretende também aprofundar e desenvolver conhecimentos teóricos, ainda diminutos em termos mundiais e praticamente inexistentes em Portugal, em torno dos facilitadores e dos inibidores do

turismo. Note-se que esta perspectiva de estudo tem sido abordada essencialmente a partir dos inibidores e no âmbito das actividades de lazer em geral.

Perfila-se assim outro tipo de objectivos, puramente teóricos e que visam testar e validar o uso da Teoria Ecológica dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1979, 1992), da proposta de interacção entre facilitadores e inibidores (Phillip, 1998; Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006) e o conceito de “onda histórico causal” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) como o enquadramento teórico mais adequado para a análise do comportamento do consumidor na área do turismo.

### **1.3 Organização do Estudo**

A presente dissertação está organizada em seis capítulos.

O primeiro capítulo – “Revisão da Literatura” – começa por enquadrar em detalhe o tema em estudo, definindo em seguida os conceitos-chave de facilitadores e inibidores e o estado da arte das pesquisas realizadas em torno deste tópico de investigação no âmbito do estudo do lazer em geral e do turismo em especial.

De seguida, especificam-se as ideias base da Teoria Ecológica dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1979, 1992), da proposta de interacção entre facilitadores e inibidores (Phillip, 1998; Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006) e do conceito de “onda histórico causal” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), que são os pressupostos de enquadramento teórico da presente investigação.

A definição dos conceitos-chave e o enquadramento teórico do estudo culminam, no quarto capítulo, com a definição do modelo conceptual subjacente à investigação.

Por outro lado, uma vez que este estudo é de cariz qualitativo, apoiado no método dos estudos de caso, não são definidas hipóteses a testar, mas sim pressupostos de investigação que norteiam a actuação do investigador na definição do instrumento de

trabalho e na análise posterior dos dados. Estes pressupostos são expostos e devidamente explicitados no capítulo “Metodologia”, que corresponde à quinta parte do trabalho; enquanto que os pressupostos de investigação fazem ainda parte do capítulo quatro, intitulado “Modelo Conceptual e Pressupostos de Investigação”.

O penúltimo capítulo apresenta os “Resultados” evidenciados pelos três instrumentos de recolha de dados, ou seja, pelas entrevistas longas, pela matriz “Experiências turísticas anteriores” e pelo inquérito.

O capítulo sete é então dedicado às conclusões do estudo e à apresentação das suas limitações e sugestão de novas linhas de investigação futura.

## **CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA**

## **2.1 Análise do Comportamento do Consumidor em Turismo**

O estudo dos comportamentos turísticos insere-se no âmbito geral da análise do comportamento do consumidor, ou seja, do exame do porque é que as pessoas compram determinado produto e como tomam as suas decisões de compra (Swarbrooke e Horner, 1999). Neste sentido, o estudo do porquê e do como os indivíduos participam em actividades turísticas assume especial relevo no âmbito da análise do comportamento do consumidor em turismo.

O estudo do comportamento humano, que deriva da Filosofia e da Psicologia, tem ocupado inúmeros teóricos ao longo dos séculos. No século passado, com o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, a análise do comportamento humano passou a interessar os cientistas das áreas da Economia, Gestão e Marketing. O *focus* das pesquisas passou a ser a chamada procura de mercado, nomeadamente a forma como os indivíduos escolhem os bens e ou serviços que preferem e por isso consomem.

De acordo com Cooper, Fletcher, Wanhill e Gilbert (2001) podem distinguir-se três fases no desenvolvimento da teoria do comportamento do consumidor:

- 1) A primeira, corresponde a uma fase inicial e empírica de estudo, nos anos 30 e 40, em que se procurou descrever os efeitos das decisões dos indivíduos ao nível da distribuição e das promoções de venda;
- 2) Posteriormente, a análise do comportamento do consumidor entrou na fase da pesquisa motivacional, na década de 50, em que se procurou compreender os motivos por detrás das acções do consumidor;
- 3) A partir da década de 60, iniciou-se a fase formativa, durante a qual vários teóricos desenvolveram os chamados modelos do comportamento do consumidor.

Os modelos do comportamento do consumidor desenvolvidos desde a década de 60 podem ser agrupados em três tipos: microeconómicos, estruturais e processuais.

Os modelos microeconómicos do comportamento do consumidor, suportados pela teoria clássica da Microeconomia, baseiam-se no conceito de maximização da utilidade, com base nos atributos do produto e nos inibidores tempo, dinheiro e tecnologia (Correia e Pimpão, 2007). Como exemplo de aplicações da teoria microeconómica no turismo podem citar-se os seguintes autores: Morley (1992), Paraskevopoulos (1977), McFadden (1981), O'Hagan e Harrison (1984), Witt e Martin (1987), Lim (1997), Song e Witt (2000) (citados por Correia e Pimpão, 2007); e em Portugal também Silva (1991) e Correia (2000).

Os modelos estruturais apoiam-se em modelos econométricos, que prevêm a procura turística com base em agregações de dados. Depois dos trabalhos de Rosenberg (1956, citado por Correia e Pimpão, 2007), o modelo de intenção comportamental de Fishbein e Ajzen (1980, citado por Correia e Pimpão, 2007) é uma das aplicações mais reconhecidas na literatura do turismo.

Quanto aos modelos processuais, estes assumem a existência de um processo cognitivo e racional de decisão meramente individual, que admite uma sequência de três (pré-decisão, decisão e pós-decisão) a cinco (reconhecimento do problema, pesquisa, avaliação de alternativas, compra e avaliação pós-compra) fases. Os modelos processuais baseiam-se nos seguintes pressupostos:

1. O comportamento do consumidor implica um processo sequencial de decisão, despoletado por estímulos que suscitam no indivíduo uma qualquer necessidade que deverá ser satisfeita;
2. O comportamento é racional;

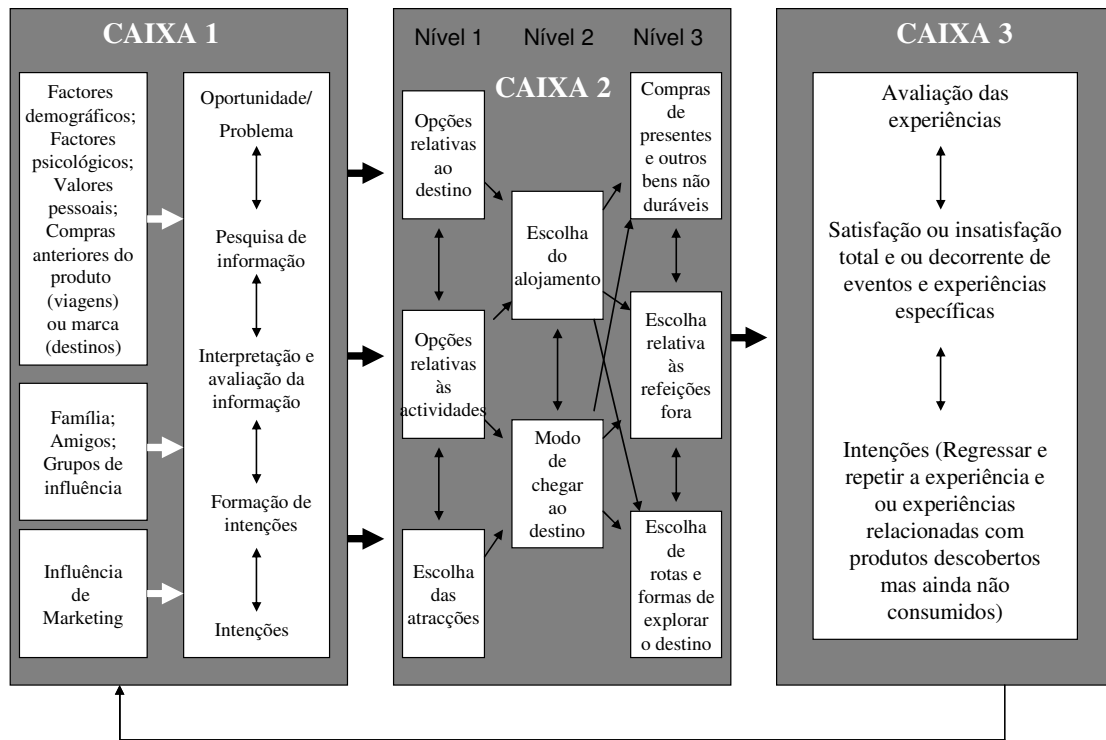
3. O processo de compra é intencional e o consumidor é um ser activo que busca informação, que avalia dados, a partir dos quais depois decide;
4. A avaliação pós-compra, medida pela satisfação/insatisfação que explicam as compras futuras.

Vários modelos processuais foram desenvolvidos no âmbito do turismo, entre os quais o de Crompton (1979), Nicosia (1966), Howard e Sheth (1969), Engel, Kollat e Blackwell (1978), Middleton (1994), Moutinho (1982, 1987), Nicolau e Más (2005), Ryan (1994), Woodside e King (2001), Woodside e Lysonski (1989), Um e Crompton (1990) (citados por Correia e Pimpão, 2007).

Nesta perspectiva, o comportamento do consumidor turista tem sido entendido como sendo resultante de um processo sequencial, dinâmico e racional, que envolve múltiplas e complexas decisões. A Figura 2.1 apresenta o sistema de compra-consumo, o qual envolve a “sequência mental e os passos observáveis que o consumidor ultrapassa no sentido da compra e uso de produtos” turísticos (Woodside e King, 2005: 67). Esta estrutura mostra de forma inequívoca a interdependência da decisão turística.

De acordo com o sistema de compra-consumo (Woodside e King, 2005), ilustrado na Figura 2.1, existem diversos factores (caixa 1) que enquadram a decisão turística. Esta temática constitui uma importante vertente de estudo da análise do comportamento do consumidor em turismo, que se tem centrado no estudo não tanto do processo de tomada de decisão, mas mais nas razões e nos factores que enquadram as decisões turísticas. A literatura tem analisado de forma independente os factores que influenciam a decisão genérica da participação, ou não participação, ou seja, a de viajar ou não viajar, e as condições que justificam a escolha dos destinos turísticos (Um e Crompton, 1990).

**Figura 2.1 – Sistema de Compra-Consumo Aplicável ao Comportamento Turístico de Lazer**



Fonte: Woodside e King (2005).

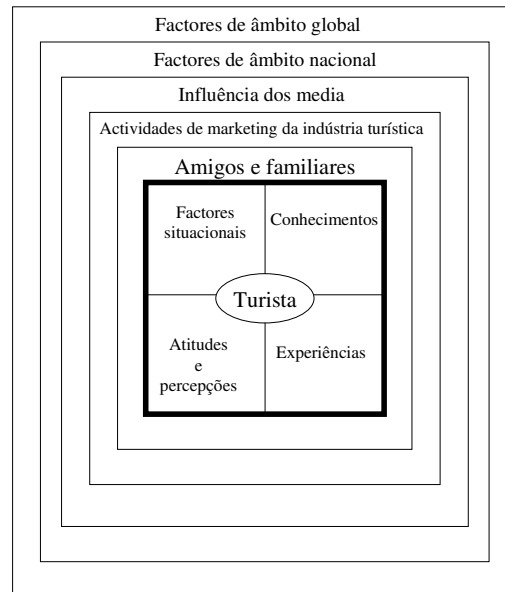
Na verdade, na base de todos os modelos de comportamento do consumidor em turismo surgem sempre como variáveis determinantes os factores que enquadram a decisão turística, os quais têm sido abordados e definidos de diferentes formas, conforme se especifica adiante. Também por esta razão a revisão de literatura realizada está orientada para os factores implicados na decisão de participar, ou não, em viagens de lazer em contexto turístico.

### 2.1.1 Estudo dos Factores Associados às Decisões Turísticas

Uma das principais distinções entre os factores associados aos comportamentos turísticos é a que diferencia os factores internos ou pessoais, intrínsecos ao indivíduo, dos externos ou extrínsecos, e por isso independentes dos indivíduos e da sua vontade.

A figura 2.2 apresenta a distinção feita entre os factores internos (no centro), e os externos (os que se vão afastando do centro consoante o grau de proximidade ao indivíduo).

**Figura 2.2 – Factores Internos e Externos**



Fonte: Swarbrooke e Horner (1999).

Outra proposta diferencia os factores “push” dos “pull” (Crompton, 1979), sendo esta uma das mais consensuais e recorrentes distinções que tem suportado vários estudos no âmbito do turismo. Os factores “push” estão associados às razões pessoais dos turistas, com especial destaque para as suas motivações; e os factores “pull” são os que estão ligados às atracções dos destinos.

Os factores “push” e “pull” têm sido estudados de forma independente entre si, os primeiros para explicar a decisão genérica de viajar; e os segundos para justificar as opções face aos destinos escolhidos pelos indivíduos (Goosens, 2000).

A Tabela 2.1 sumaria os diferentes factores “push” e “pull” enfatizados na literatura.

**Tabela 2.1 – Factores “Push” e “Pull”**

---

Factores “push”	Experimentar culturas e estilos de vida diferentes; Conhecimento; Enriquecimento intelectual pessoal; Visitar novos lugares; Divertimento; Ir a lugares onde os amigos nunca foram; Relatar as viagens aos amigos; Desenvolver relações de amizade; Ultrapassar stress; Escapar às rotinas; Descanso físico; Evitar filas e multidões; Encontrar pessoas interessantes; Desenvolver actividades diferentes; Estimular emoções e sensações; Aventura.
Factores “pull”	Gastronomia; Ambiente social; Acessibilidades; Ambiente relaxante; Segurança; Clima; Informação; Paisagem; Ambiente natural; Atrações culturais; Infra-estruturas comerciais; Vida nocturna; Infra-estruturas desportivas; Transportes; Alojamento; Praia; Hospitalidade; Exotismo; Etnicidade; Estilo de vida; Distância geográfica.

---

Fonte: Correia e Pimpão (2007).

Uma outra vertente de estudo tem vindo a constituir um corpo teórico de análise em torno desta temática na área do turismo, incorporando uma perspectiva de pesquisa desenvolvida em maior escala no âmbito do estudo do lazer em geral; tal abordagem centra-se nos factores que restringem as decisões turísticas, ou seja, nos factores inibidores da participação. Alguns autores que se inserem neste campo de análise são: Blazey (1987, 1992), Daniels *et al.* (2005), Fleischer e Pizam (2002), Gilbert e Hudson (2000), Kim e Chalip (2003), Lansing e Blood (1964, citado por Pennington-Gray e Kerstetter, 2002), McGuire (1984), Nyaupane, Morais e Graefe (2004), Pennington-Gray e Kerstetter (2002), Tian, Crompton e Witt (1996), e Turco, Stumbo e Garncarz (1998).

Mais recentemente, Raymore (2002), Um e Crompton (1990, 1992), Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) analisaram o conceito de facilitadores, explorando a dicotomia entre inibidores e

facilitadores, a sua interação e influência na decisão e nos comportamentos turísticos dos indivíduos.

O subcapítulo seguinte desenvolve pormenorizadamente os conceitos de facilitadores e inibidores do turismo.

## 2.2 Facilitadores e Inibidores

### 2.2.1 Definição dos Conceitos

Os conceitos de “inibidores” e “facilitadores” são conceitos artificiais, criados pelos investigadores sociais, para designar circunstâncias que embora existam, não são percebidas pelos indivíduos no seu dia-a-dia (Jackson, 2005).

O termo inibidor, “*constraint*” em inglês, surgiu na literatura do lazer em meados da década de 80. Até então os cientistas empregavam a terminologia “*barriers*”, literalmente barreiras, para designar os factores que afectavam a participação em actividades de lazer.

De acordo com Jackson (1997: 461), os inibidores são “os factores, assumidos pelos investigadores, vividos ou percebidos pelos indivíduos, que limitam a formação de preferências de lazer e ou proíbem/limitam a participação e conseqüentemente o desfrute” das actividades de lazer.

McGuire, Dottavio e O’Leary (1986) sugerem a distinção entre factores limitadores (“*limitors*”) e proibidores (“*prohibitors*”). Os limitadores são os factores que reduzem a participação abaixo de determinados níveis desejados pelos indivíduos; enquanto que os proibidores são os factores responsáveis pela cessação das actividades.

Numa adaptação directa da definição de Jackson (1997), Raymore (2002: 39) propõe que os facilitadores são “os factores, assumidos pelos investigadores e ou vividos ou percebidos pelos indivíduos, que concorrem para a formação de preferências de lazer e que encorajam a participação dos indivíduos em determinadas actividades”. Os facilitadores são condições que existem no contexto de vida dos indivíduos e que precipitam a sua decisão, e não devem ser confundidos com os processos através dos

quais essas condições emergem afim de motivar ou limitar o indivíduo (Raymore, 2002).

Um e Crompton (1992: 19) já haviam utilizado o termo “*facilitators*”, por oposição ao de “*inhibitors*”, sendo o conceito usado para designar os elementos que “ajudam a satisfazer os motivos específicos do potencial viajante”.

Estudos precedentes na área do turismo (Daniels *et al.*, 2005; Gilbert e Hudson, 2000; Nyaupane *et al.*, 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) assumem os facilitadores e os inibidores como sendo tri-dimensionais, de acordo com a proposta de Crawford e Godbey (1987), a saber: intrapessoais, interpessoais ou estruturais.

Os factores intrapessoais reflectem estados psicológicos, atributos individuais, e têm a ver com as características, qualidades e crenças do indivíduo (Crawford e Godbey, 1987). Estudos precedentes consideraram os seguintes factores intrapessoais:

- Personalidade (Gilbert e Hudson, 2000; Pizam, Jeong, Reichel, Van Boemmel, Lusson, Steynberg, State-Costache, Volo, Kroesbacher, Kucerova e Montmany, 2004; Plog, 1974; Powell, 1994; Raymore, 2002; Schrader e Wann, 1999);
- Motivações (Correia e Pimpão, 2007; Fodness, 1994; Kim e Chalip, 2003; Kozak, 2002; Mansfeld, 1992; Pearce e Lee, 2005; Um e Crompton, 1990, 1992);
- Sentimentos e emoções psicológicas (Daniels *et al.*, 2005);
- Medos pessoais (Blazey, 1987, 1992; Jackson, 2005; Gilbert e Hudson, 2000; McGuire, 1984; Nyaupane *et al.*, 2004; Sönmez e Graefe, 1998);
- Crenças individuais, como a auto-estima (Raymore, Godbey e Crawford, 1994; Shaw e Henderson, 2005);

- Percepção de incapacidades físicas (Blazey, 1987, 1992; Daniels *et al.*, 2005; Fleischer e Pizam, 2002; Mayo e Jarvis, 1985; McGuire, 1984; Nyaupane *et al.*, 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002);
- Percepção de incapacidades mentais (Daniels *et al.*, 2005; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Tian, Crompton e Witt, 1996);
- Percepção de resultados da participação (Driver, Brown e Peterson, 1991; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Reisinger e Mavondo, 2005; Um e Crompton, 1990, 1992).
- Experiências turísticas anteriores (Raymore, 2002).

Os factores interpessoais decorrem das interações que as pessoas estabelecem com os outros. Estudos precedentes consideraram os seguintes factores interpessoais:

- Família (Blazey, 1987, 1992; Caldwell e Baldwin, 2005; Gilbert e Hudson, 2000; McGuire, 1984; Raymore, 2002; Robertson, 1999; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Amigos (Blazey, 1987, 1992; McGuire, 1984; Raymore, 2002; Shaw e Henderson, 2005; Um e Crompton, 1992; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Companhia para viajar (Blazey, 1987, 1992; Daniels *et al.*, 2005; Fleischer e Pizam, 2002; Gilbert e Hudson, 2000; Nyaupane *et al.*, 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Estranhos (Daniels *et al.*, 2005; Raymore, 2002);
- Fornecedores dos serviços turísticos (Daniels *et al.*, 2005).

Os factores estruturais estão associados ao contexto mais lato e externo do indivíduo, e incorporam instituições físicas e sociais, organizações e sistemas ideológicos inerentes à sociedade na qual o indivíduo se insere.

Os estudos precedentes prestaram atenção aos seguintes factores estruturais:

- Dinheiro (Blazey, 1987, 1992; Fleischer e Pizam, 2002; Gilbert e Hudson, 2000; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Raymore, 2002; Shinew e Floyd, 2005; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Tempo (Gilbert e Hudson, 2000; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Factores sociodemográficos (Blazey, 1987, 1992; Caldwell e Baldwin, 2005; Crawford e Godbey, 1987; Fleischer e Pizam, 2002; Floyd, Shinew, McGuire e Noe, 1994; Gilbert e Hudson, 2000; Kim e Chalip, 2003; McGuire, 1984; Nyaupane *et al.*, 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Phillip, 1998; Raymore, 2002; Shaw e Henderson, 2005);
- Estilo de vida (González e Bello, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Saúde (Blazey, 1987, 1992; Fleischer e Pizam, 2002; Raymore, 2002);
- Infra-estruturas (Blazey, 1987, 1992; Daniels *et al.*, 2005; Fleischer e Pizam, 2002; Gilbert e Hudson, 2000; Hutchinson e Kleiber, 2005; Raymore, 2002);
- Crenças sociais (Nyaupane *et al.*, 2004);
- Eventos familiares (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);

- Eventos não familiares ou macro-eventos (Kim e Chalip, 2003; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Percepção das características dos destinos (Blazey, 1987, 1992; Fleischer e Pizam, 2002; Gilbert e Hudson, 2000; McGuire, 1984; Pearce e Lee, 2005; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Um e Crompton, 1990, 1992).

## **2.2.2 Estado da Arte**

### **2.2.2.1 O Paradigma dos Inibidores**

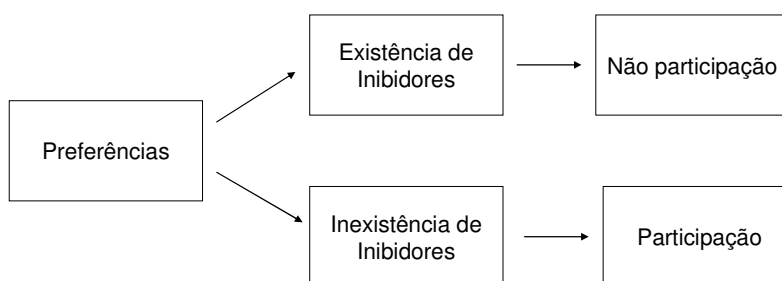
O estudo sistemático em torno dos inibidores do lazer remonta ao início da década de 80, aquando da realização das primeiras pesquisas empíricas. Alguns dos autores emblemáticos desta primeira fase são Romsa e Hoffman (1980), Boothby, Tungatt e Townsend (1981), Francken e van Raj (1981) e Witt e Gooddale (1981) (citados por Jackson, 1997).

Estas investigações iniciais caracterizaram-se por se basearem num número restrito de métodos de trabalho, essencialmente inquéritos, e assentarem exclusivamente em análises quantitativas, faltando-lhes, por outro lado, uma base de sustentação teórica.

As investigações empíricas de inícios dos anos 80 partiam de dois pressupostos: um, o de que os inibidores, ou as “barreiras”, termo usado nesse período inaugural, eram estáticos, imutáveis e um obstáculo à participação; dois, o de que a consequência directa da existência de barreiras era a não participação.

A figura 2.3 esquematiza a forma de pensar inerente a essas primeiras análises.

**Figura 2.3 – Esquema Base dos Estudos Iniciais em Torno dos Inibidores do Lazer**



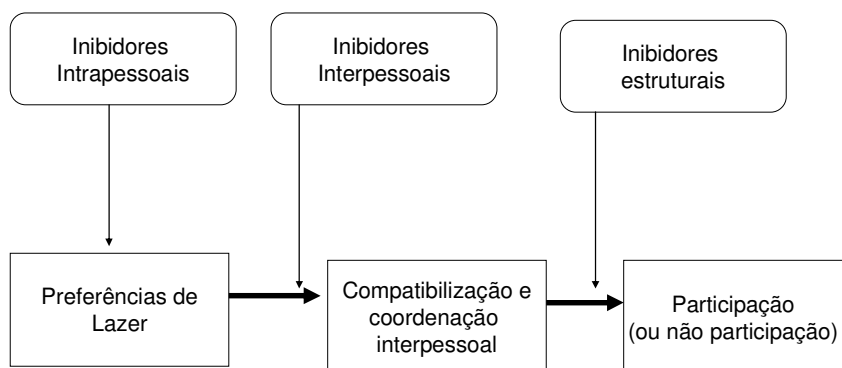
Fonte: Jackson (2005).

O período entre 1987 e 1991 constituiu, de acordo com Jackson (2005), uma fase de mudança no estudo dos inibidores do lazer, decorrente dos trabalhos de vários autores, que trabalhando individualmente e ou em conjunto, embeberam as investigações em modelos conceptuais e em novos e mais diversificados métodos de trabalho. Tais pesquisas trouxeram a sustentação teórica que faltava aos primeiros trabalhos nesta área.

O início da década de 90 reforçou assim as pesquisas na área do lazer, o que se traduziu num aumento do número de investigações realizadas em torno desta temática, sendo que foi adoptada uma nova e mais correcta linguagem conceptual e as análises passaram a ter uma base de sustentação teórica. Para tal, muito contribuíram os trabalhos e as propostas de Crawford e Godbey (1987) e posteriormente, o modelo de Crawford, Jackson e Godbey (1991).

Crawford e Godbey (1987) introduziram duas propostas inovadoras no estudo dos inibidores do lazer. Em primeiro lugar, os autores argumentaram que os inibidores afectam não só a participação, como anteriormente defendido, mas também as preferências dos indivíduos. Por outro lado, identificaram desde logo a existência de três dimensões de inibidores: intrapessoais, interpessoais e estruturais, conforme a Figura 2.4.

**Figura 2.4 - Modelo Hierárquico/Negociação**



Fonte: Gilbert e Hudson (2000).

Crawford, Jackson e Godbey (1991) apresentam o modelo hierárquico/negociação (Figura 2.4), posteriormente revisto em 1993, e que estabelece a existência de uma hierarquia sequencial e uma negociação entre as três dimensões de inibidores.

Segundo o modelo hierárquico/negociação (Crawford, Jackson e Godbey, 1991) a participação é entendida como sendo o culminar de um processo hierárquico e negocial entre inibidores, sendo que, para que o indivíduo avance no processo de decisão tem que ter ultrapassado os inibidores dos níveis anteriores.

No primeiro nível encontram-se os inibidores intrapessoais, que afectam as preferências dos indivíduos. De acordo com os autores, alguns exemplos de inibidores intrapessoais são o stress, a depressão, a intolerância, a ansiedade, as capacidades pessoais e as avaliações acerca das actividades de lazer. Na ausência ou após uma negociação dos inibidores de primeiro nível, o indivíduo ajusta os inibidores interpessoais; e por fim, são enfrentados os inibidores estruturais, que definem finalmente a participação, ou não participação, nas actividades de lazer. Recursos financeiros e disponibilidade de tempo são dois dos exemplos de inibidores estruturais propostos por Crawford, Jackson e

Godbey (1991), e sobejamente analisados em estudos posteriores, também na área do turismo.

Um dos pressupostos do modelo hierárquico/negociação é o de que a não participação é sinónimo da existência de um qualquer tipo de inibidor. Se, por outro lado, o indivíduo participa é porque conseguiu ultrapassar, através da negociação, os factores que restringiam a sua participação.

Os pressupostos apresentados por Crawford, Jackson e Godbey (1991) estão na base das pesquisas desenvolvidas a partir da década de 90, e em que a participação nas actividades de lazer é entendida como sendo a variável dependente, e os inibidores as variáveis independentes. Nesse sentido, o estudo dos inibidores do lazer ficou marcado pelo desenvolvimento de pesquisas *item-por-item* (Jackson, 1999, citado por Raymore, 2002), em torno ou dos inibidores *per si* e suas relações, ou dos inibidores que limitam determinadas actividades de lazer, com grande destaque para as actividades desportivas.

Os estudos subsequentes não reuniram, no entanto, até hoje, o consenso quanto à validação do modelo hierárquico/negociação e conduziram a resultados diversos (Nyaupane *et al.*, 2004). A validação do modelo, assumida pelo estudo de Raymore, Godbey, Crawford e von Eye (1994) não é consensual, no âmbito do estudo do lazer, e alguns estudos não o corroboraram totalmente (Alexandris e Carroll, 1997; Hawkins, Peng, Hsieh e Eklund, 1999). O facto de Raymore ter apresentado, em 2002, uma proposta teórica alternativa específica não deixa também de levantar dúvidas quanto à efectividade do modelo hierárquico/negociação, muito embora o estudo de que foi co-autora, em 1994, o tenha corroborado.

Em meados da década de 90, surgiram, por outro lado, algumas “vozes” que contestaram o modelo hierárquico/negociação e em parte também, o próprio “paradigma

dos inibidores” (Samdahl e Jekubovich, 1997). Duas das mais importantes vozes foram as de Samdahl e Jekubovich (1997). A partir de um estudo que aplicava o modelo de Crawford, Jackson e Godbey (1991), as autoras acabaram, no entanto, por discutir parte dos pressupostos inerentes ao modelo, nomeadamente o de que os inibidores eram factores insuperáveis.

Nas suas conclusões, Samdahl e Jekubovich (1997) defendem, por outro lado, que as relações sociais são, muitas vezes, mais importantes, e falam mais alto, no momento da decisão final de participar ou não, indiciando que não são os factores estruturais os que “têm a última palavra” relativamente aos comportamentos dos indivíduos, no que ao lazer diz respeito. Samdahl e Jekubovich (1997) referem o exemplo de uma esposa que assiste a um jogo de futebol na televisão, não porque aprecie o desporto em si, mas porque quer desfrutar da companhia do marido, como ilustrativo das suas conclusões.

As autoras advogam que o modelo hierárquico/negociação é restritivo, e defendem que para compreender os factores que afectam o lazer e a participação, as investigações devem ir além da limitada perspectiva dos inibidores do lazer (Samdahl e Jekubovich, 1997).

As críticas tecidas por Samdahl e Jekubovich (1997) mereceram especial atenção por parte de Jackson (1997: 459), que reconheceu algumas limitações nas conclusões iniciais que deram origem ao modelo hierárquico/negociação, em resultado da pesquisa conduzida ter sido de cariz quantitativo, tendo produzido “resultados distorcidos e interpretações imperfeitas”. O autor lembrou, no entanto, alguns dos complementos teóricos introduzidos em 1993, nomeadamente, o facto dos indivíduos recorrerem a estratégias de negociação que facilitam a sua participação em actividades de lazer, porque permitem ultrapassar os inibidores, embora estes subsistam. A redução da

participação ou alterações nos comportamentos dos indivíduos em relação àquilo que desejam são duas das estratégias possíveis.

Relativamente ao peso dos diferentes inibidores, Jackson (2005) afirma que apesar dos factores estruturais serem os que têm merecido maior atenção nos estudos desenvolvidos, são os factores intra e interpessoais os que têm maior capacidade de influência, porque mais próximos da esfera do indivíduo.

#### **2.2.2.2 Novas Perspectivas de Estudo: a Proposta de Interação entre Facilitadores e Inibidores**

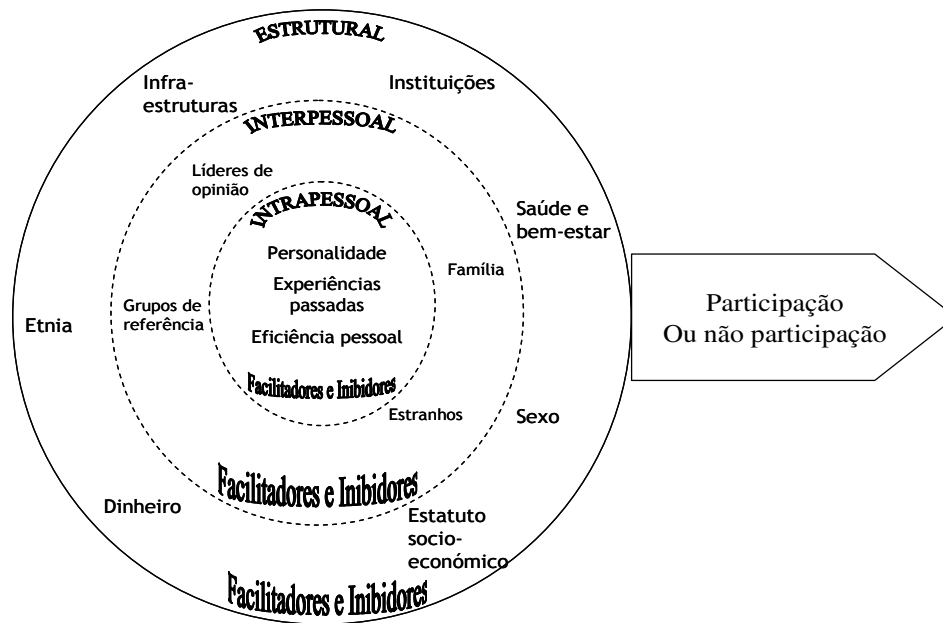
Seguindo a linha de pensamento de Samdahl e Jekubovich (1997), Raymore (2002) (re)introduz<sup>1</sup>, com o seu artigo “*Facilitators to Leisure*”, o conceito de facilitador. Mais do que um termo, a autora desenvolve um novo enquadramento teórico, assente na ideia de que existe não uma hierarquia ou uma negociação, mas uma interação entre os facilitadores e os inibidores, conforme a Figura 2.5.

A proposta de interação entre facilitadores e inibidores (Raymore, 2002) pressupõe que tais factores não se encontram em pólos opostos, mas que ambos devem ser considerados para explicar a participação, ou a não participação, uma vez que a ausência de inibidores não conduz necessariamente à adesão na actividade. A autora defende assim a existência de uma interação entre os diferentes factores, sendo que é a sua relação que está na origem dos comportamentos humanos.

---

<sup>1</sup> Considera-se que se trata de uma reintrodução do conceito uma vez que este já fora usado noutras disciplinas, conforme de resto a autora refere, e também na área do Turismo, por Pennington-Gray e Kerstetter (2002), Um e Crompton (1990, 1992).

**Figura 2.5 – Proposta de Interação entre Facilitadores e Inibidores**



Fonte: Raymore (2002).

De referir que a ideia de explorar a vertente dos factores que facilitam a participação em actividades de lazer não é totalmente original, uma vez que já alguns autores o tinham proposto, nomeadamente Gibson (1986, citado por Raymore, 2002), Greeno (1994, citado por Raymore, 2002), Um e Crompton (1990, 1992) e Mannel e Kleiber (1997, citado por Jackson, 2005).

Raymore (2002) estende a definição de Jackson (1997) para esclarecer o que são os facilitadores; e assume-os também como sendo tri-dimensionais (*cf* Figura 2.5). Os facilitadores intrapessoais compreendem as características, qualidades e crenças individuais que possibilitam ou promovem a formação de preferências de lazer e encorajam a participação; os facilitadores interpessoais dizem respeito aos indivíduos ou grupos que promovem a formação de preferências e encorajam a participação; e, os facilitadores estruturais englobam as instituições, organizações e sistema de crenças de

uma sociedade que operam a um nível externo ao indivíduo para promover a formação de preferências e encorajar a participação.

Raymore (2002) reconhece, por outro lado, desde logo, que a relevância das várias dimensões de facilitadores e inibidores varia de actividade para actividade e de indivíduo para indivíduo, e também que diferentes pessoas enfrentam diferentes facilitadores e inibidores.

Os contributos de Raymore (2002) assumem especial relevo no âmbito do estudo do lazer, por várias razões. Primeiro, porque a proposta de que as pesquisas passem a incorporar o conceito de facilitador, como complemento ao de inibidor, permite colmatar uma primeira lacuna identificada na literatura, uma vez que esta estava confinada apenas a análises dos factores restritivos da participação (Sheldon, 1996, *op. cit.* Raymore, 2002). Segundo, porque a perspectiva ecológica (Bronfenbrenner, 1979, 1992) na qual a proposta se inspira, permite ultrapassar uma outra limitação dos estudos do lazer, confinados até então a pesquisas *item-por-item* (Jackson, 1999, citado por Raymore, 2002), o que restringia esta área de estudo, impossibilitando o aparecimento de uma noção aglutinadora do próprio conceito de inibidor (Raymore, 2002).

Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) aplicaram e desenvolveram os pressupostos de Raymore (2002), tendo sugerido ainda a noção de “onda histórico causal” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), descrita no capítulo III e que serve também de base de sustentação teórica do presente estudo.

### 2.2.2.3 O Estudo dos Facilitadores e dos Inibidores no Âmbito do Turismo

A maior parte das investigações desenvolvidas em torno desta temática no âmbito do turismo são concordantes com o estudo do lazer em geral, ao terem feito prevalecer o “paradigma dos inibidores” (Samdahl e Jekubovich, 1997), e ao terem estudado tais factores dentro de determinados segmentos da população (seniores, pessoas com deficiências) ou de actividades turísticas específicas, conforme resume a Tabela 2.2.

**Tabela 2.2 – Estudos dos Inibidores do Turismo**

Seniores	Blazey (1987, 1992) Fleischer e Pizam (2002)
Pessoas com deficiências	Turco, Stumbo e Garncarz (1998) Daniels <i>et al.</i> (2005)
Turismo de Natureza	Pennington-Gray e Kerstetter (2002) Nyaupane <i>et al.</i> , (2004)
<i>Ski</i>	Gilbert e Hudson (2000)
Evento desportivo	Kim e Chalip (2003)

Fonte: Elaboração própria.

Em geral, até à data, não foi prestada muita atenção aos inibidores associados às viagens (*cf.* Pennington-Gray e Kerstetter, 2002), com excepção, desde a década de 60, para as pesquisas de Blazey (1987, 1992), Crompton (1977), Daniels *et al.* (2005), Fleischer e Pizam (2002), Gilbert e Hudson (2000), Kim e Chalip (2003), Lansing e Blood (1964, citado por Pennington-Gray e Kerstetter, 2002), Norman (1995), Nyaupane *et al.*,

(2004), Pennington-Gray e Kerstetter (2002), Turco *et al.* (1998), Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006).

Os primeiros estudos de Blazey (1987, 1992), Crompton (1977), e Lansing e Blood (1964, citado por Pennington-Gray e Kerstetter, 2002) concluíram que a falta de dinheiro, de tempo, de apoio e ou interesse familiar e uma saúde precária são os principais inibidores a influenciar a decisão de viajar.

Blazey (1987, 1992) foi um dos mais paradigmáticos autores a analisar os inibidores no âmbito da actividade turística. As suas pesquisas centraram-se no segmento sénior norte-americano e basearam-se nos estudos precedentes de McGuire (1984), desenvolvidos no âmbito do lazer. Blazey (1992) identificou 32 inibidores e concluiu que a existência de diferenças na actividade turística entre o período de pré-reforma e reforma pode ser explicado com base em duas causas: idade e envolvimento do indivíduo na força laboral.

Posteriormente, os estudos de Gilbert e Hudson (2000) e Nyaupane *et al.* (2004) recorreram ao modelo hierárquico/negociação (Crawford, Jackson e Godbey, 1991) como base teórica; sendo que estes apenas em parte comprovaram o referido modelo.

A partir de uma investigação desenvolvida acerca dos factores que impedem os não esquiadores de participar em actividades de *ski*, Gilbert e Hudson (2000) concluíram que, de facto, os inibidores intrapessoais são aqueles que primeiramente se fazem sentir, mas não encontraram evidências de que os inibidores interpessoais sejam sentidos antes dos estruturais. Os autores defenderam a necessidade de ser prestada maior atenção aos inibidores interpessoais, à semelhança do defendido por Samdahl e Jekubovich (1997); e reconheceram também, desde logo, a importância de se perceber, para além dos inibidores, também os “facilitating factors”.

Nyaupane *et al.* (2004) estudaram, posteriormente, as razões que impedem os indivíduos de participar em três actividades de turismo de natureza - *rafting*, canoagem e equitação - e compararam a existência dos três tipos de inibidores em cada uma dessas actividades. No final, concluíram que a importância dos inibidores varia de acordo com a actividade em questão: no caso do *rafting* e da equitação são os factores estruturais que exercem maior pressão, enquanto que, no caso da canoagem os inibidores intrapessoais se sobrepõem aos restantes. Estas conclusões corroboram o pressuposto de Raymore (2002) de que os factores que influenciam o comportamento são sentidos de forma diferente de actividade para actividade.

Outros autores exploraram, paralelamente, o conceito de inibidores no âmbito do turismo (Daniels *et al.*, 2005; Fleischer e Pizam, 2002; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002), embora não tendo o modelo hierárquico/negociação por base.

Fleischer e Pizam (2002) analisaram os inibidores do turismo sénior e procuraram conhecer os factores que restringem a decisão de viajar e a decisão afim, acerca de quantos dias permanecer no destino. Concluíram que os factores ponderados são diferentes em cada uma das decisões: no caso da decisão de viajar, os indivíduos são restringidos essencialmente pelo dinheiro e saúde (factores estruturais), enquanto que no caso da segunda decisão, têm em conta ainda outros factores, nomeadamente as experiências de férias anteriores (factores intrapessoais, de acordo com Raymore, 2002).

Pennington-Gray e Kerstetter (2002) identificaram 11 inibidores (três intrapessoais, três interpessoais e cinco estruturais) que condicionam a participação em viagens de lazer em contexto turístico de Natureza. Os autores concluíram que os factores que mais limitam os indivíduos são os estruturais, nomeadamente o dinheiro e o tempo; e encontraram diferenças na percepção dos inibidores em idades e ciclos de vida familiar

distintos. Pennington-Gray e Kerstetter (2002) salientaram no seu estudo também a necessidade de serem tidos em atenção os facilitadores da participação.

Daniels *et al.* (2005) esclareceram acerca dos inibidores intrapessoais, interpessoais e estruturais enfrentados por um segmento específico da população: indivíduos com deficiências físicas. Os autores concluíram que é uma inter relação, não linear, o que existe entre as três dimensões de factores. Os autores enfatizaram o facto de alguns inibidores estruturais, tais como uma inacessibilidade para alguém que viaje em cadeira de rodas, serem resolvidos por factores interpessoais, como por exemplo, uma companhia que puxa a cadeira de rodas do turista/deficiente, salientando a importância dos factores de segundo nível.

Também Turco *et al.* (1998) exploraram os inibidores sentidos por indivíduos com deficiências face a viagens inter-estados americanos; concluíram que os inibidores estão associados a questões de acessibilidade das atracções, recursos de informação, transporte e acomodação.

Mais recentemente, os estudos de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) salientam a existência de três a seis factores que enquadram a decisão de viajar, sobressaindo o dinheiro, o tempo e o estilo de vida. Os referidos trabalhos analisaram não só os inibidores do turismo, como também os facilitadores, e com base numa perspectiva abrangente, ou seja, sem especificar nenhum segmento da população nem nenhum tipo específico de turismo em particular.

### **2.2.3 Resumo**

Os facilitadores e os inibidores são os factores ou as condições, assumidos pelos investigadores, vividos ou percebidos pelos indivíduos, que viabilizam/promovem ou limitam/inibem a formação de preferências de lazer e que conseqüentemente encorajam ou proíbem/limitam a participação dos indivíduos em determinadas actividades.

Estudos precedentes assumem os facilitadores e os inibidores como sendo tri-dimensionais (Crawford e Godbey, 1987): intrapessoais, interpessoais e estruturais.

Os factores intrapessoais reflectem estados psicológicos, características psicográficas e percepções individuais; os factores interpessoais resultam da interacção e relação do indivíduo com os outros; e os factores estruturais estão relacionados com um contexto mais largo, exterior ao indivíduo, e incluem as instituições físicas e sociais, sistema de crenças sociais associado à sociedade à qual o indivíduo pertence.

O estudo do lazer, e o do turismo, tem privilegiado a pesquisa em torno dos factores que restringem a participação dos indivíduos, ou seja, os inibidores; mas, mais recentemente, surgiram propostas teóricas (Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) que incorporam também os factores que estimulam a participação (ou seja, os facilitadores) como elementos de análise na área do comportamento do consumidor em Turismo.

É nesta nova perspectiva de investigação que se enquadra a presente dissertação, cujos pressupostos teóricos são apresentados, de forma muito sintética, no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **3.1 Teoria Ecológica dos Sistemas**

A Teoria Ecológica dos Sistemas é o legado dos trabalhos de Bronfenbrenner (1979, 1992), desenvolvidos no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento Humano, e adaptada por inúmeros autores subsequentes na área da Psicologia (Berk, 2000; Henderson, 1995; Huitt, 2003).

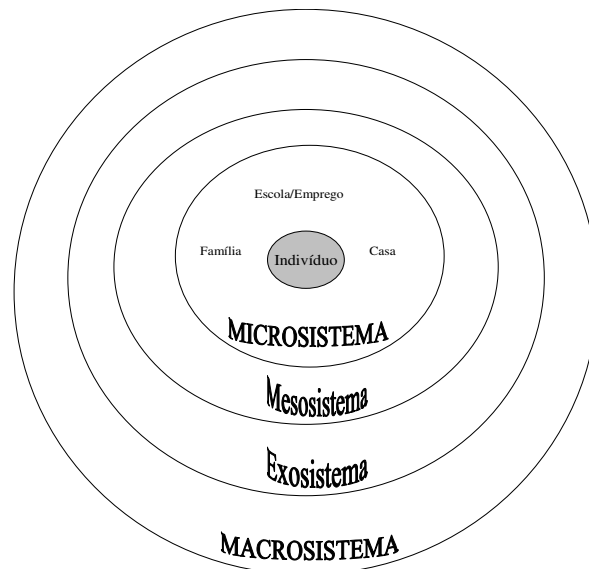
As premissas principais da Teoria Ecológica dos Sistemas foram também aplicadas por alguns cientistas sociais no âmbito do estudo do lazer (Caldwell e Darling, 1999; Meschke e Silbereisen, 1998; Raymore, 2002) e do turismo (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

A Teoria Ecológica dos Sistemas assenta na ideia base de que o investigador apenas pode conhecer o indivíduo se compreender todo o ambiente ou contexto no qual este existe e com o qual se relaciona (Raymore, 2002). A Teoria Ecológica dos Sistemas considera que o comportamento humano se desenvolve “em função da interligação dos indivíduos com os seus contextos envolventes” (Bronfenbrenner, 1979: 16).

A Figura 3.1 esquematiza os quatro sistemas ou contextos ambientais, que interagem com o indivíduo, a saber: o microsistema, o mesosistema, exosistema e o macrosistema (Bronfenbrenner, 1979).

Os contextos mais perto do indivíduo funcionam como o seu microsistema; mas o ambiente ecológico vai para além das situações imediatas que rodeiam o ser humano, e incorpora também as suas interações com os outros e até mesmo contextos que o sujeito desconhece, mas acerca dos quais ouve falar (Bronfenbrenner, 1979). O sistema complexo de interações imediatas constitui o microsistema; enquanto que o macrosistema está relacionado com padrões ideológicos e organizacionais particulares de uma determinada cultura ou subcultura (Bronfenbrenner, 1979).

**Figura 3.1 – Os Quatro Contextos com os Quais o Indivíduo Interage**



Fonte: Adaptado de Bronfenbrenner (1979).

### **Microsistema**

O microsistema é composto pelas actividades, funções, papéis e relações interpessoais experienciadas pelos indivíduos num determinado contexto com características físicas e materiais próprias (Bronfenbrenner, 1979).

As actividades, também designadas por actividades molares, são descritas por Bronfenbrenner (1979) como sendo formas particulares e presentes de comportamento, reúnem as seguintes características: um, são persistentes no tempo (distintas portanto de um acto, que é isolado); dois, são percebidas pelo indivíduo como tendo significado e importância; três, são inerentes a um sistema de tensão que impede a interrupção dessa actividade até que ela seja completada.

Relativamente ao turismo é pertinente avaliar até que ponto as viagens de lazer em contexto turístico em contexto turístico são encaradas pelos indivíduos como actividades molares, ou inversamente, apenas como actos pontuais, sem significado de maior.

Relativamente às funções e papéis desempenhados pelos indivíduos, Bronfenbrenner (1979) encara os papéis sociais como sendo um conjunto de acções e relações esperadas da parte de uma pessoa que ocupa uma posição particular na sociedade, e também dos outros em relação a essa pessoa. Os papéis são habitualmente diferenciados em função da idade, sexo, ocupação, estatuto social, etnia e religião, entre outros parâmetros.

Finalmente, de acordo com Bronfenbrenner (1979) existe uma relação interpessoal sempre que uma pessoa num determinado contexto presta atenção ou participa em actividades de outro contexto. As relações pressupõem uma interacção com outros indivíduos ou com outros contextos.

As relações que o indivíduo estabelece podem ocorrer no âmbito de um determinado contexto ou entre vários ambientes, constituindo assim também elemento do exosistema e do mesosistema, que pertencem ao microsistema.

O mesosistema compreende as inter relações entre dois ou mais contextos nos quais o indivíduo participa activamente (Bronfenbrenner, 1979). O exosistema refere-se, por outro lado, a um ou mais contextos nos quais o indivíduo não está envolvido e não participa, mas nos quais ocorrem eventos que afectam o que acontece no contexto no qual o indivíduo vive (Bronfenbrenner, 1979).

No caso dos adultos, Bronfenbrenner (1979) considera a família, o emprego e a casa como os principais contextos microsistémicos que envolvem o indivíduo. Nesse sentido, a presente investigação procura identificar: a) o ciclo familiar de vida dos entrevistados; b) as actividades profissionais por ele desempenhadas; c) as suas condições de habitação; d) e ainda as actividades extra-profissionais, realizadas, quer numa base diária ou semanal, quer aos fins-de-semana.

## **Macrosistema**

O macrosistema diz respeito às consistências e regularidades do indivíduo, e integra, por isso, sistemas de nível inferior (microsistema), na medida em que estes podem existir no seio de uma qualquer cultura, subcultura ou sociedade.

O macrosistema engloba o sistema de crenças, valores e ideologias que sublinham as semelhanças existentes no indivíduo (Bronfenbrenner, 1979) e que decorrem de aspectos culturais e sociais.

Relativamente à cultura, entenda-se o conceito na acepção de Tylor (1871, *op. cit.* Jackson, 2005 e Dubois, 2005), ou seja, como sendo um “ (...) conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a lei, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (Dubois, 2005: 174). A cultura é então “a acumulação de significados (conscientes ou inconscientes), rituais, normas e tradições partilhadas pelos membros de uma organização ou sociedade” (Solomon, 2004: 526); e nesse sentido, é informação que molda os indivíduos e antecede os factores intrapessoais, interpessoais e estruturais (Chick e Dong, 2005).

Dos aspectos sociais, pertencentes ao macrosistema, sublinham-se o estatuto socioeconómico, o sexo e as demais instituições e organizações da sociedade (Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) como elementos que determinam o comportamento dos indivíduos.

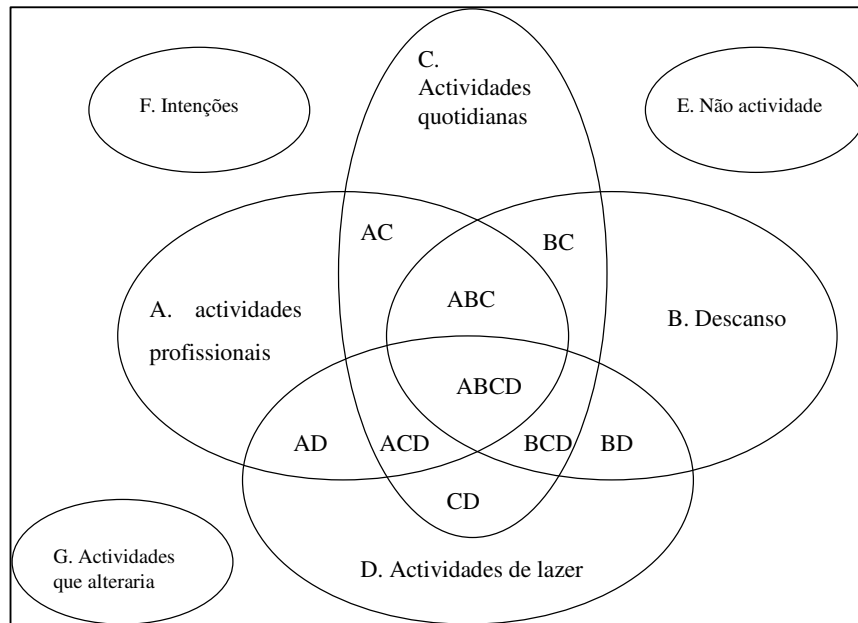
Outros investigadores sociais alargaram o conceito de macrosistema, propondo que este incorpore aspectos mais abrangentes, tais como variáveis associadas à região do Mundo em que o indivíduo se insere e a mudanças globais (Huitt, 2003), decorrentes de diferentes períodos históricos (Allen, 2002; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat,

2006). Estes aspectos não são, no entanto, abordados na presente investigação com especial detalhe.

### 3.2 O Conceito de “Onda Histórico Causal”

Com base na proposta de interacção entre facilitadores e inibidores (Phillip, 1998; Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006) e no pressuposto de que “diferentes factores facilitadores e inibidores criam caminhos distintos que induzem, ou impossibilitam, determinados resultados” (Raymore, 2002: 259), Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) definiram uma estrutura conceptual de análise (Figura 3.2), na qual se suporta um dos primeiros estudos sobre o comportamento do consumidor turista assente na Teoria Ecológica dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1979, 1992).

**Figura 3.2 – Modelo de Análise do Comportamento do Consumidor com Base na Teoria Ecológica dos Sistemas**



Fonte: Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006).

A estrutura conceptual de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) compreende a existência interactiva de quatro actividades centrais (A-D), complementadas por outras três acções (E-G): (A) actividades profissionais/trabalho (actividades relacionadas com uma profissão e que em geral constituem a fonte de rendimento do indivíduo); (B)

descanso (embora o descanso faça parte do lazer, Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) propõem que se distinga esta actividade uma vez que esta representa uma grande fatia de tempo - seis a 12 horas, dependendo das idades); (C) actividades quotidianas ou de manutenção da vida, tais como as de higiene pessoal, as de cariz sexual, alimentação, compras de rotina, procura de emprego, e ou levar os filhos à escola, entre outras; (D) actividades de lazer (que incluem as actividades turísticas); (E) a não actividade, ligada a acções realizadas de forma inconsciente ou não planeadas; (F) intenções relacionadas com as restantes actividades; (G) actividades das quais o indivíduo se arrepende ou as quais gostaria de ter feito de forma diferente.

A partir desta análise, os autores identificaram diferentes combinações de factores responsáveis por cinco tendências de comportamento turístico, conforme exposto na Tabela 3.1.

**Tabela 3.1 – Comportamentos Turísticos**

Combinação dos factores	Comportamento turístico
- Rendimentos acima da média - Percepção de disponibilidade de tempo para viajar - Estilo de vida desfavorável ao turismo	Turismo infrequente
- Reformados (disponibilidade de tempo para viajar) - Rendimentos abaixo da média	Viagens domésticas (pelo menos uma vez por ano)
- Trabalhadores activos - Rendimentos abaixo da média	Viagens domésticas frequentes
- Viagens frequentes em trabalho	Combinação de viagens profissionais e viagens domésticas e internacionais
- Reformados (disponibilidade de tempo para viajar) - Rendimentos elevados - Pessoa que responde a estímulos externos, tais como pacotes turísticos de baixo preço	Viagens domésticas e internacionais (pelo menos uma vez por ano)

Fonte: Adaptado de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006).

Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) desenvolvem ainda novas perspectivas de estudo, assentes, para além da Teoria Ecológica dos Sistemas, também nas propostas conceptuais e metodológicas de Malle (1999) e Allen (2002), e propõem o constructo de “onda histórico causal”.

O conceito de “onda histórico causal” assenta na premissa de que um certo percurso ou história pessoal (Allen, 2002), combinado com determinadas características e contextos actuais de vida dos indivíduos, induzem a emergência e o encontro de um conjunto de condições particulares, que “atingem o indivíduo no momento deste fazer uma escolha” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006: 46), influenciando a sua decisão. Os autores defendem assim que “a decisão de viajar é ditada pelo micro e macrosistema, e pela história pessoal” dos indivíduos (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006: 46).

Os autores sugerem, por outro lado, que os indivíduos só participarão em actividades de lazer e ou turísticas caso estas estejam em conformidade ou assentem que “nem uma luva” com o seu estilo de vida.

Nas suas conclusões, os autores defendem ainda a existência e interacção de múltiplos (três a seis) factores, e não apenas um, como causa da participação dos indivíduos em actividades turísticas.

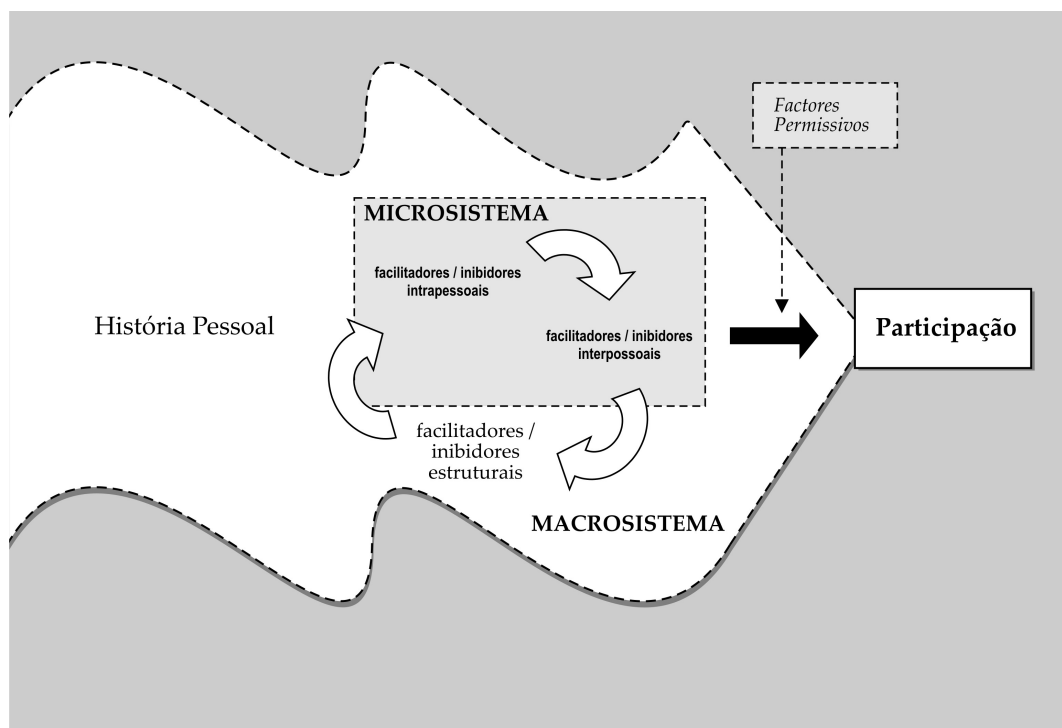
O pressuposto acima citado e as conclusões gerais dos estudos de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) são fundamentais na definição e sustentação teórica da presente investigação, conforme exposto no capítulo seguinte.

**CAPÍTULO IV. MODELO CONCEPTUAL E PRESSUPOSTOS DE  
INVESTIGAÇÃO**

#### 4.1 Modelo Conceptual

Se o comportamento humano é função da interligação entre o indivíduo e os seus contextos (cf. Bronfenbrenner, 1979, 1992), então para se compreender o comportamento do consumidor turista, bem como os factores que enquadram as decisões turísticas, é necessário conhecer toda a envolvente, presente e passada, do indivíduo.

Figura 4.1 – Modelo Conceptual



Fonte: Adaptado de Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006).

A integração de uma perspectiva ecológica (cf. Bronfenbrenner, 1979, 1992) e holística é tanto mais relevante no âmbito desta investigação quanto esta se suporta na ideia (esquematizada na Figura 4.1) de que a interacção entre as três dimensões de facilitadores e inibidores – intrapessoais, interpessoais e estruturais – existem e emergem dos contextos micro e macrosistémicos nos quais os indivíduos se inserem e

com os quais se relacionam; e derivam ainda da história pessoal (Allen, 2002; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) de cada turista.

O que se sugere de acordo com a Figura 4.1, é que o microsistema, o macrosistema, a história pessoal dos indivíduos e os “*enabling factors*” (Malle, 1999; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), literalmente factores permissivos, ou seja, que tornam possível a decisão, constituem uma “onda histórico causal” que “atinge os consumidores no momento da tomada de decisão” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006: 46). Assim, o microsistema, o macrosistema e a história pessoal dos indivíduos constituem factos antecedentes (*cf.* Henderson, Stalnaker e Taylor, 1988; Scott, 1991; citados por Daniels *et al.*, 2005) que determinam quais os facilitadores e os inibidores que o indivíduo pondera na sua decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico e que influencia também os comportamentos turísticos em geral.

Por microsistema entendem-se os contextos imediatos da pessoa; que no caso dos adultos são a família, o emprego e a casa (Bronfenbrenner, 1979); enquanto que o macrosistema é o contexto mais lato no qual o indivíduo se insere e inclui o sistema de crenças culturais e outras estruturas e instituições sociais, como sejam aspectos sociodemográficos. Neste sentido, a idade, o estado civil e o ciclo de vida familiar são elementos relevantes considerados como factos antecedentes do macrosistema, porque são estruturas sociais que determinam qual o papel dos indivíduos na sua sociedade.

Também a cultura, entendida como a “acumulação de significados (conscientes ou inconscientes), rituais, normas e tradições partilhadas pelos membros de uma organização ou sociedade” (Solomon, 2004: 526), é um facto macrosistémico relevante para compreender a decisão turística. Assim como as subculturas, neste caso a algarvia, que enquadram o indivíduo.

Do microsistema emergem os factores intra e interpessoais; do macrosistema emergem os factores estruturais (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

A história pessoal influencia a emergência de diferentes tipos de factores, sendo que este conceito inclui o percurso de vida dos indivíduos (Malle, 1999), a sua educação e formação desde a infância, e também as experiências anteriormente vividas (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), das quais se destacam as experiências turísticas passadas.

A “onda histórico causal” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) é o palco da interacção entre facilitadores e inibidores, sendo que esta pode atingir os indivíduos em qualquer momento da decisão e também mesmo durante o decorrer da actividade. Tal fora também defendido por Jackson (1991), que advoga que as barreiras e as percepções dessas barreiras [ou os inibidores e consequentemente também os facilitadores] influenciam, de forma premeditada ou não, todas as etapas do processo de tomada de decisão relativa à participação em lazer. A presente investigação, embora partindo deste pressuposto, procura analisar apenas, de forma específica, os factores ponderados na decisão primária de participar, ou não participar, em viagens de lazer em contexto turístico.

Convém salientar, desde já, que não se considera a existência de uma relação causa-efeito entre os factos antecedentes, presentes e passados, dos indivíduos e os facilitadores e inibidores por ele percebidos. O que se defende é que a interacção entre os factores ponderados, e que enquadram a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico, tem subjacente uma determinada combinação de factos, experiências e acontecimentos de vida (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

O modelo conceptual proposto encontra fundamento, para além dos trabalhos de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006), também nas propostas de outros autores no âmbito do estudo do lazer. Ao apresentar uma “perspectiva renovada” (Jackson, 2005: 133) da proposta de negociação entre os inibidores, Jackson (2005) reconhece a existência de eventos marcantes (“*marker events*”), que implicam (re)negociações entre os diferentes inibidores sentidos pelos indivíduos. Shiner e Floyd (2005) defendem, por outro lado, que as desigualdades raciais, expressas por contextos de baixos rendimentos, baixa escolarização, desemprego, e segregação social, têm consequências ao nível dos inibidores enfrentados pelas minorias raciais. Também Hutchinson e Kleiber (2005) advogam que a existência de acontecimentos, positivos ou negativos, determinam a participação ou não participação dos consumidores em actividades de lazer.

Já no âmbito do turismo, Kim e Chalip (2003), a partir de um estudo que visa explicar porque os indivíduos se deslocam para assistir aos jogos de futebol do Campeonato do Mundo da FIFA, defendem ainda que o interesse do evento e a percepção dos inibidores derivam do “background” dos indivíduos.

Relativamente aos factores intrapessoais, interpessoais e estruturais que são ponderados na decisão de viajar, o sub ponto seguinte explicita quais os que são considerados válidos pelo modelo conceptual, à luz da revisão de literatura. De salientar que a investigação assume uma perspectiva holística dos factores, sem os catalogar de imediato como facilitadores ou inibidores.

## **4.2 Facilitadores e Inibidores da Decisão de Participação em Viagens de Lazer em Contexto Turístico**

A revisão de literatura realizada, no âmbito do lazer em geral, e do turismo em especial permitiu distinguir 31 factores intrapessoais, 20 interpessoais e 22 estruturais; os quais são apresentados de forma detalhada de seguida.

### **4.2.1 Factores Intrapessoais**

Os factores intrapessoais reflectem estados psicológicos, atributos individuais, e têm a ver com as características, qualidades e crenças do indivíduo (Crawford e Godbey, 1987).

De acordo com a revisão de literatura, o modelo conceptual considera os seguintes factores intrapessoais: 1. motivações; 2. sentimentos psicológicos; 3. medos pessoais; 4. crenças individuais, nomeadamente percepções relativas à actividade turística, percepção de capacidades físicas e ou mentais, percepção das consequências da participação e de sentimentos experienciados no decorrer das actividades e percepção relativa a experiências turísticas anteriores (satisfação ou desagrado).

Alguns autores consideram a personalidade (Raymore, 2002) e as experiências do passado (Fleischer e Pizam, 2002; Raymore, 2002) como factores intrapessoais; mas, a presente investigação encara, no entanto, estes como sendo antes factos antecedentes, pertencentes ao microsistema e à história pessoal, respectivamente, e que predispõem os indivíduos a participar ou evitar determinadas actividades; pelo que estes dois factores não são tidos em conta neste sub capítulo.

#### 4.2.1.1 Motivações

As motivações são necessidades insatisfeitas, sentidas de forma intensa pelos indivíduos (Cunha, Antunes, Teixeira e Pina, 2005). As motivações são estados psicológicos de tensão, ansiedade e privação de algo, que incitam os indivíduos a adotarem determinados comportamentos que satisfaçam essas mesmas necessidades (Correia e Pimpão, 2007); e nesse sentido podem ser consideradas factores intrapessoais.

Embora não haja um entendimento teórico consensual relativamente à questão das motivações turísticas (Jafari, 1987, *op. cit.* Pearce e Lee, 2005), estas têm sido encaradas pelos modelos processuais em geral, e por alguns autores em particular (Fodness, 1994; Iso-Ahola, 1982; Kim e Chalip, 2003; Mansfeld, 1992; Um e Crompton, 1990, 1992), como sendo o ponto de partida do qual deriva o processo de decisão turística. A motivação é, por isso mesmo, frequentemente encarada como sendo o principal impulso do qual emergem as acções dos indivíduos (Fodness, 1994; Pearce e Lee, 2005), mas, no entanto, como salienta Dubois (2005: 97) “as motivações, percepções e atitudes do consumidor constituem um ponto de partida lógico mas insuficiente para explicar o seu comportamento. (...)”, pelo que devem ser conciliadas com outros factores explicativos das decisões humanas.

É nesse sentido, que a presente investigação incorpora as motivações no âmbito dos factores intrapessoais, ou seja, como mais um dos factores que determinam a decisão e os comportamentos turísticos dos indivíduos.

Esta consideração parte, por outro lado, do pressuposto de Jackson (1993), que integra as motivações dentro das razões pessoais, uma das seis<sup>2</sup> dimensões de inibidores identificadas pelo autor. Tal suposição encontra também fundamento em Um e

---

<sup>2</sup> Para além das razões pessoais, Jackson (1993) refere ainda o isolamento social, as acessibilidades, o custo, o tempo e as infra-estruturas.

Crompton (1992) que encaram as motivações como sendo facilitadores ou inibidores turísticos.

As motivações para viajar foram já amplamente identificadas e testadas por diversos autores (Correia e Crouch, 2004; Correia e Pimpão, 2007; Correia, Valle e Moço, 2007; Cunha *et al.*, 2005; Crompton, 1979; Dann, 1977, 1981; Fodness, 1994; Gnoth, 1997; Iso-Ahola, 1982; Kozak, 2002; McIntosh e Goeldner, 1990, citado por Fodness, 1994; Moutinho, 1987; Pearce e Lee, 2005; Plog, 1974; Shoemaker, 1989); e de acordo com a revisão da literatura consideram-se assim as seguintes motivações turísticas:

1. **Novidade**, ou seja, a procura de aventura e de sensações novas em viagem (Correia e Pimpão, 2007; Crompton, 1979; Crompton e McKay, 1997 citado por Cunha *et al.*, 2005; Cunha *et al.*, 2005; Dann, 1977; Pearce e Lee, 2005);

2. **Escape e relaxamento**, ou seja, o desejo de “fugir” às responsabilidades, ao stress e às rotinas do quotidiano e procurar o descanso e a descontração proporcionados pelas viagens. Este motivo foi amplamente referenciado na literatura, nomeadamente por Correia e Pimpão (2007), Crompton (1979), Crompton e McKay (1997, citado por Cunha *et al.*, 2005), Dann (1977), Fodness (1994), Kozak (2002), Iso-Ahola (1982), Pearce e Lee (2005) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006).

3. **Conhecimento**, que se traduz na necessidade de crescimento pessoal e intelectual, aumento de conhecimentos e no desejo de conhecer e conviver com culturas e estilos de vida distintos. Pearce e Lee (2005) afirmam que esta necessidade é sentida tanto por indivíduos que viajam frequentemente, como pelos que têm menos experiência turística, sendo que são os que menos participam que mais enfatizam esta necessidade. Vários outros autores (Correia e Pimpão, 2007; Crompton, 1979; Cunha *et al.*, 2005; Dann,

1981; Kim e Chalip, 2003; Kozak, 2002; Pearce e Lee, 2005) destacam este motivo como uma das principais justificações das viagens.

4. **Socialização**, ou seja, o desejo de interagir socialmente, quer com a família e ou amigos, reforçando os laços familiares e ou de amizade já existentes, quer para fazer novos amigos. Este é dos motivos mais enfatizados no âmbito do turismo (Correia e Pimpão, 2007; Crompton, 1979; Crompton e McKay, 1997, citado por Cunha *et al.*, 2005; Fodness, 1994; McIntosh e Goeldner, 1990, citado por Fodness, 1994; Moutinho, 1987; Pearce e Lee, 2005).

5. **Prestígio**, ou seja, o desejo de afirmação perante si próprio e perante os outros (Cunha *et al.*, 2005), o ir a sítios que os outros gostariam de ir (Correia e Pimpão, 2007; Crompton, 1979) e o contar acerca das viagens realizadas (Correia e Pimpão, 2007; Fodness, 1994).

6. **Busca da informalidade/desordem**. Esta sexta motivação, mencionada por Phillip (1994) e McIntosh e Goeldner (1990, citado por Fodness, 1994), apoia-se no facto dos indivíduos procurarem encontrar, nas suas viagens turísticas, lugares/contextos e situações/rotinas completamente diferentes daquelas que experimentam no dia-a-dia, nos locais de residência habitual.

7. **Exercício físico/actividade** (Fleischer e Pizam, 2002; Kozak, 2002), no sentido, em que os indivíduos, sobretudo os mais idosos, pretendem, através da participação em turismo, manter-se activos, sentindo-se assim parte integrante e útil da comunidade em que se inserem.

8. **Regressão** (Crompton e McKay, 1997 citado por Cunha *et al.*, 2005), ou seja, o desejo de reencontrar um comportamento reminiscente da juventude (Cunha *et al.*, 2005) ou reviver o passado.

Cunha *et al.* (2005) consideram ainda mais quatro motivações “push”: **reencontro com a Natureza**, ou o “desejo de contacto e de comunhão com a natureza na busca de harmonia e paz interior”; **saúde**, associado a necessidades de cura ou de manutenção da forma física e estética; **satisfação espiritual**, ou o desejo de encontrar respostas para as necessidades espirituais do indivíduo; e a vontade de **valorização profissional**.

#### **4.2.1.2 Sentimentos Psicológicos**

Crawford e Godbey (1987) identificaram desde logo alguns estados ou sentimentos psicológicos negativos, tais como a angústia, a ansiedade e a depressão, como factores que inibem a participação no lazer.

Outros autores (Powell, 1994; Schrader e Wann, 1999) enfatizaram, por outro lado, que existe uma relação entre um “psychological well-being” (Powell, 1994), literalmente bem-estar psicológico, associado a sentimentos de satisfação e contentamento para com a vida, e a participação dos indivíduos em actividades de lazer.

Nesse sentido, segundo Schrader e Wann (1999), a participação em actividades de lazer de alto risco, como por exemplo escalada, montanhismo, canoagem, *rafting*, e mergulho dependem antes de mais da busca de sensações e menos de estados depressivos; associando assim também o bem-estar psicológico à participação.

Por oposição ao bem-estar psicológico encontra-se o mal-estar psicológico, decorrente de eventos de vida negativos (Hutchinson e Kleiber, 2005), tais como a morte de um familiar, por exemplo.

#### 4.2.1.3 Medos Pessoais

O medo, enquanto estado psicológico suscitado pelo sentimento de alerta, perigo ou risco, funciona como um inibidor, amplamente citado na literatura do lazer e do turismo (Bialeschki, 2005; Blazey, 1987, 1992; Fleischer e Pizam, 2002; Gilbert e Hudson, 2000; Jackson, 2005; McGuire, 1984; Nyaupane *et al.*, 2004; Shaw e Henderson, 2005).

O medo da violência, sobretudo associado às mulheres, foi um dos factores mais explorados no âmbito do estudo do lazer, nomeadamente por Coble, Selin e Erickson, (2003), Francês (1997), James e Embrey (2001), Mustaine e Tewksbury (1998), Shaw e Whyte (1996) e Whyte e Shaw (1994) (citados por Bialeschki, 2005). O medo da violência física, da violência sexual ou da violência resultante de assaltos ou crimes são os mais referidos.

De acordo com Bialeschki (2005) as mulheres enfrentam mais o medo da violência física e sexual, nomeadamente o medo de serem vítimas de violação; enquanto que os homens temem mais a violência decorrente de assaltos e assassinatos (Ferraro, 1996, *op. cit.* Bialeschki, 2005).

O medo decorre da percepção do risco ou de ideias preconcebidas acerca da actividade ou do local onde a actividade irá decorrer, sendo que essa percepção resulta muito mais de uma construção social (Koskela, 1997, *op. cit.* Bialeschki, 2005) do que da experiência do indivíduo. Uma pessoa pode sentir medo sem nunca ter vivido ela própria um incidente violento, apenas a partir de relatos de outros indivíduos. Este sentimento decorre pois, em grande parte, da própria personalidade do indivíduo e das relações de socialização que este estabelece com os outros.

Neste sentido, a percepção de falta de segurança pessoal é, segundo Reisinger e Mavondo (2005), um dos principais inibidores das viagens internacionais. Também

Pennington-Gray e Kerstetter (2002) sugerem a questão da segurança como factor determinante da participação. E no seu estudo acerca das escolhas dos destinos turísticos, Um e Crompton (1992) também já tinham enfatizado a percepção do risco, associado sobretudo à saúde e segurança pessoal, como um dos principais inibidores do turismo. Ao pressentirem risco ou um qualquer sentimento de insegurança os indivíduos tendem a não viajar, ou a escolher destinos turísticos alternativos.

A literatura do turismo identificou dez tipos de risco associados às viagens internacionais: risco funcional, ou seja, risco de que possam existir problemas a nível organizacional da viagem, como por exemplo, não existência de reservas nos hotéis, ou cancelamento de excursões (Sönmez e Graefe, 1998); risco financeiro, ou a possibilidade da viagem não compensar o dinheiro investido (Sönmez e Graefe, 1998); risco para a saúde, ou seja, o facto do indivíduo poder vir a contrair uma doença durante a viagem (Sönmez e Graefe, 1998); risco físico, enquanto possibilidade de se magoar fisicamente durante a viagem (Sönmez e Graefe, 1998); risco de instabilidade política, ou seja, o turista ver-se envolvido em questões políticas durante a viagem (Sönmez e Graefe, 1998); risco psicológico, ou o risco do indivíduo se desapontar a si próprio (Sönmez e Graefe, 1998); risco associado à satisfação, ou a possibilidade de não ficar satisfeito com a viagem (Sönmez e Graefe, 1998); risco social, associado ao risco de desapontar os outros ao optar por viajar (Gilbert e Hudson, 2000; Shaw e Henderson, 2005, Sönmez e Graefe, 1998); risco de terrorismo, ou a possibilidade do indivíduo se ver envolvido em actos terroristas (Sönmez e Graefe, 1998); risco associado ao tempo, enquanto possibilidade do turista considerar que a viagem foi uma perda de tempo (Sönmez e Graefe, 1998).

No caso concreto do turismo, encontra-se também referência a outros tipos de medos, nomeadamente, os associados às características dos destinos (Blazey, 1992), às

actividades a realizar em viagem (Nyaupane *et al.*, 2004; Gilbert e Hudson, 2000), e medo em relação a determinados meios de transporte (Fleischer e Pizam, 2002; Blazey, 1987, 1992; McGuire, 1984).

#### **4.2.1.4 Crenças Individuais**

As crenças individuais estão relacionadas com as percepções que os indivíduos desenvolvem acerca da actividade turística, das suas (in)capacidades pessoais, físicas e mentais, acerca das consequências decorrentes da participação e dos sentimentos associados às viagens de lazer em contexto turístico e acerca de experiências turísticas anteriores.

##### **4.2.1.4.1 Percepção Acerca da Actividade Turística**

A percepção de que as viagens requerem muito planeamento (Blazey, 1992), envolvem tomar muitas decisões (Blazey, 1992; McGuire, 1984) e interrompem a rotina diária (Blazey, 1992) são três factores associados às percepções desenvolvidas em torno da actividade turística; tendo sido assumidos como inibidores da participação.

Gilbert e Hudson (2000) falam também de ideias preconcebidas decorrentes da percepção de determinadas actividades de lazer a realizar no destino turístico, nomeadamente o *ski*, como sendo acções perigosas e que requerem grande esforço físico; sendo que tal percepção individual condiciona a participação dos indivíduos nessa actividade.

#### 4.2.1.4.2 Percepção de (In)capacidades Pessoais

O sentir que o indivíduo não tem capacidade ou aptidão física (Blazey, 1987, 1992; Daniels *et al.*, 2005; Fleischer e Pizam, 2002; Jackson, 1993; Mayo e Jarvis, 1985; McGuire, 1984; McGuire, Dottavio e O’Leary, 1986; Nyaupane *et al.*, 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002) e ou mental (Daniels *et al.*, 2005; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Tian, Crompton e Witt, 1996) para participar numa determinada actividade é mais um dos factores referidos na literatura.

A percepção de incapacidades físicas é um factor mais percepcionado pelos turistas séniores, de acordo com os estudos prévios na área do lazer e do turismo (*Vide* por exemplo McGuire e Norman, 2005). Os mais idosos referem com frequência a percepção de que estão a envelhecer e que lhes falta “energia” (Blazey, 1992) natural para enfrentar o esforço físico associado à actividade turística, como um factor que restringe a sua participação (Blazey, 1987, 1992; Jackson, 1993; Jackson e Witt, 1994, citados por McGuire e Norman, 2005; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006).

Entre as percepções relativas a incapacidades mentais ou psicológicas, podem citar-se: o sentir-se incapaz de executar a actividade por falta de conhecimentos que permitam compreender o seu desenrolar (Daniels *et al.*, 2005; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Tian, Crompton e Witt, 1996), ou o não ser capaz de obter informações relativas à actividade (Daniels *et al.*, 2005; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002).

Devem ainda ter-se em atenção algumas percepções pessoais, decorrentes do macrosistema do indivíduo, como é o caso da percepção de que o indivíduo já não tem idade para se dedicar a determinada actividade (Grant, 2001, *op. cit.* McGuire e Norman, 2005) ou que a sua participação não é apropriada (Gilbert e Hudson, 2000).

De acordo com a revisão de literatura pressupõe-se ainda que a percepção de incapacidades mentais pessoais pode estar associada à percepção de que a actividade turística requer competências linguísticas, nomeadamente, o falar a língua do país a visitar ou pelo menos o saber falar inglês, e requer ainda competências de orientação, para que o indivíduo se sinta seguro. Estas percepções podem também funcionar como um inibidor do turismo e mais especificamente das viagens internacionais.

#### **4.2.1.4.3 Percepção das Consequências da Participação e de Sentimentos a Viver no Decorrer da Actividade**

Os indivíduos desenvolvem percepções acerca das consequências da sua participação em actividades de lazer e turísticas, formando ideias *a priori* acerca dos sentimentos que poderão viver no decorrer dessas mesmas actividades. Tais percepções se positivas funcionam no sentido de facilitar a decisão, se, por outro lado, forem negativas, inibem a participação.

A percepção da existência de benefícios<sup>3</sup>, ou seja, de uma “alteração percebida como vantajosa” (Driver *et al.*, 1991: 4) facilita, porque encoraja, a participação. Os benefícios do turismo estão muito ligados às motivações pessoais, descritas anteriormente.

Daniels *et al.* (2005: 924) apontam como benefício geral decorrente da participação em viagens de lazer em contexto turístico uma “satisfação associada ao fortalecimento pessoal, ganho através da experiência turística”. Os autores enunciam que, inversamente, a percepção de sentimentos de desconforto no desenrolar de uma actividade funcionam como inibidores intrapessoais.

---

<sup>3</sup> Acerca dos benefícios do lazer pode ler-se “Benefits of Leisure” (1991).

#### **4.2.1.4.4 Percepção Relativa às Experiências Turísticas Anteriores**

De acordo com a revisão da literatura, sugere-se que a satisfação decorrente de experiências turísticas anteriores pode funcionar como um facilitador; enquanto que a insatisfação pode ser um inibidor.

#### **4.2.2 Factores Interpessoais**

Os facilitadores/inibidores interpessoais decorrem das interações que os indivíduos estabelecem com os outros e incluem outros indivíduos ou grupos (Raymore, 2002), e suas influências (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

Os factores interpessoais estão associados aos grupos de referência primários, nomeadamente à família e aos amigos, mas também às pessoas que viajam com o indivíduo, doravante designados por companhia para viajar; aos estranhos ou pessoas desconhecidas para o indivíduo; e aos prestadores do serviço turístico.

##### **4.2.2.1 Grupos de Referência**

Os grupos de referência compreendem os grupos sociais com importância para os consumidores, aqueles com os quais os indivíduos se comparam na formação das suas atitudes e comportamentos (Escalas e Bettman, 2003, *op. cit.* Hsu, Kang e Lam, 2006) e com os quais partilham valores e objectivos comuns (Dubois, 2005).

Os consumidores turistas tendem a actuar de forma consistente com o grupo social com o qual se identificam e com as opiniões deste, pelo que é fundamental conhecer as suas relações e influências interpessoais (Hsu *et al.*, 2006; Um e Crompton, 1992).

Este factor assume especial relevo no âmbito do turismo, em virtude das características do produto turístico e da incerteza associada à decisão. Nesse sentido, se compreende que o “passa palavra” por parte de amigos e familiares seja a fonte de informação mais

eficaz no que toca às decisões relativas às viagens (Hsu *et al.*, 2006; Um e Crompton, 1990).

A literatura do lazer e do turismo considerou essencialmente a influência dos grupos de referência primários, ou seja, aqueles com os quais os indivíduos interagem de forma quase permanente e directa. A família e os amigos são assim os principais grupos de referência sugeridos como influenciadores das tomadas de decisão turísticas.

Estudos recentes (Korbiel, 2007) procuram desenvolver a influência de outros grupos, nomeadamente dos líderes de opinião.

#### **4.2.2.1.1 Família**

A família é o grupo de referência mais imediato dos indivíduos, uma vez que o ambiente familiar é um dos primeiros e mais importantes contextos com os quais os indivíduos interagem (Bronfenbrenner, 1979). Ainda assim, e mesmo sendo um dos mais referidos na literatura, este é um dos mais complexos factores que influenciam os comportamentos humanos em geral, e também os turísticos.

A influência da família pode ser entendida enquanto elemento da história pessoal (Allen, 2002; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), ou como um factor que o indivíduo pondera na sua decisão. A família enquanto facto antecedente da história pessoal é um aspecto enfatizado mais adiante. No pressuposto de investigação 6; enquanto factor ponderado pelo indivíduo, a família pode ser desmultiplicada em diferentes condições.

Assim, temos a participação, ou não participação familiar (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), o encorajamento (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), ou não encorajamento familiar (Crawford e Godbey, 1987), os compromissos ou responsabilidades familiares (Gilbert e Hudson, 2000; Jackson, 1993; Searle e Jackson,

1985), como por exemplo, o tomar conta dos filhos (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006); o facto de o/a esposo/a ou a família em geral não gostar ou não estar interessado/a na actividade (Gilbert e Hudson, 2000; Blazey, 1987, 1992; McGuire, 1984) e o conseqüente desinteresse familiar.

Gilbert e Hudson (2000) falam ainda no facto da família ser demasiado jovem como factor inibidor da participação em actividades de *ski*. Este facto encontra ligação com o ciclo de vida familiar dos indivíduos e a existência de filhos.

Um e Crompton (1992) sugerem ainda a aprovação social, na qual se pode inserir a aprovação familiar e ou de amigos; e outros autores (McGuire, 1984; Shaw e Henderson, 2005) a desaprovação social, como factores que influenciam a decisão de participar em actividades de lazer e ou turísticas.

#### **4.2.2.1.2 Amigos**

Os amigos são um dos principais grupos de pressão, sobretudo para os adolescentes (Caldwell e Darling, 1999).

A participação de amigos (Bungum e Vincent, 1997, *op. cit.* Raymore, 2002), ou a não participação (Blazey, 1987, 1992; McGuire, 1984) dos amigos nas actividades, a sua influência ou encorajamento (Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Bungum e Vincent, 1997, *op. cit.* Raymore, 2002), as suas opiniões acerca da actividade (Bungum e Vincent, 1997, *op. cit.* Raymore, 2002) e a sua aprovação (Um e Crompton, 1992) ou, por outro lado, a sua desaprovação (Shaw e Henderson, 2005; McGuire, 1984) são variáveis que determinam, facilitando ou restringindo, a adesão dos indivíduos a determinadas iniciativas de lazer.

A participação dos amigos é um factor com duplo sentido. Em primeiro lugar, significa existência de companhia; por outro lado, envolve partilha de experiências, que, se

positivas, funcionam como meio de encorajamento (Raymore, 2002). Este segundo sentido da participação vai de encontro ao defendido por Bronfenbrenner (1979: 13): “o estar envolvido numa actividade, ou a mera exposição [ainda que oral] a ela, impele os indivíduos a participarem também”. Por isso mesmo, também a existência de relações de amizade forte facilita a participação (Green, 1998; Shaw e Henderson, 2005; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

As relações de amizade podem ainda ser um factor ponderado, sendo sobretudo facilitador, quando o indivíduo tem amigos (e ou familiares) que residem fora da sua esfera geográfica habitual (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006). O desejo de estar com os amigos, aliado ao facto destes proporcionarem alojamento gratuito (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) é muitas vezes determinante na decisão de participação em turismo.

#### **4.2.2.2 Companhia para Viajar**

O factor companhia para viajar tem a ver com a existência ou inexistência de outra(s) pessoa(s) disponíveis para acompanharem o indivíduo na viagem.

A falta de companhia, ou seja, a ausência de outro(s) indivíduo(s) conhecido(s) que participe(m) na mesma actividade, tem sido sugerido como um dos factores mais restritivos da participação em actividades de lazer (Hutchinson e Kleiber, 2005; Jackson, 1993; McGuire, 1984; McGuire, Dottavio e O’Leary, 1986; Searle e Jackson, 1985), e também no âmbito do turismo (Blazey, 1987, 1992; Daniels *et al.*, 2005; Fleischer e Pizam, 2002; Gilbert e Hudson, 2000; Nyaupane *et al.*, 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002).

Gilbert e Hudson (2000) especificam esta ideia e apontam a falta de tempo e ou de dinheiro por parte dos companheiros como sendo também inibidores da participação.

Se a falta de companhia é um inibidor, inversamente, a presença de um/a companheiro/a constitui um facilitador da participação, de acordo com os recentes desenvolvimentos de Raymore (2002), Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006).

#### **4.2.2.3 Estranhos**

Os estranhos são todas as pessoas desconhecidas que viajam com o indivíduo e com as quais o turista terá de interagir durante a viagem (Daniels *et al.*, 2005; Raymore, 2002); podem assumir-se assim as comunidades locais de residentes nos destinos turísticos como estranhos (Daniels *et al.*, 2005), que podem exercer um poder de atracção (facilitador) ou repulsa (inibidor), de acordo com a perspectiva de cada pessoa.

Também o facto do indivíduo ter de enfrentar congestionamentos e ou filas de espera, locais onde interage com inúmeros estranhos, é apontado por Daniels *et al.* (2005) como mais um factor de ponderação.

#### **4.2.2.4 Prestadores do Serviço Turístico**

Daniels *et al.* (2005) salientam a assistência recebida pelos prestadores de serviços turísticos como sendo um facilitador da decisão por parte de indivíduos com deficiências físicas.

Ao nível da decisão primária de viajar ou não, o apoio dado e a disponibilização de informação por parte dos prestadores de serviços turísticos podem também funcionar como um factor de ponderação.

### **4.2.3 Factores Estruturais**

Os factores estruturais incorporam organizações e instituições físicas e sociais, sistemas de crenças e ideologias inerentes à sociedade na qual o indivíduo se insere (Crawford e Godbey, 1987; Raymore, 2002). Os factores estruturais são externos aos indivíduos, decorrem do seu macrosistema (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), mas exercem uma influência directa sobre a pessoa e suas decisões (Raymore, 2002).

Nesse sentido, Raymore (2002) considera na sua proposta de interacção entre facilitadores e inibidores os seguintes factores estruturais: dinheiro, infra-estruturas, instituições, etnia, sexo e estatuto sócio-económico. De acordo com o conceito de “onda histórico causal”, o modelo conceptual inerente à presente investigação advoga, no entanto, que os aspectos sociodemográficos constituem parte do macrosistema dos indivíduos, sendo factos antecedentes que determinam a emergência dos factores estruturais. Ainda assim, e pela relevância dada a este tópico pelos estudos precedentes na área do lazer, referem-se estes factores num último momento deste sub capítulo.

Consideram-se então os seguintes factores estruturais: 1. dinheiro ou factores económicos; 2. tempo disponível para viajar; 3. estilo de vida; 4. estado de saúde; 5. infra-estruturas; 6. percepção das características dos destinos; e 7. acontecimentos no destino.

#### **4.2.3.1 Dinheiro**

O dinheiro, como sinónimo de ter, ou não, capacidade financeira para participar na actividade, é um dos factores mais referidos na literatura (Blazey, 1987, 1992; Fleischer e Pizam, 2002; Gilbert e Hudson, 2000; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Raymore, 2002; Shinew e Floyd, 2005; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside,

Krauss, Caldwell e Chebat, 2006). De acordo com o modelo proposto por Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) o dinheiro é o primeiro factor que influencia os comportamentos turísticos.

O orçamento turístico depende dos rendimentos, pessoais ou familiares, auferidos; sendo que estes, por sua vez, estão intimamente ligados à educação e à participação do indivíduo na força laboral (Shinew e Floyd, 2005); assim bem ao seu estágio de vida (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006). A presença de fontes de rendimento não implica, no entanto, como consequência directa e linear, a presença do factor dinheiro, que depende também de outras condições de vida do indivíduo.

A falta de dinheiro pode, por outro lado, ser ultrapassada ou contornada. Kay e Jackson (1991, *op. cit.* Shinew e Floyd, 2005) identificaram algumas estratégias para que o indivíduo se ajuste à falta de (tempo e) dinheiro: reduzir os níveis de participação, poupar dinheiro, reduzir outros custos que não os de lazer, e ou procurar as mais baixas oportunidades de mercado.

Articulado com o factor dinheiro estão os custos associados às viagens ou “custos de participação” (Jackson, 1993, 2005), que englobam não só o custo da actividade em si, mas também outros gastos, nomeadamente com os equipamentos necessários para desenvolver a actividade. No caso do turismo, os custos associados são variados, podendo incluir despesas com a bagagem (malas e afins), alojamento, alimentação, ou com as actividades no destino, entre outros.

A necessidade de equipamento apropriado para levar a cabo uma viagem de lazer é um factor referido por Blazey (1987, 1992) e McGuire (1984) como sendo um inibidor. Também Gilbert e Hudson (2000) referem o custo elevado dos equipamentos associados à prática de *ski* como inibidor da participação dos indivíduos, que não realizam por isso

mesmo viagens de lazer em contexto turístico com essa finalidade. Assim, custos elevados ou inexistência de viagens *low-cost* tendem a restringir a participação (Gilbert e Hudson, 2000).

#### **4.2.3.2 Tempo**

O factor tempo, ou mais concretamente a sua escassez, é um dos mais referidos pela literatura do lazer (Jackson, 1993; Godbey, 2005; Hutchinson e Kleiber, 2005; McGuire, Dottavio, e O’Leary; 1986; Mayo e Jarvis, 1985; McGuire, 1984; Shaw e Henderson, 2005) e do turismo (Blazey, 1987, 1992; Gilbert e Hudson, 2000; Nyaupane *et al.*, 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Tian, Crompton e Witt, 1996; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) e um dos mais consensuais em termos da análise do comportamento do consumidor.

Depois do dinheiro, a falta de tempo é um dos mais relevantes condicionantes da participação dos indivíduos em actividades de lazer/turismo, até porque “mesmo a pessoa mais rica não tem mais de 24 horas para gastar” (Samuelson e Nordhaus, 2005: 88). Alguns autores (Henderson, Stalnaker e Taylor, 1988, *op. cit.* Raymore *et al.*, 1994) referem mesmo o tempo, ou a sua falta, como o principal inibidor da participação em actividades de lazer.

Vários factores podem ser associados à questão do tempo, ou da sua falta para viajar:

- Necessidade de trabalhar ou compromissos profissionais (Fleischer e Pizam, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006);
- Responsabilidades profissionais (McGuire e Norman, 2005; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), ou seja, o facto do

indivíduo estar demasiado envolvido com questões profissionais. Blazey (1987) fala em situações de “emprego absorvente”;

- O facto do indivíduo estar demasiado ocupado com outros compromissos (Fleischer e Pizam, 2002), nomeadamente com outros compromissos de lazer (Gilbert e Hudson, 2000) ou com assuntos mais importantes (Blazey, 1987, 1992; McGuire, 1984), nomeadamente assuntos de cariz extra-profissional.

#### **4.2.3.3 Estilo de Vida<sup>4</sup>**

O estilo de vida está relacionado com o modo de viver dos indivíduos (Lazer, 1963, *op. cit.* Dubois, 2005), ou seja, é função dos hábitos de trabalho e de lazer e da forma como os indivíduos percebem o Mundo que os rodeia e no qual se inserem (González e Bello, 2002).

O estilo de vida está assim associado a valores culturais, a padrões de consumo e a actividades, interesses e opiniões particulares; sendo que estes elementos determinam três perspectivas de análise em torno dos estilos de vida. Na presente investigação optou-se pela abordagem pelas actividades, interesses e opiniões (AIO), conforme proposto por González e Bello (2002), Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006).

Para alguns autores (González e Bello, 2002), o estilo de vida tem um maior poder explicativo da participação em lazer e turismo do que as variáveis socioeconómicas, uma vez que as orientações de lazer emergem como parte integral dos padrões de vida individuais (Haukeland, 1990).

---

<sup>4</sup> Considera-se o estilo de vida um factor estrutural, na medida em que o conceito está relacionado com elementos microsistémicos, como são as actividades realizadas pelo indivíduo, interesses e opiniões pessoais; mas também com elementos do macrosistema, como são os valores culturais e os padrões de consumo. Sendo que macrosistema engloba aspectos de nível inferior ou microsistémico (Bronfenbrenner, 1979) assim se entende a opção de considerar o estilo de vida como sendo um factor estrutural, porque mais lato e abrangente.

Assim, para alguns indivíduos as férias ou as viagens turísticas são encaradas como parte integrante e natural da sua vida, o que facilita a sua participação; enquanto que para outros, tal não acontece (Haukeland, 1990). Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) sugerem que um estilo de vida favorável ao turismo estimula a participação, por oposição, a estilos de vida desfavoráveis, como é o caso do estilo de vida centrado em actividades profissionais e ou em actividades ligadas à família, à casa e sua manutenção, que inibem a adesão em actividades turísticas. As conclusões de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) são concordantes com as de González e Bello (2002).

#### **4.2.3.4 Estado de Saúde**

O estado de saúde, ou seja, a condição ou situação objectiva e devidamente relatada, e já não apenas percebida, determina a participação, ou não participação, dos indivíduos em actividades de lazer, em geral, e em viagens de lazer em contexto turístico, em particular.

A saúde e o bem-estar permitem que os indivíduos participem na sociedade e no lazer (Raymore, 2002). Inversamente, a doença ou uma saúde débil restringem a participação, sendo a doença um dos principais inibidores dos não participantes (Haukeland, 1990).

O estado de saúde já fora anteriormente identificado por Tongren (1980), McGuire (1984), Zimmer, Brayley e Searle (1995), McGuire, Dottavio e O'Leary (1986), Jackson e Witt (1994, citado por McGuire e Norman, 2005), e Strain, Grabusic, Searle e Dunn (2002).

Também Blazey (1987, 1992) e Fleischer e Pizam (2002) nos seus estudos acerca dos seniores evidenciaram a falta de saúde e energia como factores que inibem a participação dos indivíduos em turismo.

#### **4.2.3.5 Infra-estruturas**

“Uma infra-estrutura ou existe ou não existe; se existe pode ser um facilitador, se não existe é um inibidor” (Raymore, 2002: 47). De acordo com esta linha de pensamento, e uma vez que o turismo implica primeiramente a deslocação dos indivíduos para fora da sua área de residência habitual, a existência de meios de transporte e ou de pontos de partida (como sejam centros rodoviários, linhas ferroviárias, aeroportos ou cais de embarque) serão uma das condições a ponderar na decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico, assim como o factor ligado à existência de dificuldades em chegar ao local de partida (Blazey, 1987, 1992; McGuire, 1984; Tongren, 1980).

No âmbito do turismo, este factor é especialmente relevante para determinados grupos, nomeadamente para os mais idosos, conforme enfatizado nos estudos de Fleischer e Pizam (2002) e Blazey (1987, 1992), e pessoas com deficiências físicas (Daniels *et al.*, 2005).

A existência de infra-estruturas sobrelotadas foi outro factor referido na literatura (Gilbert e Hudson, 2000; Jackson, 1993; Searle e Jackson, 1985), sendo sugerido o seu pendor restritivo na decisão.

Outros autores consideram ainda a questão dos acessos físicos às infra-estruturas. Uma dificuldade nos acessos pode funcionar como um inibidor (Daniels *et al.*, 2005; Hutchinson e Kleiber, 2005; Tian, Crompton e Witt, 1996), sobretudo para pessoas com deficiências.

Um factor afim é o da inexistência de agências turísticas ou programas adequados às necessidades dos indivíduos (Shaw e Henderson, 2005) ou inacessibilidade à informação relativa a esses mesmos programas (Blazey, 1987, 1992; McGuire, 1984).

#### **4.2.3.6 Factores Associados às Actividades ou Destinos**

Para muitos indivíduos a decisão de participação numa viagem de lazer está intimamente relacionada com um destino em concreto, e por isso, em alguns casos, as características percebidas dos destinos influenciam a própria decisão de viajar.

Neste sentido, importa realçar duas características associadas aos destinos e que têm sido evidenciadas na literatura: o clima (Pennington-Gray e Kerstetter, 2002) e a distância geográfica/conveniência (Pearce e Lee, 2005; Mayo e Jarvis, 1985; Um e Crompton, 1990, 1992).

#### **4.2.3.7 Participação em Acontecimentos no Destino**

Alguns autores (Kim e Chalip, 2003; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) relatam também a existência de acontecimentos no destino, seja de natureza familiar ou não familiar, como factores que funcionam como elementos de atracção (facilitador) ou repulsa (inibidor) das viagens turísticas.

De acordo com os estudos de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006), consideram-se os acontecimentos de natureza familiar, tais como casamentos, baptizados, festas de aniversário, e funerais.

Já os acontecimentos não familiares, tais como eventos desportivos, musicais, culturais, ou mega eventos, podem despoletar uma atenção especial por parte dos indivíduos e encorajá-los a viajar, são neste caso facilitadores; ou podem, inversamente, criar aversão

nos consumidores, que, por exemplo, não se identifiquem com o evento, funcionando este antes como um inibidor.

#### **4.2.4 Características Sociodemográficas**

As características sociodemográficas (macrosistema) designam o lugar que os indivíduos ocupam na estrutura da sociedade em que se inserem (Raymore, 2002), podendo tais atributos ser a base para a existência de condições específicas que determinam a participação, ou a não participação, dos indivíduos em viagens de lazer em contexto turístico.

Neste sentido, vários autores (Jackson e Henderson, 1995; Scott e Munson, 1994, citados por Jackson, 2005; Searle e Jackson, 1985; Shaw e Henderson, 2005) reconheceram que os aspectos sociodemográficos, nomeadamente o sexo e a idade, desempenham um papel relevante como enquadramento da tomada de decisão.

Para além do sexo e da idade, foram consideradas outras variáveis, como o ciclo de vida familiar, a ocupação profissional, a classe social/estatuto socioeconómico e a raça ou etnia.

#### **Género**

Em termos gerais, sugere-se que as mulheres enfrentam mais inibidores do que os homens (Alexandris e Carroll, 1997; Jackson e Henderson, 1995; Raymore *et al.*, 1994), estando estes factores relacionados com questões culturais (Shaw e Henderson, 2005), nomeadamente os papéis que são esperados que as mulheres desempenhem no que diz respeito à manutenção da casa e ao cuidar dos filhos (Kim e Chalip, 2003).

Raymore *et al.* (1994) sugerem que as mulheres enfrentam mais inibidores intrapessoais que os homens, mas no que diz respeito aos interpessoais não se verificam diferenças significativas.

A presente investigação não procura, no entanto, identificar as dissemelhanças existentes entre os géneros.

### **Idade**

No âmbito do lazer e do turismo, vários autores analisaram segmentos etários distintos e concluíram que os factores não são sentidos da mesma forma por indivíduos de idades diferentes (Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Gilbert e Hudson, 2000).

Os estudos realizados no âmbito dos inibidores do lazer e do turismo associados a diferentes grupos etários privilegiaram a análise em torno dos adolescentes (Caldwell e Baldwin, 2005; Cotterell, 1993, citado por Jackson, 2005; James, 2000, citado por Jackson, 2005; Caldwell e Darling, 1999; Robertson, 1999; Raymore *et al.*, 1994; Hultsman, 1992, citado por Jackson, 2005) e dos mais idosos (Blazey, 1987, 1992; Fleischer e Pizam, 2002; McGuire, 1984; McGuire, Dottavio e O'Leary, 1986).

Blazey (1992) estudou de perto o segmento sénior e o turismo e identificou 32 factores inibidores da participação deste segmento etário. Embora o autor não tenha encontrado grandes diferenças entre os comportamentos turísticos na pré-reforma e no período de reforma, indica que quando efectivamente existe uma distinção, a idade é uma das causas para tal alteração de comportamento, enfatizando assim a estreita ligação entre a idade e os comportamentos turísticos dos indivíduos.

### **Ciclo de Vida Familiar**

Este aspecto está associado à célula família e articula a idade, o rendimento individual/familiar e a companhia para participar em actividades de lazer. Segundo

Dubois (2005) este factor é um dos mais adequados para compreender as actividades de lazer. O mesmo é salientado por Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) no que diz respeito ao turismo.

No âmbito do lazer, o estudo do ciclo de vida familiar foi abordado segundo uma de duas perspectivas: uma examina os inibidores em diferentes estádios (Raymore *et al.*, 1994; McGuire, 1982, citado por Pennington-Gray e Kerstetter, 2002); a outra compara determinados inibidores em estádios de vida distintos (McGuire, Dottavio e O'Leary, 1986; Rapoport e Rapoport, 1975, citados por Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Searle e Jackson, 1985; Witt e Goodale, 1981, citados por Pennington-Gray e Kerstetter, 2002).

Gubar (1966, citado por Dubois, 2005) distinguiu nove estádios:

#### 1. Jovem celibatário que já não vive com os pais

Estes indivíduos têm rendimentos limitados, porque se encontram em início de carreira, mas usufruem de recursos financeiros suficientes que lhes permitem participar em actividades de lazer e fazer férias. Esta distinção é, no entanto, em parte, incompleta, ao não considerar os jovens solteiros que vivem em casa dos pais.

#### 2 - Jovens casados sem filhos

Gozam de rendimentos crescentes, uma vez que ambas as partes do casal exercem uma actividade profissional. Os bens duradouros (móveis, grandes electrodomésticos) e os de lazer representam uma parte importante das despesas destes indivíduos.

#### 3 - Adultos casados com filhos de menos de seis anos

A chegada do(s) filho(s) implica uma diminuição nos recursos familiares, devido a um aumento das necessidades associadas à habitação, equipamento mais completo

(lava-roupa, lava-louça), e todos os produtos inerentes ao desenvolvimento dos filhos.

#### 4 - Adultos casados com filhos de mais de seis anos

A situação financeira melhora graças à progressão profissional do agregado familiar, mas mantêm-se as despesas com os filhos.

#### 5 - Casais mais velhos com filhos a cargo

Estes indivíduos voltam a estar financeiramente à vontade, embora a educação dos filhos e a saúde de todos os membros do agregado familiar absorvam uma parte importante do orçamento.

#### 6 - Casais mais velhos, sem filhos a cargo, chefe de família em actividade

Segundo Gubar (citado por Dubois, 2005), a situação financeira atinge nesta fase o seu apogeu; é o tempo de preparar a reforma, adquirir produtos de luxo e viajar.

#### 7 - Idosos, casados, sem filhos a cargo, chefe de família reformado

O rendimento baixa bruscamente, as despesas de saúde aumentam e conseqüentemente quer pela perda de poder de compra, quer pela condição física as viagens também diminuem.

#### 8 – Idosos, só, em actividade

O rendimento ainda é elevado, sobretudo em relação às necessidades. As viagens, as actividades de lazer e as despesas de saúde ocupam, conforme os casos, um lugar preponderante.

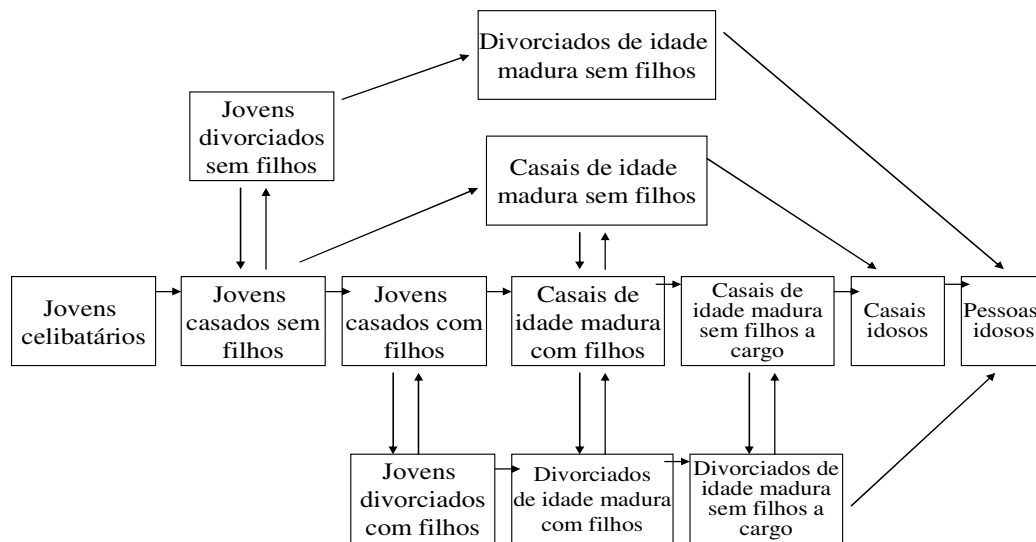
#### 9 - Idoso, só, reformado

O rendimento diminui e as necessidades são sobretudo de atenção, afecto, segurança e companhia.

Mais recentemente, Murphy e Staples (1981, citados por Dubois, 2005) propuseram um novo ciclo de vida familiar, articulado em torno de cinco estágios

principais (1. Jovens celibatários; 2. Jovens casais sem filhos; 3. Jovens pais; 4. Famílias de idade madura; 5. Agregados idosos, que compreende também os idosos que vivem sozinhos); e 13 subcategorias. A Figura 4.2 identifica os diferentes estágios do ciclo de vida segundo Murphy e Staples (1981, citado por Dubois, 2005), a qual é seguida na presente investigação, que examina em detalhe os jovens celibatários, os jovens casados sem filhos e os jovens casados com filhos.

**Figura 4.2 – Novo Ciclo de Vida Familiar**



Fonte: Dubois, 2005.

O ciclo de vida do indivíduo determina a sua situação familiar e está intimamente relacionado com a questão da companhia para viajar (factor interpessoal) e com eventuais responsabilidades e compromissos familiares (Nyaupane *et al.*, 2004; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006). A existência de filhos em idade pré-escolar, isto é, até aos seis/sete anos, constitui, segundo a literatura (Crawford e Godbey, 1987; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat,

2006), um factor de ponderação, sugerindo-se que este tem um pendor mais inibidor que facilitador. Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) sugerem os sete anos como a idade apropriada a partir da qual as crianças podem começar a viajar com os seus pais. Assim, de acordo com o autor, abaixo dos seis/sete anos os filhos funcionam como um claro inibidor; enquanto que a partir dessa idade, este factor começa a esbater-se.

Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) sugerem ainda que as famílias mono parentais tendem a funcionar como inibidores, na medida em que os compromissos familiares para o pai ou mãe encarregue do(s) filho(s) se intensificam.

No caso dos idosos, são os que vivem sós (sobretudo os que ainda estão em actividade e ou que já não têm encargos com os filhos) os que estão mais predispostos a viajar (Blazey, 1987, 1992).

### **Ocupação Profissional**

De acordo com os estudos de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) pode concluir-se que a ocupação profissional dos indivíduos determina a sua participação. Neste sentido, o ter uma ocupação profissional, o estar empregado, acarreta a existência de condições mais inibidoras do que facilitadoras, associadas em primeiro lugar, à falta de tempo, devido a períodos curtos de férias ou ao estar demasiado ocupado com questões profissionais (Jackson e Witt, 1994, *op. cit.* McGuire e Norman, 2005) e, em segundo lugar, às responsabilidades e compromissos decorrentes da actividade profissional (Jackson, 1993; Searle e Jackson, 1985; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat,

2006). Empregos absorventes restringem a participação dos indivíduos em actividades turísticas (Blazey, 1987).

O ser-se reformado é uma condição facilitadora (Blazey, 1987), na medida em que estes indivíduos dispõem de tempo para viajar e de rendimentos, ainda que inferiores aos de quando trabalhavam, mas isentos de encargos extras.

### **Classe Social/Estatuto Socioeconómico**

O estatuto social do indivíduo pode facilitar o seu acesso a certas e determinadas actividades de lazer (Robin, Souville e Griffet, 2004). Neste sentido, vários autores encontraram evidências de que os indivíduos pertencentes às classes socioeconómicas mais altas tendem a participar mais em actividades de lazer (Howard e Crompton, 1984), não só porque têm rendimentos mais elevados, mas também porque percebem menos inibidores (Raymore *et al.*, 1994; Searle e Jackson, 1985), estão mais despertos para a existência de infra-estruturas e programas de lazer (Godbey, 2005), por uma questão de status social/prestígio e devido ainda a questões socioculturais, cuja explicação radica na história pessoal dos indivíduos que pertencem a essa classe.

### **Raça ou etnia**

As diferenças raciais têm suscitado o interesse de muitos investigadores no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo nos EUA e nas áreas da educação, emprego e habitação.

No âmbito do lazer, também os factores étnicos foram evidenciados em vários estudos, entre os quais os de Floyd, Shinew, McGuire e Noe (1994), Phillip (1994, 1998) e Shinew, Floyd, McGuire e Noe (1995, 1996, citados por Shinew e Floyd, 2005); sugerindo-se que a raça está associada às preferências dos indivíduos (Phillip, 1994), e

embora existam comportamentos dissemelhantes entre diferentes grupos raciais<sup>5</sup> (Phillip, 1994, 1998), existem, no entanto, algumas similitudes de escolhas, sobretudo no seio de uma mesma classe social<sup>6</sup> (Floyd, Shiner, McGuire e Noe, 1994) ou sexo (Phillip, 1998; Shiner, Floyd, McGuire e Noe, 1995, 1996, citados por Shiner e Floyd, 2005).

Este factor só pode então ser analisado quando agregado a outros factores, nomeadamente à cultura, à classe social, ao sexo e ou à educação. O presente estudo não enfatiza, no entanto, esta variável macrosistémica.

---

<sup>5</sup> De acordo com o estudo de Phillip (1994) os americanos de raça negra preferem viajar em grupos grandes; enquanto que os brancos preferem grupos pequenos e lugares desconhecidos, sendo menos avessos ao risco.

<sup>6</sup> De acordo com o estudo de Floyd *et al.* (1994) indivíduos de raça negra e branca de classes sociais mais baixas partilham a preferência pela caça e pesca enquanto actividades de lazer.

### 4.3 Pressupostos de Investigação

De acordo com os objectivos que norteiam a presente dissertação e pelo exposto anteriormente, preconizam-se oito pressupostos de investigação, que servem de base de orientação aos desenvolvimentos realizados neste estudo, bem como à estruturação do instrumento de recolha de dados.

---

Pressuposto de investigação 1

**O microsistema influencia a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.**

---

---

Pressuposto de investigação 2

**O macrosistema influencia a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.**

---

Estes dois primeiros pressupostos de investigação encontram fundamento nos trabalhos de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006), Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) e na Teoria Ecológica dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1979, 1992).

Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) centraram a sua análise essencialmente em torno do micro e macrosistema, com ênfase para as actividades desenvolvidas pelos indivíduos, seus estilos de vida e factores sociodemográficos, nomeadamente os rendimentos dos indivíduos. As conclusões destes estudos carecem, no entanto, de validação empírica, conforme, salientado pelos próprios autores (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006).

Neste sentido, a presente investigação procura analisar os factos pertencentes ao microsistema, essencialmente os relacionados com a família, o emprego e a casa (*cf.*

Bronfenbrenner, 1979). Presta-se especial atenção ao ciclo de vida familiar dos entrevistados (Pressuposto de investigação 3), às suas condições de habitação e de trabalho, actividades profissionais e extra-profissionais.

Admite-se, com base na revisão da literatura elaborada, que diferentes estádios de vida familiar enquadram diferenças ao nível dos inibidores (Pennington-Gray e Kerstetter, 2002) e conseqüentemente também dos facilitadores, sendo este um outro pressuposto de investigação, que se pretende explorar.

---

Pressuposto de investigação 3

**Os facilitadores e os inibidores são percebidos de forma diferente em estádios de vida familiar distintos.**

---

Relativamente ao macrosistema, consideram-se aspectos relacionados com os estilos de vida, opiniões pessoais acerca do turismo, factores sociodemográficos, como a idade, o sexo, o estado civil, e o nível de escolaridade, e ainda outros demais aspectos relacionados com a cultura dos entrevistados.

Para além do micro e do macrosistema, também factos antecedentes relacionados com o percurso de vida dos indivíduos influenciam a emergência de determinados factores e condições que enquadram a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico. Deste pressuposto teórico derivam os pressupostos de investigação 4-7.

---

Pressuposto de investigação 4

**A história pessoal dos indivíduos influencia a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.**

---

Este pressuposto fundamenta-se na proposta de “onda histórico causal” e no modelo FLAG – Fits-Like-a-Glove (Allen, 2002; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), em que se enfatiza o papel preponderante do percurso de vida dos indivíduos para a compreensão e percepção inconsciente dos sentimentos, conhecimentos e acções dos indivíduos.

Conforme referido anteriormente, a história pessoal inclui factos relacionados com o *background* (Kim e Chalip, 2003; Malle, 1999) dos indivíduos, literalmente o seu percurso de vida, e experiências anteriormente vividas (Allen, 2002; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006). Assim, fazem parte dos factos antecedentes da história pessoal os contextos e outros indivíduos com os quais houve interacção no passado, nomeadamente durante a infância e adolescência, a educação, a formação académica e profissional do indivíduo, alguns acontecimentos marcantes da sua vida e as experiências vividas pelo indivíduo.

De entre as experiências vividas pelos consumidores é de realçar, no âmbito da presente investigação, as experiências turísticas passadas; sugerindo-se assim o pressuposto de investigação 5.

---

Pressuposto de investigação 5

**Experiências turísticas anteriores influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.**

---

Este pressuposto é concordante com a sugestão de Mazursky (1989), segundo a qual os comportamentos turísticos actuais são influenciados pelo número e pela natureza das experiências turísticas passadas. Indivíduos com maior experiência em viagens de lazer em contexto turístico tendem a ser mais confiantes (Sönmez e Graefe, 1998), uma vez que a experiência aumenta os conhecimentos acerca da actividade (Pearce e Lee, 2005), os sentimentos de segurança (Pinhey e Iverson, 1994; Sönmez e Graefe, 1998) e estimula as motivações e o desejo de viajar (Pearce e Lee, 2005).

Também para Mill e Morrison (1985) “as nossas experiências, e suas conseqüentes generalizações, pesam mais do que as informações que recebemos [do exterior]”; isto devido a um efeito de retroinformação (Cooper *et al.*, 2001) e ou “repetição de decisões passadas” (Jackson, 2005).

Dentro das experiências turísticas passadas, a presente investigação procura ainda explorar a importância das vivências primordiais de vida em família, ou seja, as viagens realizadas com os pais, ou por influência destes, durante a infância e a adolescência dos indivíduos como determinante da percepção dos diferentes factores. Deste pressuposto decorre o pressuposto de investigação 6.

---

Pressuposto de investigação 6

**As experiências turísticas vividas desde a infância e adolescência influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.**

---

Este pressuposto está em conformidade com as premissas do pressuposto de investigação 5 e fundamenta-se ainda na ideia de que os pais desempenham um papel importante na formação dos seus filhos quando são para eles um exemplo (Bungum e Vincent, 1997, *op. cit.* Raymore, 2002), e ou quando desempenham a função de “educadores do lazer”, proporcionando-lhes oportunidades específicas (Raymore, 2002; Robertson, 1999). Assim, a estrutura familiar, e ou o seu apoio, estão frequentemente associadas à participação em actividades de lazer e desportivas em concreto (Caldweell e Darling, 1999; Zeil, Poel, Du Bois-Reymond, Ravesloot e Meulman, 2000, citados por Robin, Souville e Griffet, 2004).

De acordo com Iso-Ahola (1982) os comportamentos de lazer [bem como os turísticos] são, em certa medida, o resultado das experiências da infância e da adolescência; daí também que o desenvolvimento de um indivíduo no seio de uma “família fértil” potencie a sua participação em actividades de lazer (Caldwell e Baldwin, 2005).

Também Grant (2001, citado por McGuire e Norman, 2005) salientara os aspectos relacionados com a questão da socialização durante a infância, e sugerira que oportunidades limitadas em estágios iniciais de vida funcionavam como inibidores que limitam o envolvimento dos indivíduos (seniores) em actividades físicas [entre as quais poderemos assumir que se enquadra também a actividade turística].

Ainda Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) sugerem que o acumular de experiências turísticas anteriores com os pais (e ou com amigos) derivam em decisões turísticas mais espontâneas.

Assim, pretende-se avaliar até que ponto a participação em viagens de lazer em contexto turístico e desde a infância e adolescência, com os pais e ou por influência destes, determina a emergência e a existência de condições mais facilitadoras do que inibidoras,

que enquadram e influenciam de forma mais positiva do que negativa as actuais decisões de participação em viagens de lazer em contexto turístico.

---

Pressuposto de investigação 7

**Acontecimentos particulares da vida dos indivíduos influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.**

---

Este pressuposto fundamenta-se na ideia de que acontecimentos de vida traumáticos, associados à perda física ou social, como por exemplo a morte de uma pessoa amada, um despedimento, um incidente traumático ou um estado de doença crónica, “criam inevitavelmente factores inibidores ao lazer” (Hutchinson e Kleiber, 2005: 137). Hutchinson e Kleiber (2005) defendem ainda que os inibidores do lazer resultantes de acontecimentos de pendor negativo caem nas três categorias de factores: intrapessoais (medos, percepções de incapacidade, percepção de estigma), interpessoais (afastamento social) e estruturais (falta de tempo, inacessibilidades físicas, recursos financeiros inadequados).

Estes acontecimentos podem, no entanto, e como também enfatizado pelos autores anteriores, funcionar antes como facilitadores ao fazer despertar nos indivíduos sentimentos de gozo da vida (Hutchinson e Kleiber, 2005), e ou estimular a vontade de fortalecer laços com familiares ou amigos e reforçar sentimentos positivos no próprio indivíduo (Calhoun e Tedeschi, 2001; Tedeschi e Calhoun, 1995; Updegraff e Taylor, 2000; Wortman e Silver, 1987; citados por Hutchinson e Kleiber, 2005).

**A decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico resulta da interação de múltiplos factores, pois que nenhuma condição é determinante ou suficiente para explicar as decisões dos indivíduos.**

---

Este pressuposto fundamenta-se nas conclusões de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Fleischer e Pizam (2002). Os primeiros advogam que o comportamento só pode ser explicado com base em múltiplos factores, e assume-se ainda que nenhum factor seja determinante e suficiente para explicar as decisões dos indivíduos. Esta conclusão é concordante, em parte, com a de Fleischer e Pizam (2002) que defendem que existem dois inibidores – dinheiro e saúde – que restringem a decisão de participar, ou não, em actividades turísticas, por parte das pessoas mais velhas. Fleischer e Pizam (2002) defendem, no entanto, que nas restantes decisões, ou pelo menos, na decisão relativa ao número de dias de férias, os séniores já são condicionados por mais factores, nomeadamente as experiências turísticas anteriores. Para Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) a própria decisão de viajar está condicionada por um mínimo de três, a seis, factores.

Decorrente do pressuposto de investigação oito inserem-se as questões centrais deste estudo, ou seja, a de (1) identificar quais os factores ponderados pelos jovens que viajam e residem no Sotavento algarvio para decidir acerca da realização de uma qualquer viagem de lazer; e (2) de entre esses factores quais são facilitadores e quais são inibidores dessa mesma decisão.

Muito embora Raymore (2002) afirme que as condições e a sua relevância diferem de actividade para actividade e de indivíduo para indivíduo, o certo é que alguns factores têm merecido maior atenção que outros nas pesquisas realizadas no âmbito do lazer em

geral e do turismo em particular. Por outro lado, de acordo com Jackson (2005), os inibidores [consequentemente também os facilitadores] não são arbitrários, pelo que podem ser encontradas linhas tendenciais de factores que expliquem a participação, e a não participação, conforme de resto anteriormente identificado por Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006).

A partir do modelo conceptual e dos pressupostos de investigação traçadas, definiu-se a metodologia, que de teor qualitativo, é explicada no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO V. METODOLOGIA**

## **5.1 Investigação Humanista e o Método do Estudo de Casos**

Os objectivos e os pressupostos de investigação definidas no capítulo anterior evidenciam que este se trata de um estudo exploratório, que pretende na prática aferir quais os facilitadores e os inibidores que enquadram a decisão de viajar dos jovens residentes no Sotavento algarvio e que participam em actividades turísticas.

Nesse sentido, a estratégia de investigação consubstanciou-se no método do estudo de casos, de acordo com a proposta de Ragin (1994) e em conformidade com as mais recentes pesquisas na área dos inibidores e facilitadores (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

Este tipo de investigação, apesar das vantagens associadas, enumeradas adiante neste sub capítulo, tem sido preterida para os métodos quantitativos, típicos do paradigma positivista, e que têm caracterizado a maior parte dos estudos no âmbito do turismo (Decrop, 1999; Riley e Love, 2000).

Ainda que as primeiras pesquisas no âmbito do estudo do turismo (Boorstin, 1964; Cohen, 1972, 1973, 1979; Graburn, 1976, 1983; MacCannell, 1973, 1976; Smith, 1977; citados por Riley e Love, 2000), em meados das décadas de 60 e 70 do século passado, tenham assentado em pressupostos qualitativos, desde finais da década de 70, que a investigação nesta área científica tem estado associada ao paradigma positivista e a análises quantitativas.

Nos finais da década de 90, alguns autores como Dann (1996), Havitz (1994), Henderson e Bedini (1995), Hollinshead (1996), Riley (1996), Walle (1997) (citados por Riley e Love, 2000) começam, no entanto, a questionar a investigação quantitativa e a explorar outras metodologias de cariz qualitativo.

Ainda assim o paradigma quantitativo é actualmente o dominante nos estudos realizados na área do turismo (Riley e Love, 2000).

A Tabela 5.1, que apresenta as metodologias usadas nos estudos realizados em torno dos inibidores e facilitadores do turismo nas últimas décadas, reflecte precisamente o estado da arte nesta matéria. De cerca de 13 artigos publicados em torno da temática em estudo, mais de metade usaram a inquirição como método de investigação. O recurso às metodologias qualitativas é, por outro lado, bem mais recente.

**Tabela 5.1 – Métodos Usados no Estudo dos Inibidores e Facilitadores do Turismo**

Tipo de investigação	Autor	Estratégia/Método
Investigação quantitativa	Blazey, 1987, 1992; Fleischer e Pizam, 2002; Kim e Chalip, 2003; Nyaupane <i>et al.</i> , 2004; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002; Tian, Crompton e Witt, 1996	Inquéritos em larga escala
	Turco <i>et al.</i> , 1998	Focus groups
Investigação qualitativa	Daniels <i>et al.</i> , 2005	Análise interpretativa, a partir de evidências documentais e de análise comparativa de padrões
	Gilbert e Hudson, 2000	Focus groups 30 Entrevistas longas e pessoais Técnica de comparação constante
	Woodside, Caldwell e Spurr, 2005	Estudo de casos
	Woodside, Caldwell e Spurr, 2006	
	Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006	

Fonte: Elaboração própria.

A opção pelas metodologias qualitativas está em conformidade com a tendência inovadora dos recentes trabalhos nesta área; e interessa por isso expor as suas principais características, de forma a que seja compreendido o porquê da sua utilização no âmbito da presente investigação.

### 5.1.1 Investigação Humanista Versus Investigação Positivista

Hirschman (1986) foi um dos principais autores a aplicar a perspectiva metodológica da investigação qualitativa no âmbito da análise do comportamento do consumidor, dando corpo ao que denominou de investigação humanista.

A Tabela 5.2 sumaria as diferenças entre a investigação humanista e a positivista; as quais inspiraram a adopção deste tipo de análise no âmbito do presente estudo.

**Tabela 5.2 – Pressupostos da Investigação Humanista por Oposição ao Positivismo**

	<b>Humanismo</b>	<b>Positivismo</b>
<b>Pressupostos teóricos</b>	Os indivíduos constroem múltiplas realidades, compreensíveis apenas através de estudos holísticos;	Só existe uma realidade, analisável através da compreensão dos vários elementos específicos e particulares que a compõem;
	Existe uma interacção entre o investigador e o tema ou fenómeno;	O investigador e os fenómenos são independentes;
	A pesquisa é direccionada para o desenvolvimento de um corpo ideográfico de conhecimento, assente em descrições detalhadas acerca do tema ou fenómeno;	A pesquisa é direccionada para propostas generalizáveis no tempo e em vários contextos;
	As causas e os efeitos do fenómeno não podem ser isolados e o investigador procura estudar a natureza do tema ou fenómeno no seu todo;	As causas e os efeitos podem ser separados e estudados isoladamente;
	A investigação é subjectiva e condicionada pelos valores do investigador, que influenciam a escolha do tema ou fenómeno, do método, dos dados a recolher, das questões a colocar e dos resultados a apresentar.	A investigação deve ser objectiva e isenta de juízos de valor por parte do investigador.

	<b>Humanismo</b>	<b>Positivismo</b>
<b>Metodologias</b>	Triangulação de fontes de informação (Notas de campo, gravações de entrevistas, artefactos, evidências documentais, observações)	Recurso a métodos quantitativos, nomeadamente inquéritos em larga escala;
	Imersão do investigador no tema ou fenómeno	A recolha de dados é feita por inquiridores que desconhecem o tema ou fenómeno, as hipóteses de trabalho, ou os objectivos de estudo.

Fonte: Adaptado de Hirschman (1986).

A investigação humanista (Hirschman, 1986) está direccionada para o estudo de fenómenos socialmente construídos, uma vez que pressupõe uma relação estreita do investigador com o fenómeno ou tema em estudo, sendo que o cientista imerge no contexto da pesquisa, e por isso a sua compreensão do tema ou fenómeno advém da sua experiência directa e interpretação.

O turismo, os comportamentos turísticos e a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico são antes de mais fenómenos sociais, como de resto as conclusões deste estudo o comprovam, que pressupõem uma interacção entre os indivíduos e uma experiência também ela qualitativa, que só pode ser compreendida se o investigador apreender o fenómeno no seu todo, ou seja, se conhecer o contexto no qual tais experiências, comportamentos e decisões são tomadas (*cf.* Bronfenbrenner, 1979, 1992). Tal compreensão só pode ser atingida dando voz ao próprio participante e ouvindo os seus testemunhos. Assim, a natureza da actividade turística, precisamente de cariz social, enquadra-se nas orientações humanistas, pelo que se considera que este tipo de pesquisa pode ser adoptado no âmbito da análise do comportamento do consumidor turista, conforme realizado por estudos precedentes (Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

A opção pelas metodologias qualitativas neste estudo prende-se então com o facto de se considerar que esta é a estratégia que melhor se adequa à natureza da questão em análise e a mais apropriada tendo em conta o modelo conceptual estabelecido, que pressupõe desde logo uma visão holística dos indivíduos e seus contextos de vida, presentes e passados.

Os estudos de cariz qualitativo apresentam também, por outro lado, a vantagem de se adequarem a investigações em torno de tópicos para os quais ainda não existe um conhecimento muito alargado (Marshall, 1985a, 1987, citado por Ragin, 1994). Neste sentido, a escolha das metodologias qualitativas faz todo o sentido no âmbito da presente investigação, uma vez que esta é a primeira a incorporar a perspectiva ecológica no âmbito do estudo do turismo em Portugal, e mais concretamente, no Sotavento algarvio, e o primeiro esforço empírico de analisar em detalhe os facilitadores e os inibidores implicados na decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico, dentro e fora do nosso país.

### **5.1.2 O Método do Estudo de Casos**

O método do estudo de casos é, pela especificidade da metodologia subjacente, descrita neste sub ponto, como uma das estratégias de investigação qualitativa mais adequadas para encetar investigações exploratórias (*cf.* Ragin, 1994) e analisar fenómenos de cariz social (Hirschman, 1986).

O estudo de casos é uma estratégia de investigação cujo enfoque é a compreensão das dinâmicas presentes num determinado contexto, sendo apropriada quando aplicada em novas áreas ou temas de pesquisa (Eisenhardt, 1989), nomeadamente quando se trata de definir tópicos de investigação extensos, compreender contextos ou condições de

multivariáveis complexas e ainda no caso de pesquisas que requeiram várias fontes de evidência empírica (Yin, 2003).

Yin (2003) propõe uma definição afim à de Eisenhardt (1989), segundo a qual o estudo de casos é um tipo de pesquisa empírica que investiga fenómenos contemporâneos, dentro de contextos reais de vida, e que é aplicável sobretudo a fenómenos e ou contextos cujas fronteiras não são ainda conhecidas ou que não estão bem definidas.

Aplicando a definição de Yin (2003) temos que o estudo de casos é adequado aos propósitos da presente investigação pois que se investiga um fenómeno contemporâneo - a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico, inerente e indissociável de qualquer comportamento turístico; dentro de um contexto real de vida – espacial e geograficamente delimitado ao Sotavento algarvio; e aplicável a fenómenos e ou contextos cujas fronteiras não são ainda conhecidas ou que não estão bem definidas – tal é o caso dos factores, e mais concretamente dos facilitadores, que enquadram a decisão em estudo, uma vez que deles à partida apenas temos um conhecimento reduzido, decorrente da análise da literatura realizada, mas que carece de validação empírica, a qual consubstancia a realização do presente estudo.

O estudo de casos implica então a análise detalhada de uma entidade claramente definida, que pode ser apenas um indivíduo (Lourenço, 2007), um grupo (Bettenhausen e Murnighan, 1986; Gersick, 1988; citados por Eisenhardt, 1989), um qualquer fenómeno (Allisson, 1971, citado por Eisenhardt, 1989), uma empresa (Mintzberg e McHugh, 1985; Mintzberg e Waters, 1982; citados por Eisenhardt, 1989), várias organizações (Eisenhardt e Bourgeois, 1988; Harris e Sutton, 1986, citados por Eisenhardt, 1989), ou ainda uma decisão (Pettigrew, 1973, citado por Eisenhardt, 1989), entre outros tópicos de investigação.

Assim, o estudo de casos pode ser aplicado a apenas um único caso ou a múltiplos.

No que diz respeito à presente pesquisa, esta envolveu múltiplos casos, denominados por perfis, tratando-se de um estudo de casos colectivo (Stake, 1995), ou seja, a investigação recorreu a vários casos, afim de, pela comparação dos mesmos, chegar a conclusões válidas no âmbito do contexto analisado: o Sotavento algarvio.

O Sotavento algarvio constituiu precisamente o contexto natural em que a investigação foi desenvolvida, sendo que esta é mais uma das características inerentes ao estudo de casos.

A importância da pesquisa ser desenvolvida no contexto natural dos indivíduos advém do facto deste ser o espaço, o tempo e ou as condições que envolvem e enquadram a entidade em estudo (Riley e Love, 2000) e o ambiente no qual as variáveis em análise operam (Wilson, 1977, *op. cit.* Ragin, 1994); sendo tal envolvente determinante para a compreensão e interpretação do tema e ou fenómeno porque o influencia.

Esta premissa metodológica vai precisamente ao encontro do modelo conceptual delineado anteriormente, pelo que mais uma vez se justifica o recurso a este tipo de abordagem qualitativo humanista.

Finalmente, o estudo de casos pressupõe o recurso a várias fontes de dados e implica diversos métodos de recolha de informação, que podem ser tanto de natureza qualitativa como quantitativa (Eisenhardt, 1989).

Este ponto assume particular relevância no âmbito das investigações qualitativas em geral, pois que o recurso a várias fontes de dados permite colmatar algumas das limitações inerentes a este tipo de metodologia.

As técnicas qualitativas são frequentemente alvo de crítica, devido essencialmente a aspectos relacionados com a falta de rigor e de credibilidade metodológica (Decrop, 1999), decorrente do facto destas investigações usarem amostras pequenas, que não

permitem uma extrapolação generalizada dos resultados encontrados, e das conclusões tiradas derivarem de uma interpretação por parte do investigador.

Vários autores (Decrop, 1999; Denzin, 1978; Eisenhardt, 1989; Hartmann, 1988; Hirschman, 1986; Whyte, 1979, 1980 e Whyte e Whyte, 1984, citados por Hartmann, 1988) defendem como forma de corroborar e validar os resultados e conclusões decorrentes de investigações qualitativas, o recurso ao método da **triangulação**.

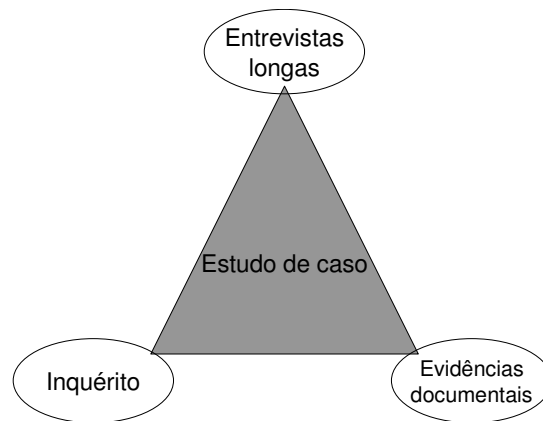
A triangulação implica compreender um tema ou fenómeno, ou uma qualquer questão de pesquisa, a partir de três fontes diferentes e independentes (Decrop, 1999).

De acordo com Denzin (1978), existem quatro tipos de triangulação:

1. Triangulação de dados, que envolve o uso de vários tipos de evidências empíricas;
2. Triangulação de métodos, que implica o recurso a diferentes técnicas, tanto qualitativas como quantitativas; sendo que estas devem ser encaradas como métodos complementares de pesquisa (Decrop, 1999; Eisenhardt, 1989);
3. Triangulação de investigadores, que consiste em usar diferentes pessoas ou *experts* na interpretação de um mesmo tema ou fenómeno;
4. Triangulação teórica, que envolve o recurso a diferentes perspectivas para interpretar um mesmo tema ou fenómeno.

A triangulação pode ser considerada em todo o processo de pesquisa, mas é na análise dos dados que ela mais compensa (Patton, 1990, *op. cit.* Decrop, 1999). De acordo com este pressuposto, privilegiou-se na presente investigação a triangulação de dados (Denzin, 1978), conforme demonstra a Figura 5.1.

**Figura 5.1 – Triangulação de Dados**



Fonte: Elaboração própria.

O estudo apoiou-se no essencial, na análise das transcrições de 48 entrevistas longas, articuladas com evidências documentais, recolhidas a partir do preenchimento de uma matriz, e com as respostas a um inquérito em torno dos factores implicados na decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.

## 5.2 Procedimento Metodológico

A presente investigação seguiu em geral o procedimento metodológico inerente ao método do estudo de casos, conforme sumariado na Tabela 5.3; e descrito pormenorizadamente neste sub capítulo.

**Tabela 5.3 – Procedimento Metodológico do Método do Estudo de Casos**

Fase	Actividades envolvidas
1 – Inicial	Definição do problema e das questões de investigações Identificação de constructos
2 - Selecção dos casos	Não visa testar hipóteses, mas antes analisar uma população específica Amostragem teórica, e não aleatória
3 - Desenho de instrumentos e protocolos	Múltiplos métodos de recolha de dados Combinação de dados qualitativos e quantitativos Múltiplos investigadores
4 - Trabalho de campo	Métodos de recolha de dados flexíveis e oportunos
5 - Análise dos dados	Análise de cada caso individualmente ( <i>Within-case analysis</i> ) Busca de padrões ou semelhanças entre os vários casos analisados
6 – Definir hipóteses	Validar conclusões
7 – Envolver a literatura	Comparar os resultados obtidos com a revisão de literatura
8 – Finalizar	Saturação teórica se possível

Fonte: Eisenhardt (1989).

### 5.2.1 Fase Inicial ou Exploração

O estudo de casos pressupõe um início dos trabalhos semelhante ao positivismo, subentendendo-se então uma exploração inicial do tema, que se traduz na definição das questões de pesquisa e especificação de conceitos-chave que suportem a investigação.

Esta etapa não culmina, no entanto, com uma definição clara de hipóteses a testar, para que os resultados não sejam condicionados à partida (Eisenhardt, 1989). Nesse sentido,

os primeiros capítulos da presente dissertação culminam antes com a apresentação de oito pressupostos de investigação, que orientam o estudo, e com a definição da respectiva estrutura teórico conceptual de base.

A fase de exploração iniciou-se em Abril de 2006, com a selecção do tema a abordar. As questões iniciais decorreram da pertinência da questão em torno dos factores envolvidos na decisão de viajar, evidenciada na literatura consultada e à luz dos mais recentes desenvolvimentos na área do comportamento do consumidor em turismo; a especificação do tema surgiu a partir da análise crítica dos trabalhos de Raymore (2002), Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006).

A fase subsequente compreendeu a recolha de dados secundários considerados relevantes, a nível internacional e nacional, acerca do tópico em estudo, sua leitura e análise crítica, com vista à estruturação de um enquadramento teórico do tema, aprofundamento dos conceitos em estudo e identificação das metodologias de análise anteriormente utilizadas em investigações na área.

A revisão da literatura pretendeu na prática identificar trabalhos empíricos, metodologias adoptadas e resultados obtidos, bem como auditar as principais limitações dos estudos inventariados e linhas de investigação futuras, propostas pelos pesquisadores.

Pela sua importância, esta tarefa não foi pontual, mas antes recorrente ao longo de todo o projecto de investigação, funcionando como uma fonte de ideias para tópicos de pesquisa, fonte de metodologias ou como base de comparação entre a presente investigação e outras anteriormente realizadas.

A revisão da literatura culminou com a construção de um quadro teórico de referência. Identificaram-se e caracterizaram-se os conceitos de facilitador e inibidor, as suas diferentes dimensões - intrapessoal, interpessoal e estrutural – e variáveis anteriormente descritas pelos autores precedentes no âmbito do estudo do Lazer e do Turismo.

Reconheceram-se, por outro lado, os métodos de análise e instrumentos de recolha de dados mais apropriados para explorar os pressupostos de trabalho e atingir os objectivos da investigação, que então se começavam a delinear.

### **5.2.2 Seleção de Casos a partir de uma Amostragem Teórica**

A selecção dos casos foi feita a partir da estratégia “theoretical sampling” (Eisenhardt, 1989; Glaser e Strauss, 1967; McCracken, 1988; Ragin, 1994; Woodside, MacDonald e Burford, 2005), literalmente amostragem teórica, segundo a qual os casos são escolhidos por razões teóricas e não numa base estatística (Glaser e Strauss, 1967).

Esta estratégia de amostragem implica um processo de escolha de um novo local e ou de casos de pesquisa distintos com vista a compará-los com outros anteriormente analisados (Glaser e Strauss, 1967), e com o objectivo de confirmar conclusões de estudos precedentes e ou desenvolver conhecimentos teóricos emergentes (Eisenhardt, 1989).

Neste sentido optou-se por este método, uma vez que boa parte dos pressupostos de investigação delineados no presente estudo assentam nas sugestões de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) adaptadas ao contexto geográfico e social próprio do Sotavento algarvio.

O estudo assenta ainda em novos casos de estudo, tanto mais que particulariza um segmento específico - o dos jovens entre os 20 e os 35 anos, participantes em viagens de lazer em contexto turístico – e visa contribuir, desta forma, para o desenvolvimento

teórico da proposta de interacção entre facilitadores e inibidores, do conceito de “onda histórico causal” e confirmar a utilidade da Teoria Ecológica dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1979, 1992) para a análise do comportamento do consumidor em turismo.

Em termos geográficos circunscreve-se o estudo ao Sotavento algarvio por duas razões. Em primeiro lugar, por restrições temporais e financeiras; por outro, pelo facto da própria investigadora, de 30 anos de idade, também ela turista e residente no Sotavento algarvio, se identificar com a população em estudo, tendo dela, e do seu contexto, um conhecimento aprofundado, o que facilita a sua imersão junto dos entrevistados e do fenómeno em estudo, o que vai de encontro ao proposto pela metodologia qualitativa.

Em termos práticos, a amostragem teórica considera todas as combinações possíveis de casos de acordo com quatro a sete atributos (Woodside, MacDonald e Burford, 2005), estipulando como intervalo recomendado cinco a oito entrevistas por perfil (McCracken, 1988; Woodside, MacDonald e Burford, 2005).

A amostra da presente investigação foi então definida com base em quatro critérios distintos que serviram para seleccionar os entrevistados, conforme Tabela 5.4. Os atributos de diferenciação usados foram: a idade, o estado civil, as condições de habitação e a experiência/inexperiência turística durante a infância e adolescência. A amostra é então composta por oito perfis de indivíduos, com percursos pessoais e ciclos de vida familiar distintos.

**Tabela 5.4 – Estratificação da Amostra**

Idade	Estado civil	Condições de habitação	Experiência/Inexperiência		
			turística durante a infância/adolescência	Perfil	
20-35	Solteiro/Divorciado ou separado	Sozinho	Experiência	<b>A</b>	
			Inexperiência	<b>B</b>	
		Com os pais	Experiência	<b>C</b>	
			Inexperiência	<b>D</b>	
	Casado/União de facto	Esposo/a	Experiência	<b>E</b>	
			Inexperiência	<b>F</b>	
		Casado/União de facto ou monoparental	Esposo/a e filhos	Experiência	<b>G</b>
				Inexperiência	<b>H</b>

Fonte: Elaboração própria.

No atributo idade foram considerados todos os indivíduos entre os 20 e os 35 anos de idade; relativamente ao estado civil foram distinguidos os solteiros e os casados ou que vivem juntos; as condições de habitação permitiram distinguir aqueles indivíduos que sendo solteiros vivem sozinhos, daqueles que ainda vivem em casa dos pais; e nos casados diferenciaram-se os com e os sem filhos. Finalmente, o quarto atributo diferenciou indivíduos que viajaram com os pais, ou por influência destes, durante o período da infância e da adolescência, dos que não o fizeram. Indivíduos que realizaram pelo menos mais de duas viagens com os pais na infância e pelo menos mais de duas viagens na adolescência foram considerados como tendo experiência turística; por oposição aos que não viajaram nesses anos iniciais de vida, tendo tido oportunidades turísticas limitadas.

Posto isto, foram estabelecidos *a priori* os critérios de amostragem e os de término da recolha de dados.

Assim, todos os inquiridos têm entre 20 e 35 anos, são residentes no Sotavento algarvio e realizaram pelo menos uma viagem de lazer nos últimos dois anos. Durante a recolha de dados foram entrevistados sete indivíduos por perfil, num total de 56 respondentes, embora apenas seis casos por perfil tenham sido posteriormente analisados.

A redução do número de indivíduos analisados prende-se com o facto de se pretender uma maior familiarização com os casos sob análise, conforme a recomendação de Ragin (1994).

### **5.2.3 Desenho do Instrumento de Recolha de Dados**

O estudo de casos pressupõe o recurso a múltiplos métodos de recolha de informações, o que permite uma posterior triangulação de dados (Denzin, 1978); e a combinação de dados qualitativos e quantitativos, que potencia sinergias de análise, é, por outro lado, também defendida por Eisenhardt (1989). Nesse sentido e tendo estes pressupostos presentes, o instrumento de recolha de dados delineado admite a existência de três tipos de evidências empíricas: 1. documental; 2. gravada; e 3. respostas a um inquérito.

A recolha dos dados assentou essencialmente no método das entrevistas longas (secção 2-4 do questionário), suportadas pela técnica da introspecção guiada (Wallendorf e Brucks, 1993; Woodside, 2004), e consubstanciada por evidências documentais, obtidas a partir do preenchimento de uma matriz acerca das experiências turísticas dos indivíduos (secção 1 do questionário) e pela inquirição acerca das motivações para viajar (secção 5) e dos 93 factores passíveis de enquadrar a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico, conforme revisão da literatura (secção 6). O questionário elaborado é apresentado na íntegra no Apêndice 1.

O questionário foi delineado afim de servir de guião para uma correcta recolha da informação e para, sobretudo no caso da entrevista, assegurar que o diálogo seguiria a

mesma ordem de trabalhos para todos os entrevistados, o que permitiria também simultaneamente ao investigador estar mais atento aos testemunhos relatados (McCracken, 1988). Ainda assim foi salvaguardada a flexibilidade na condução da entrevista por parte do entrevistador (*cf.* Gilbert e Hudson, 2000; Gillham, 2000).

A triangulação de dados permitiu colmatar algumas das dificuldades inerentes à utilização do método das entrevistas longas; sendo que as limitações desta técnica decorrem do facto dos entrevistados nem sempre quererem relatar as suas experiências, e motivos, ou não serem capazes de o fazer (Hartmann, 1988). Nesse sentido, a informação recolhida através de várias fontes é complementar entre si e possibilita, pelo confronto, a verificação dos dados (Hartmann, 1988).

De salientar que o instrumento de recolha dos dados é concordante com o esquema conceptual delineado nos capítulos anteriores, conforme se evidencia na Tabela 5.5.

**Tabela 5.5 – Pressupostos de Investigação e Questionário Desenvolvido**

Pressupostos de investigação	Dados a recolher	Parte do questionário
O microsistema influencia a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico	Actividades profissionais e extra-profissionais	Secção 3
	Condições de trabalho	
	Condições de habitação	
	Condições familiares	
O macrosistema influencia a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico	Padrões socio-culturais	Secção 2
	Características socio-demográficas	Secção 4
	Opinião acerca do turismo	
A história pessoal dos indivíduos influencia a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico	Educação e formação/Infância e adolescência	Secção 2
	Locais onde o indivíduo residiu	
Experiências turísticas anteriores	Número e natureza das viagens com	Aferido ao longo da

Pressupostos de investigação	Dados a recolher	Parte do questionário
influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico	mais de cinco dias realizadas pelo indivíduo	entrevista Secção 1 e 2
As experiências turísticas vividas desde a infância e adolescência influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico	Número e natureza das viagens com mais de cinco dias realizadas pelo indivíduo na infância e adolescência, com os pais, ou sob sua influência	Aferido ao longo da entrevista Secção 1 e 2
Acontecimentos particulares da vida dos indivíduos influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico		Aferido ao longo da entrevista Secção 2
A decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico resulta da interacção de múltiplos factores, pois que nenhuma condição é determinante ou suficiente para explicar as decisões dos indivíduos		Aferido pela análise da entrevista

Fonte: Elaboração própria.

### 5.2.3.1 Entrevistas Longas

A realização de entrevistas longas ou em profundidade foi o método privilegiado pela presente investigação, uma vez que esta técnica permite aferir a visão que os indivíduos têm acerca do mundo e dos fenómenos em estudo (McCracken, 1988) e obter uma perspectiva holística dos casos em análise, o seu passado, o seu contexto presente, as suas opiniões, escolhas e preferências.

As entrevistas consomem muito tempo ao investigador (Gillham, 2000), não só no que respeita à sua preparação e calendarização, como também no momento da própria

recolha dos dados, uma vez que os indivíduos necessitam de tempo para pensar, lembrar e verbalizar as suas experiências (Oppermann, 1995). Apesar destas desvantagens, a informação recolhida é extremamente rica (Gillham, 2000) pois que junto de um conjunto pequeno de pessoas se recolhe muita informação (Gonçalves, 2003) fruto da interação interpessoal que se estabelece entre o investigador e o entrevistado e da imersão do investigador no contexto natural em estudo, o que resulta num melhor entendimento e significância do fenómeno social em análise (Ragin, 1994). A realização de entrevistas enfrenta ainda outra dificuldade que deriva do facto desta técnica implicar uma exposição pessoal por parte dos respondentes, que nem sempre estão dispostos a relatar a suas experiências e motivos, não sendo mesmo capazes de o fazer (Hartmann, 1988) ou pura e simplesmente têm dificuldade em se expressar (McCracken, 1988). De acordo com Hartmann (1988) a área do turismo é uma das mais sensíveis, pois que lida com questões de privacidade individual, a qual é assaz valorizada em muitas das sociedades contemporâneas (Kruse, 1980, *op. cit.* Hartmann, 1988), como é o caso da europeia, na qual a presente investigação se insere. Como forma de colmatar esta limitação, o autor sugere que os amigos chegados e ou familiares permitem obter informações mais profundas do que outros investigadores ou *experts*, uma vez que o conhecimento acerca deles está facilitado pela proximidade e à vontade com o pesquisador.

Tal sugestão é oposta ao defendido por McCracken (1988) para quem o investigador deve sempre produzir um distanciamento do seu entrevistado, e se a pesquisa for feita numa cultura completamente distinta da do pesquisador tanto melhor.

De acordo com o anteriormente exposto acerca da investigação qualitativo humanista, considera-se que a imersão do investigador no âmbito do seu estudo deve ser privilegiada e que a realização das entrevistas será tanto mais produtiva se realizada

num contexto conhecido à partida pelo investigador. Nesse sentido, a sugestão de Hartmann (1988) apresenta-se como mais proveitosa no âmbito do estudo de casos e serviu de base para a realização das primeiras entrevistas; assim os primeiros 17 entrevistados, dos 48 respondentes, eram indivíduos relativamente próximos da investigadora, mas com o distanciamento suficiente para não inibir as respostas.

A realização de entrevistas longas apresenta como clara mais valia o facto de permitir um conhecimento aprofundado acerca dos indivíduos, uma vez que se apoia largamente no método introspectivo (Wallendorf e Brucks, 1993), explicitado de seguida.

#### **5.2.3.1.1 Introspecção**

O método da introspecção subentende a interpretação de questões, recuperação de informação guardada na memória, edição, processamento dessa mesma informação e seu respectivo relato (Levy, 1996, *op. cit.* Woodside, 2004).

Wallendorf e Brucks (1993) distinguem cinco métodos de investigação introspectiva: (1) a introspecção por parte do investigador, em que o cientista se estuda a si próprio e aos seus comportamentos; (2) a introspecção guiada, na qual o investigador pede a outros indivíduos que pensem em voz alta acerca das suas acções, gravando os respectivos depoimentos, que constituem relevantes dados de análise; (3) a introspecção interactiva, método pelo qual o pesquisador assiste outros indivíduos na introspecção, sendo que o objecto de análise é experienciado por ambos, proporcionando-se por isso uma troca de informação e de experiências; (4) a introspecção sincrética, que pressupõe uma combinação dos vários métodos referidos; e, (5) a reflectividade dentro da investigação, que implica o recurso ao método da observação participada por parte do investigador.

A presente investigação recorreu à introspecção guiada, apoiada num guião de entrevista (*Vide* Apêndice 1) e nos três tipos de abordagem temporal inerentes à introspecção: retrospecção, relato contemporâneo, e projecção hipotética do futuro (Wallendorf e Brucks, 1993).

A técnica de retrospecção foi a mais usada, sendo que esta pressupõe que no presente o entrevistado relate eventos do passado, que se realizaram há largos períodos de tempo ou num passado recente. Os indivíduos foram chamados a lembrar de forma geral as suas experiências turísticas desde a infância, adolescência, período académico e mais recentemente desde que começaram a trabalhar. As secções um a quatro do questionário recorrem ao método retrospectivo com frequência.

Quando o investigador solicita informações acerca das intenções futuras de viagem no ano seguinte (*Vide* Apêndice 1 - questões 17-21 da secção 4 do questionário) e de imediato inquire acerca dos factores que estão a ser ponderados pelo entrevistado no momento da entrevista faz uso da técnica do relato contemporâneo.

Finalmente, a técnica da projecção hipotética do futuro é usada quando se questiona os indivíduos acerca do que fariam se lhes fosse eventualmente oferecida uma quantia de dinheiro, e se essa mesma quantia fosse dada com a condição de ser usada apenas em viagens de lazer em contexto turístico (*Vide* apêndice 1 - questões 26-27 da secção 4 do questionário).

#### **5.2.3.1.2 Guião de Entrevista**

O guião de entrevista contempla 65 questões abertas, divididas em três secções distintas.

A iniciar a conversa o entrevistador recolhe informação acerca do percurso de vida dos indivíduos - nomeadamente local de nascimento, outros locais de residência, contexto educacional e familiar, percurso académico e profissional – e características

sociodemográficas. Simultaneamente é solicitado ao entrevistado que descreva as férias realizadas em cada um dos três primeiros períodos de vida – infância (dos zero aos 11 anos), adolescência (dos 12 anos até à entrada na universidade/curso técnico profissional, ou seja, por volta dos 18 anos), e período universitário. Quando exista mais do que uma viagem de lazer em cada um dos períodos de vida, considera-se a viagem de maior duração no período em causa (*cf.* Oppermann, 1995).

A secção seguinte (3) focaliza-se nas rotinas e actividades realizadas numa base diária e ou semanal, profissionais e ou extra-profissionais do indivíduo. Solicita-se o relato de um dia de trabalho, das actividades realizadas entre a saída do trabalho e a hora do jantar, das acções realizadas na noite anterior à da entrevista e durante o fim-de-semana mais recente (*cf.* Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006), entre outras questões.

A última secção (4) centra-se nas opiniões e comportamentos do turista e nos factores ou condições necessárias ao enquadramento da decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico. Nesta fase focam-se as viagens de lazer em contexto turístico realizadas mais recentemente, nomeadamente nos primeiros cinco anos de trabalho e seguintes, e a última viagem de lazer realizada pelo entrevistado.

#### **5.2.3.2 Matriz “Experiências Turísticas Anteriores”**

A primeira parte do questionário, que corresponde à secção 1 – “Experiências turísticas anteriores” – solicita o preenchimento de uma matriz, na qual se detalham todas as viagens de lazer realizadas em contexto turístico, com mais de cinco dias.

A limitação temporal de cinco dias foi usada deliberadamente, por forma a excluir as chamadas “*short-breaks*” ou “escapadinhas de fim-de-semana”, uma vez que tais

viagens são consideradas demasiado curtas e frequentes para que possam ser lembradas e relatadas de forma rigorosa (Oppermann, 1995).

O preenchimento desta matriz permitiu ao investigador recolher informações precisas acerca da “carreira turística” dos entrevistados, enquadrá-los em cada um dos perfis da amostra; e serviu ainda de apoio à condução da própria entrevista.

A matriz “Experiências turísticas anteriores” encontra-se dividida, na vertical, por ordem cronológica; enquanto que, na horizontal, são solicitados dados relativos às várias viagens de lazer realizadas em contexto turístico. A matriz é composta por cinco linhas e sete colunas.

Na horizontal distingue-se (a) o período da infância, (b) a adolescência, (c) Universidade/Curso técnico-profissional (caso o entrevistado não tenha frequentado nem a Universidade nem um curso técnico-profissional avança para a linha seguinte), (d) primeiros cinco anos de trabalho, e (e) período com mais de cinco anos de trabalho.

O objectivo desta divisão cronológica é o de tentar apreender como as viagens de lazer em contexto turístico variam de acordo com as diferentes fases de vida dos indivíduos.

Na vertical, e nas diferentes colunas, consideram-se as seguintes variáveis: (1) o destino visitado, afim de distinguir entre turismo doméstico e internacional; (2) data (mês e ano da visita); (3) duração da estada; (4) meio de transporte utilizado para chegar ao destino; (5) companhia da viagem, afim de compreender se o indivíduo viaja sozinho ou acompanhado, e neste último caso, com quem viaja habitualmente; (6) quem pagou a viagem, afim de identificar a influência dos pais nas fases iniciais de vida e a situação actual do entrevistado; (7) razões da viagem, como forma de identificar as motivações.

Relativamente a esta última variável nem sempre foi possível uma correcta identificação das razões pessoais por detrás das viagens descritas, uma vez que os respondentes generalizaram muito as suas respostas. Tal situação deve-se ao facto do preenchimento

da matriz ser bastante exigente pois requeria que os entrevistados recordassem vários aspectos relacionados com as suas viagens, muitas das quais realizadas há vários anos. Ainda assim o investigador recorreu à entrega prévia desta primeira secção aos entrevistados como forma de minimizar falhas na recolha dos dados. Desta forma os respondentes dispunham de mais tempo para recordar as viagens realizadas e podiam inclusivamente recorrer a outras fontes de informação, nomeadamente a álbuns de fotografias, aos pais (no caso das viagens da infância/adolescência) e outros companheiros de viagem como forma de refrescar a memória.

### 5.2.3.3 Inquérito

A última parte do questionário reveste a forma de um inquérito que interroga os respondentes relativamente às suas motivações de viagem e acerca da sua percepção em torno de uma lista de 93 factores identificados na literatura e passíveis de enquadrar a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.

Na secção 5 - “Motivações” - afere-se acerca do grau de concordância dos indivíduos perante 49 afirmações em torno de sete motivações. A Tabela 5.6 apresenta a decomposição do inquérito em torno das motivações analisadas.

**Tabela 5.6 – Motivações Analisadas**

Motivação	Variáveis
Busca da novidade	Gosto de visitar destinos que poucos visitaram; Cada viagem é uma nova aventura. Nunca visito o mesmo lugar duas vezes (Fodness, 1994); Gosto de correr riscos (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Gosto de desafiar as minhas capacidades, de testar os meus limites (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Gosto de “me fazer à estrada” (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Desejo viver situações excitantes e emocionantes (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Nos lugares que visito prefiro usar um carro alugado em vez dos transportes públicos locais.

Motivação	Variáveis
Escape e relaxamento	De vez em quando preciso de sair do local onde vivo e trabalho e ir de férias; Vou de férias para fugir à rotina diária; Viajo para me libertar da pressão do trabalho; Para mim viajar significa recuperar forças e energias; Relaxar e descansar são sinónimos de férias perfeitas; Procuo diversão e entretenimento (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Penso sempre que poderei viver momentos românticos durante as minhas férias (Fodness, 1994).
Conhecimento	Ao viajar enriqueço-me pessoal e intelectualmente (Correia <i>et al.</i> , 2007); Quando viajo gosto de visitar centros históricos, monumentos, museus, ou galerias de arte; Para mim viajar significa ver como outras culturas vivem (Fodness, 1994); Desejo compreender melhor os outros e o mundo (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Viajo para alargar horizontes (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Atrai-me experimentar estilos de vida diferentes (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Gosto de visitar países no estrangeiro.
Socialização	As férias são momentos em que a família está unida (Fodness, 1994); Gosto de viajar com muitas pessoas; Gosto de viajar com bons amigos (Fodness, 1994); Nas férias tenciono visitar amigos ou parentes (Cunha <i>et al.</i> , 2005); É uma forma de evitar a solidão (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Conhecer pessoas e as suas histórias é muito importante para enriquecer a minha experiência de férias; Quando viajo é para fazer novos amigos.
Prestígio	Considero que um bom alojamento, caro e confortável, é o mais importante numa viagem (Fodness, 1994); Para mim é importante viajar para locais que são valorizados pelos meus amigos; Gosto de visitar os lugares que estão “na moda” (Fodness, 1994); Gosto de impressionar os outros com as minhas histórias de férias; Aprecio visitar um destino que impressiona os outros (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Viajo para ir a sítios que os meus amigos nunca foram (Correia <i>et al.</i> , 2007); Gosto de viajar para mais tarde poder falar das minhas aventuras e experiências, dos locais que visitei, tudo o que vi (Fodness, 1994).
Busca de informalidade/ desordem	Quando viajo não me preocupo com as horas das refeições; Viajar significa não ter rotinas e saborear cada minuto; Em férias cada dia é diferente do anterior e do próximo; Quando viajo sou uma pessoa completamente diferente; Quando estou de férias penso com frequência “se o meu patrão me visse hoje nem me reconhecia!”; Faço o que quero, sinto-me livre; Quando viajo não penso em horários, apenas aproveito o momento.
Regressão e ocupação	Viajo para estar ocupado (Fodness, 1994); Quando viajo gosto de praticar desportos que exijam actividade física; Viajar faz-me sentir que o tempo não

Motivação	Variáveis
	passou (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Gosto de visitar lugares em nome dos “velhos tempos” (Cunha <i>et al.</i> , 2005); Viajo para reencontrar o meu passado; Desejo visitar o “berço” dos meus antepassados; É bom lembrar os lugares onde já estive, tudo o que já vi, senti e desfrutei!

Fonte: Elaboração própria.

Na última secção do questionário - “Facilitadores versus Inibidores” - os inquiridos foram chamados a classificar os diferentes factores de acordo com a sua percepção, ou seja, se o factor facilitava a sua decisão de viajar ou, por outro lado, a condicionava, e em que medida.

Neste caso usou-se uma escala de Likert em 11 pontos. A escala de resposta era a seguinte: (-5) restringe totalmente; (-4) restringe parcialmente; (-3) restringe; (-2) restringe pouco; (-1) não restringe; (0) não se aplica; (1) não facilita; (2) facilita pouco; (3) facilita em parte; (4) facilita; e (5) facilita muito.

## **5.2.4 Trabalho de Campo**

Seleccionados os casos a estudar e definido o instrumento de recolha de dados, procedeu-se ao trabalho de campo, que começou com a realização do pré-teste, seguido da recolha efectiva dos dados, sua codificação e transcrição do suporte áudio para papel. Este trabalho foi realizado entre os meses de Outubro de 2006 a Janeiro de 2007.

### **5.2.4.1 Pré-teste**

Com o objectivo de validar o instrumento de recolha de informação foram realizados pré-testes junto de cinco indivíduos. Os entrevistados nesta fase foram seleccionados pela sua conveniência e disponibilidade: dois homens e três mulheres, recrutados junto da AJOT - Associação de Jovens Tavirenses, uma associação do concelho de Tavira.

Esta tarefa permitiu concluir acerca da credibilidade dos mecanismos de recolha de dados e foram introduzidas algumas alterações, nomeadamente no sentido de encurtar a entrevista que era demasiado longa.

Após o pré-teste, o investigador delineou a versão final do questionário, tendo este então assumido a forma anteriormente descrita.

#### **5.2.4.2 Recolha e Tratamento dos Dados**

A recolha dos dados envolveu 56 indivíduos (sete em cada um dos perfis estabelecidos), primeiramente recrutados junto de uma associação de jovens do concelho de Tavira. Posteriormente usou-se a técnica *snow-ball* (Krippendorff, 2004; Noy, 2004), literalmente bola de neve, e o “passa-palavra” (Samdahl e Jekubovich, 1997).

A técnica *snow-ball* ou bola de neve é multi faseada e consiste em ir adicionando sequencialmente unidades que fazem com que a amostra cresça em tamanho até o critério de término ser alcançado (Krippendorff, 2004).

De acordo com a recomendação de McCracken (1988, *op. cit.* Woodside, MacDonald e Burford, 2005) apenas cinco a oito entrevistas por perfil da amostra teórica devem ser realizadas, pelo que se estipulou à partida que seriam entrevistados e recolhidos dados acerca de sete indivíduos por perfil. Neste sentido, o critério de término era no fundo um critério de preenchimento de quotas da amostra teórica.

Em termos práticos, era solicitado a cada entrevistado que propusessem dois indivíduos que preenchessem os requisitos da amostra. A recolha dos dados foi evoluindo até estarem preenchidas as quotas em cada um dos oito perfis.

A investigadora começava por contactar os possíveis entrevistados por telefone, enviando posteriormente, por e-mail, uma carta de apresentação do estudo (*Vide* Apêndice 2). Uma vez obtida aceitação para colaborar, era enviado, novamente por

e-mail, ou entregue pessoalmente, a matriz da secção 1, para que os indivíduos pudessem preenchê-la antes da realização da entrevista pessoal.

Num terceiro momento procedia-se então à entrevista, que era precedida pela leitura e assinatura de um protocolo de colaboração (*Vide Apêndice 3*), de acordo com a sugestão de McCracken (1988).

As entrevistas tinham uma duração média de três horas e foram todas realizadas de forma directa e pessoalmente pela mestranda.

De referir que neste ponto, a presente investigação não seguiu a recomendação de Eisenhardt (1989), partilhada por outros autores tais como Denzin (1978) e Hirschman (1986), de que a recolha dos dados deve ser feita por múltiplos investigadores. Os poucos recursos financeiros existentes para a elaboração do presente estudo não permitiram tal mecanismo de validação, pelo que se recorreu a apenas um entrevistador. Subsiste, no entanto, a vantagem do entrevistador pela envolvimento que tinha com o estudo poder conduzir a entrevista no sentido de validar, ou não, os pressupostos de investigação delineados inicialmente.

Os locais de recolha variaram de entrevistado para entrevistado. Sempre que possível a colecta dos dados foi feita em casa dos respondentes, ou por conveniência dos mesmos, nos seus locais de trabalho. Em alguns casos, porém, esta teve lugar nas instalações da Academia Sénior de Aprendizagem e Solidariedade de Tavira.

Todas as entrevistas foram gravadas num MP3, inseridas num computador, codificadas e, numa fase posterior, transcritas. A transcrição das entrevistas corresponde a uma transcrição *verbatim*, ou seja, palavra por palavra, não se tratando assim o objecto de análise de um mero excerto ou de uma versão sumária dos relatos dos entrevistados (McCracken, 1988). Este procedimento permite atenuar a subjectividade da interpretação.

Para finalizar a recolha dos dados, solicitava-se aos indivíduos a resposta à parte quantitativa do instrumento de trabalho, a qual era completada de imediato ou entregue posteriormente, de acordo com a disponibilidade do respondente.

A recolha dos dados decorreu entre os meses de Novembro e Dezembro de 2006, e a codificação e transcrição dos dados foi feita em simultâneo, tendo-se prolongado até meados de Janeiro de 2007.

### **5.2.5 Análise dos Dados**

A análise de dados envolve dois momentos sequenciais e interdependentes: um, a análise de cada caso individualmente (*Within-case analysis*); dois, busca de padrões ou semelhanças entre os vários casos analisados (Eisenhardt, 1989). De acordo com o mesmo autor não existe um padrão estandardizado de procedimentos de análise, pelo que a presente investigação seguiu as recomendações de McCracken (1988) relativamente ao processo de análise de entrevistas longas, concordante com o design proposto por Eisenhardt (1989).

No que diz respeito à análise das evidências documentais foram elaboradas várias grelhas de análise, que permitiram aferir acerca do grau de experiência turística de cada respondente. A análise incidiu no número de viagens realizadas ao longo da vida de cada respondente e nos destinos visitados.

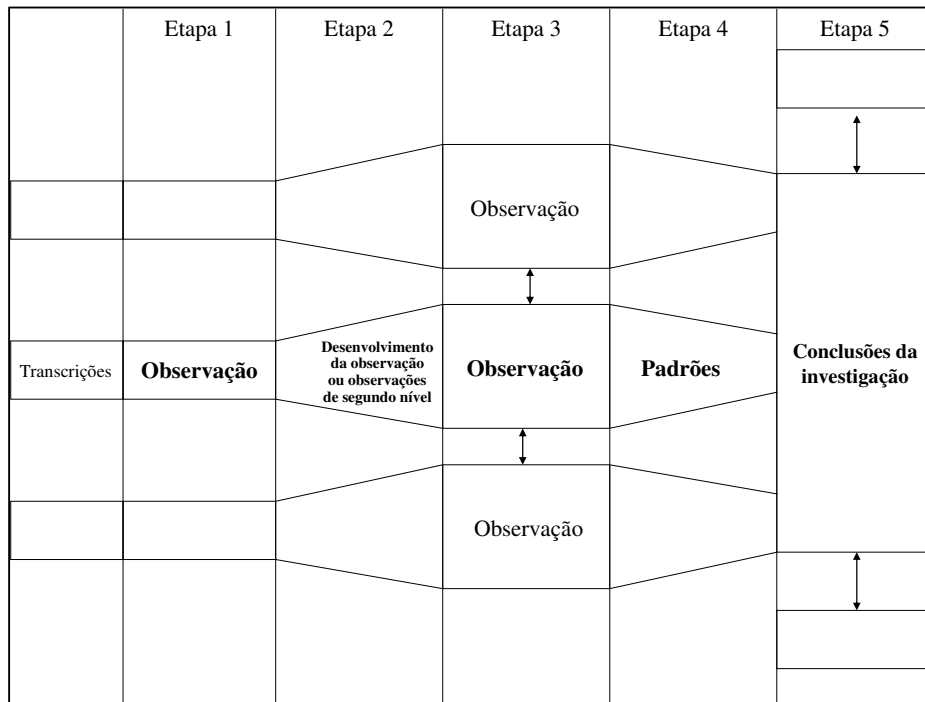
Relativamente à análise das entrevistas seguiram-se as recomendações de McCracken (1988), conforme sub ponto 5.2.5.1.

Quanto ao inquérito, os dados foram introduzidos numa base de dados do programa SPSS e realizada posteriormente uma análise descritiva dos principais factores em estudo.

### 5.2.5.1 Processo de Análise das Entrevistas Longas

De acordo com o esquema da Figura 5.2 propõe-se que se completem cinco etapas no processo de análise das transcrições das entrevistas longas (*cf.* McCracken, 1988).

**Figura 5.2 – Etapas de Análise de Entrevistas Longas**



Fonte: McCracken (1988).

Num primeiro momento, o investigador presta atenção aos relatos verbais transcritos, ignorando possíveis inter relações entre eles. Dessa análise preliminar resulta uma determinada observação; a qual é posteriormente, desenvolvida, numa segunda fase, de acordo com as categorias identificadas pela revisão de literatura, neste caso os diferentes factores intrapessoais, interpessoais e estruturais.

Considera-se que até aqui se trata de uma análise interpretativa, e individual de cada caso *per si*.

Apenas numa terceira etapa se passa a uma análise comparativa, que passa num primeiro momento por se examinarem as inter relações entre as observações de segundo nível, reportando novamente à revisão de literatura.

A quarta etapa pressupõe a descoberta de consistências e contradições entre as diferentes observações, que McCracken (1988) denomina de “*theme*”, e que traduzimos por padrões [de factores analisados intra e inter perfis].

Por fim, o investigador deve articular os vários padrões encontrados na análise e retirar as conclusões da sua investigação.

O processo de análise referido é concordante com o método da análise comparativa de padrões, que consiste em identificar regularidades recorrentes nos dados, organizar essas regularidades pela sua inserção em categorias e posterior criação de representações numéricas (Baxter, 1991, *op. cit.* Daniels *et al.*, 2005).

De acordo com o exposto, a investigadora começou por ler individualmente cada um dos seis casos em cada um dos oito perfis estipulados. Esta leitura foi sequencial, ou seja, os primeiros casos a serem lidos foram os do perfil A, seguido dos do B, C, D, E, F, G e finalmente os do perfil H. À medida que se fazia a leitura das transcrições iam sendo sublinhados aspectos considerados desde logo relevantes.

Uma segunda leitura dos casos permitiu reconhecer a partir das observações iniciais, e de acordo com a revisão da literatura precedente, cerca de 43 factores que enquadram a decisão de participar em viagens de lazer em contexto turístico por parte dos jovens Sotaventinos que realizaram pelo menos uma viagem de lazer nos dois últimos anos. As observações de segundo nível são suportadas por uma grelha de análise categórica (*Vide* Apêndice 4); a qual permitiu identificar quatro factores determinantes na decisão primária de viajar por parte dos jovens respondentes.

A partir daqui foram esboçados diagramas individuais de enquadramento da decisão de participação com base no modelo conceptual inerente à presente investigação (*Vide* Apêndice 5) e construídos esquemas que elucidam acerca das redes de decisão de cada indivíduo, relativamente à sua última decisão de viagem (*Vide* Apêndice 6).

#### **5.2.6 Definição de Conclusões**

De acordo com Eisenhardt (1989) as três últimas fases correspondem ao validar das conclusões através da definição de hipóteses, envolver a literatura e proceder, se possível, a uma saturação teórica das conclusões.

Relativamente a estes pontos, a presente investigação procedeu ao envolvimento da literatura durante a fase anterior, aquando da análise interpretativa e comparativa das entrevistas afim de conferir os resultados encontrados, os quais são expostos no capítulo seguinte.

Quanto à definição de hipóteses, a presente dissertação indica algumas linhas de investigação e recomendações futuras, as quais são apresentadas no ponto 7.2, do capítulo VII.

## **CAPÍTULO VI. RESULTADOS**

Os resultados da presente dissertação são apresentados de acordo com os três instrumentos de recolha de dados.

Assim, começa-se por se expor os dados da análise da matriz “Experiências Turísticas Anteriores”. No sub capítulo 6.4 apresentam-se, de forma pormenorizada, os factores identificados pela análise interpretativa e comparativa das 48 entrevistas, bem como se detalham oito casos específicos, elucidativos de cada um dos perfis em estudo, e os quais permitem retirar as principais conclusões desta dissertação.

Finalmente, explicitam-se os resultados do inquérito.

O capítulo inicia-se, no entanto, com um enquadramento da região onde a investigação foi realizada e uma caracterização breve da amostra.

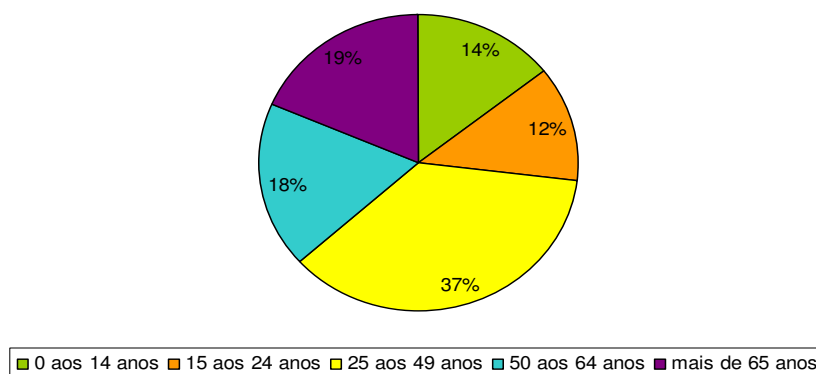
### **6.1 O Sotavento Algarvio**

O Sotavento algarvio situa-se geograficamente na zona leste da região do Algarve; e compreende oito concelhos administrativos: Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira, e Vila Real de Santo António (VRSA).

Em 2001, o Algarve registava 395.218 habitantes (INE, 2002), dos quais 56% (221.367) residentes no Sotavento. Destes, 51% são mulheres; e 37% têm entre 25 e 49 anos, conforme a Figura 6.1.

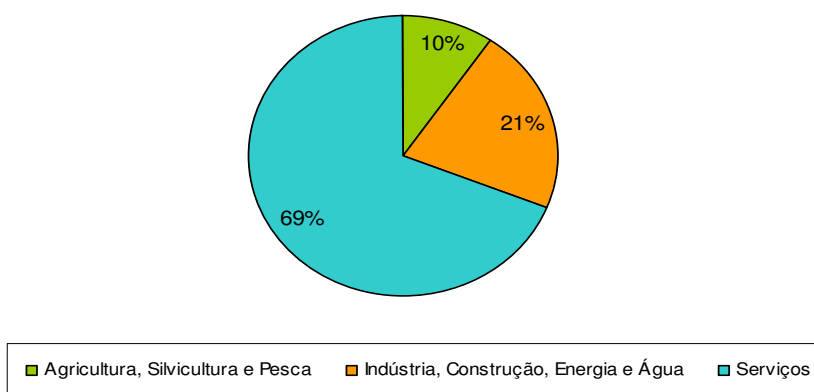
Da população activa, a maior parte está empregada no sector dos serviços (Figura 6.2) e mais concretamente na CAE H – Hotéis e restauração (Figura 6.3).

**Figura 6.1 – Repartição Etária da População do Sotavento Algarvio**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INE (2002).

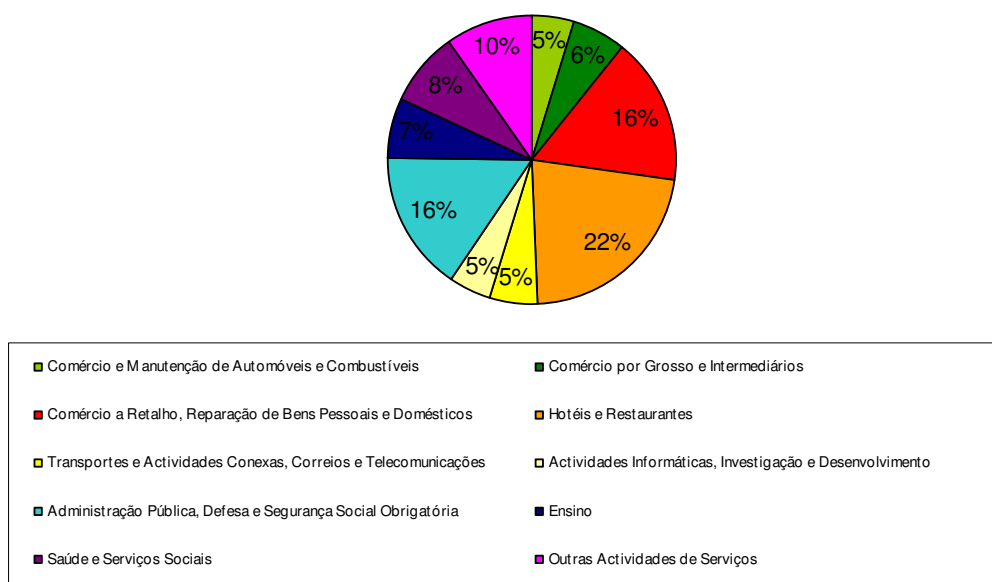
**Figura 6.2 – População Empregada por Sector de Actividade Económica, em 2002**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INE (2002).

A concentração da população empregada no sector terciário, e em particular na área da hotelaria e restauração, reflecte a importância que o turismo tem no Algarve. Esta é, de facto, essencialmente uma região turística receptora, de resto a principal do país e uma das mais importantes da Europa. Em 2004, registaram-se no Algarve 13.252.873 dormidas em estabelecimentos hoteleiros registados (INE, 2005). Destas, cerca de 26% registaram-se no Sotavento algarvio, área que tem vindo a ganhar peso turístico nos últimos anos, relativamente aos demais concelhos algarvios.

**Figura 6.3 – População Empregada no Sector dos Serviços, em 2002**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INE (2002).

Sendo o Algarve uma das principais áreas receptoras, a região apresenta, no entanto, ainda baixos índices de gozo de férias. Os dados acerca das férias dos algarvios são praticamente inexistentes, mas ainda assim pode assumir-se que seguem a tendência nacional, conforme se verifica pela observação da Tabela 6.1.

Por volta da década de 60, Portugal iniciou a sua abertura enquanto destino turístico ao mercado externo, muito em virtude da inauguração precisamente do Aeroporto Internacional de Faro, em 1965, e um outro no Funchal. Simultaneamente, o gozo de férias por parte dos portugueses decaiu; tendência evidenciada na década seguinte. Em 1973, “as dormidas de nacionais pouco ultrapassavam os 45% do total quando, ainda em 1964 representavam cerca de 61% do total” (Cunha, 2000: 95). A revolução de Abril, em 1974, e a conseqüente vinda de milhares de pessoas das ex-colónias implicaram profundas transformações económicas, sociais e políticas (Cunha, 2000), o que se traduziu num período pouco favorável ao turismo por parte dos portugueses. Esta

tendência tem-se mantido até hoje; sendo que em 2002, as dormidas de portugueses ficaram-se apenas pelos 31% das dormidas registadas em Portugal (INE, 2002).

**Tabela 6.1 – Gozo de Férias em Portugal e Algarve**

Ano	Portugal		Algarve <sup>7</sup>		Gozo de férias	
	Gozo de férias		Gozo de férias		Fora área residência	Área residência
	%	Nº (milhares)	%	Nº (milhares)	%	%
2006	50,7	4.096	4,2	172,032	35,5 (74,9 -Portugal; 25,1- Estrangeiro)	15,2
2005	56	4.528	4,5	203.76	38,5 (78,6 - Portugal; 21,4 - Estrangeiro)	17,5
2004	53,2	4.303	4,2	172,032	39,8	46,8

Fonte: Elaboração própria com base em dados do ITP.

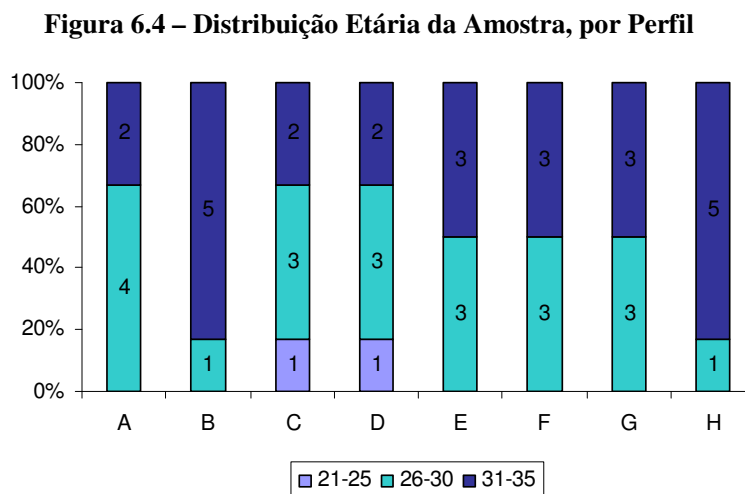
Nos últimos anos tem-se registado novamente uma quebra na taxa de gozo de férias, e do gozo das férias fora da área de residência habitual, fruto da conjuntura económico-social do país.

<sup>7</sup> Valores referentes aos algarvios que gozaram férias, ou seja, dos portugueses que gozaram férias x% eram algarvios.

## 6.2 Caracterização da Amostra

A amostra é constituída por 48 indivíduos, divididos em oito perfis.

Ainda que os respondentes tenham sido recrutados através da técnica *snow-ball*, a amostra do estudo acaba por ser representativa da população sotaventina. Assim, a maioria (71%) dos respondentes são mulheres; 29% são homens. Quanto à idade, 96% tem mais de 26 anos; sendo que apenas dois respondentes (casos C3 e D3) têm até 25 anos. A Figura 6.4 mostra a repartição etária para cada um dos perfis analisados.



Fonte: Elaboração própria.

Vinte e três indivíduos são solteiros, e pertencem aos perfis A, B, C e D; sendo um outro divorciado. Nos restantes perfis, 15 respondentes são casados, sete vivem em união de facto, e duas mulheres apresentam uma situação de família monoparental.

Relativamente à escolaridade, 79% dos indivíduos são licenciados; sendo que nos perfis A, B e D todos os entrevistados têm uma licenciatura. Existem ainda três inquiridos que possuem habilitações literárias ao nível de Mestrado, dois são bacharéis, quatro frequentaram cursos técnico-profissionais e dois completaram o 12º ano.

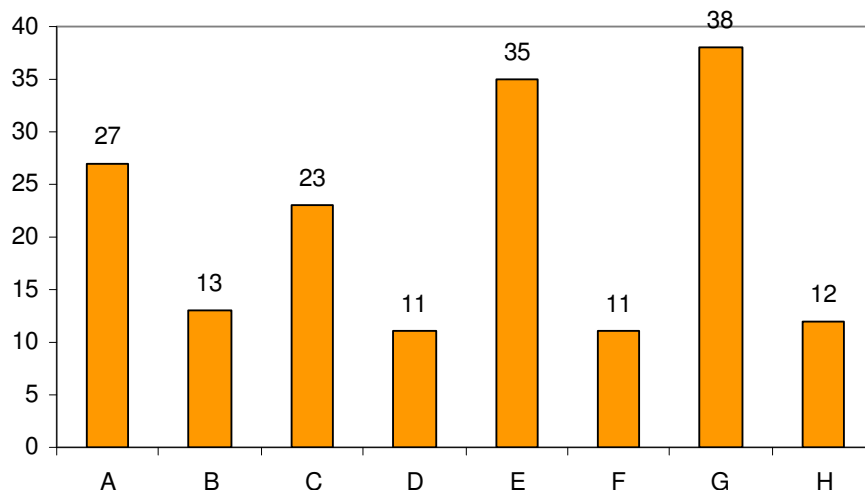
Relativamente ao concelho de residência, a maioria dos inquiridos (38) vivem no concelho de Tavira, (12) Faro, (2) Olhão, (1) Castro Marim, (1) Loulé e (1) VRSA.

### 6.3 Resultados da Matriz “Experiências Turísticas Anteriores”

#### 6.3.1 Análise Geral

A análise realizada à matriz “Experiências Turísticas Anteriores” sugere que os indivíduos dos perfis A, C, E e G, ou seja, aqueles que viajavam na infância e adolescência com os pais, ou sob sua influência, apresentam uma experiência turística mais elevada do que os dos perfis B, D, F e H; que se traduz num maior número médio de viagens realizadas (cf. Figura 6.5 e Apêndice 7) e na escolha de destinos mais longínquos<sup>8</sup> (cf. Figura 6.6 e Apêndice 8).

**Figura 6.5 – Média de Viagens Realizadas, por Perfil**



Fonte: Elaboração própria.

São os indivíduos do perfil G que apresentam maior número de viagens de lazer em contexto turístico realizadas até 2006, com uma média de 38 viagens (devido em grande

---

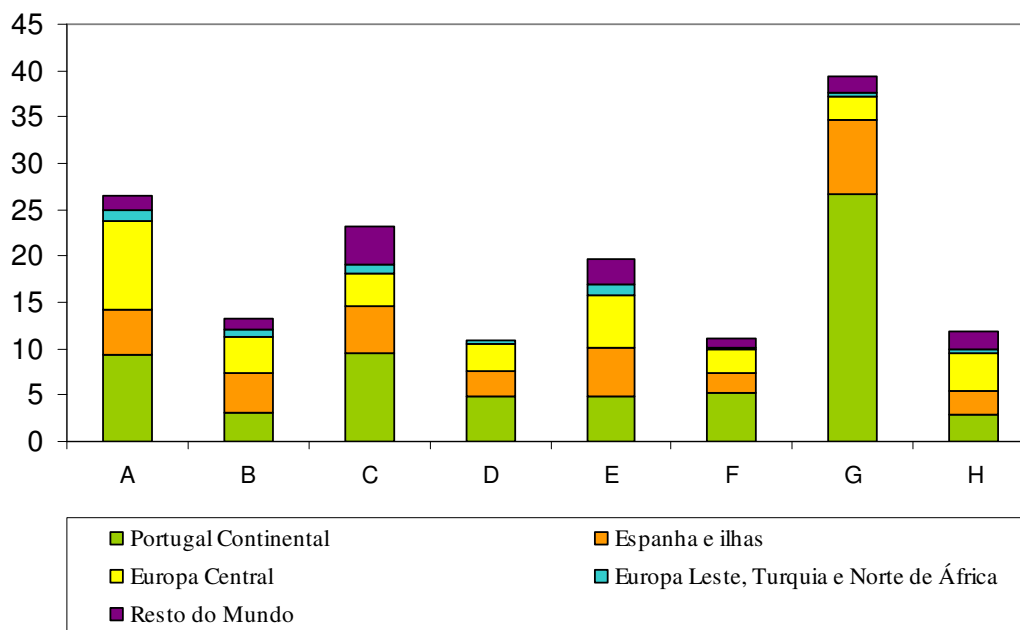
<sup>8</sup> Relativamente aos destinos turísticos consideram-se cinco áreas destino distintas, identificadas a partir da distância geográfica da área de residência dos indivíduos. Assim: a zona 1 corresponde a Portugal continental; a zona 2, à vizinha Espanha e ilhas da Madeira, Açores, e espanholas; a zona 3 inclui a Europa Central, Inglaterra, Irlanda, e ilhas do Mediterrâneo oeste (com exceção das ilhas espanholas); a zona 4 corresponde a países da Europa de Leste, ilhas do Mediterrâneo Este, Norte de África e Turquia; e finalmente a zona 5 diz respeito ao Resto do Mundo.

parte às viagens feitas na infância e adolescência, nomeadamente por parte do respondente G3); segue-se o perfil E (35), o perfil A (27), e o perfil C (23). Praticamente com metade das viagens do perfil C aparecem os respondentes do perfil B, com uma média de 13 deslocações de lazer; seguidos dos do perfil H (12), e os do perfil D e F (11).

Se agruparmos, os perfis A, C, E e G apresentam uma média de 31 viagens; por oposição aos dos perfis B, D, F e H que têm uma média de 12 deslocações de lazer.

De referir que ainda que se possa admitir a existência de uma relação directa entre o número de viagens realizadas e a idade dos respondentes verificada no caso dos perfis E e G, o mesmo não se constata por exemplo no caso do perfil B, em que a maioria dos indivíduos tem uma idade igual ou superior a 31 anos (*cf.* Figura 6.4).

**Figura 6.6 – Destinos das Viagens Realizadas, por Perfil**



Fonte: Elaboração própria.

Em termos dos destinos visitados, Portugal continental é o destino mais visitado na globalidade de todos os perfis; seguido da zona dois, ou seja, ilhas e Espanha, e zona três, Europa central.

A zona da Europa de leste e ou Norte de África é a menos visitada, registando valores médios inferiores à zona cinco – resto do mundo.

Por perfil, é o C que apresenta uma média superior de viagens a locais mais distantes de Portugal continental, nomeadamente à zona cinco (com uma média de quatro viagens), seguido do perfil E (com uma média de três viagens). Os perfis B, D, F e H são os que apresentam menos viagens na zona cinco.

Para além de Portugal, os perfis A, E, F e H apresentam em média mais viagens na Europa central; enquanto que os perfis G e B apresentam maior número médio de viagens em Espanha.

De uma forma geral, no que se refere ao comportamento turístico actual, indicador que tem em linha de conta não só o número de viagens realizadas, mas também a distinção entre turismo doméstico e internacional nos dois últimos anos (2005/2006), não sobressaem discrepâncias significativas entre os perfis (Figura 6.7).

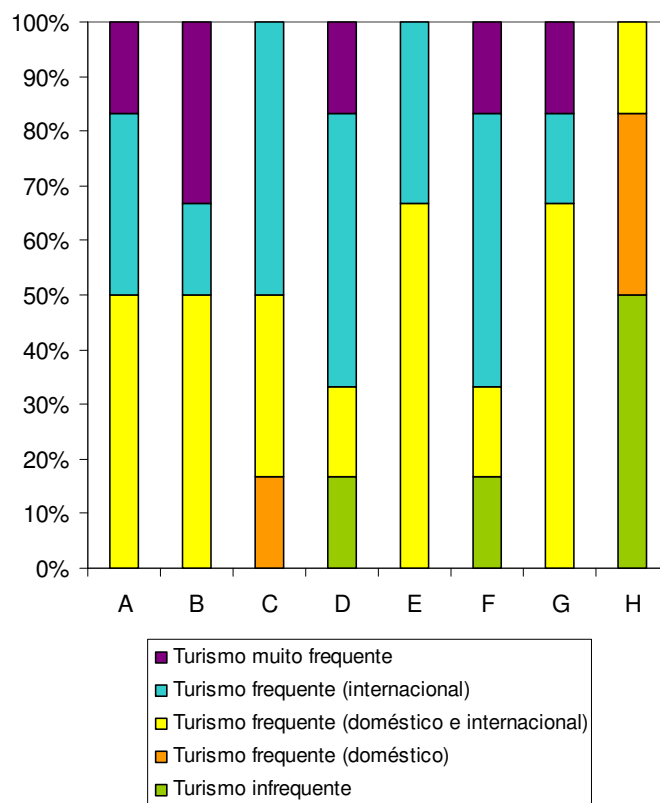
Relativamente ao comportamento turístico, distingue-se:

- Comportamento turístico infrequente – os indivíduos realizaram menos de duas viagens de lazer em contexto turístico nos últimos dois anos;
- Comportamento turístico frequente – os respondentes apresentam entre duas a quatro (inclusive) viagens de lazer em contexto turístico nos últimos dois anos;
  - Neste caso distinguimos o turismo frequente doméstico (as viagens foram todas realizadas dentro de Portugal continental); o turismo frequente doméstico e internacional (as viagens foram feitas tanto em Portugal como no estrangeiro); e o

turismo frequente internacional (as viagens foram todas realizadas fora de Portugal continental).

- Comportamento turístico muito frequente – os indivíduos realizaram cinco ou mais viagens de lazer em contexto turístico nos últimos dois anos.

**Figura 6.7 - Comportamentos Turísticos Actuais, por Perfil**



Fonte: Elaboração própria.

Pela observação da Figura 6.7 conclui-se que entre os perfis A e B, ou seja, entre os jovens solteiros que vivem sozinhos, o comportamento turístico actual é semelhante; apresentando estes respondentes um comportamento maioritariamente frequente, e escolhendo entre o próprio país e o estrangeiro para as suas férias (seis em 12 casos).

Quanto aos solteiros, mas que ainda vivem em casa dos pais (perfis C e D), metade (seis em 12 casos) dos respondentes apresenta um comportamento de turismo frequente internacional; e em apenas um caso (D4) o turismo é infrequente.

Relativamente aos perfis E e F, ou seja, os indivíduos casados ou juntos, sem filhos, existem algumas diferenças entre o perfil E, com maior peso do turismo frequente doméstico e internacional, e o F, que apresenta maior discrepância nos comportamentos, ainda que três em seis casos tenham um comportamento de turismo frequente internacional.

Note-se que nos perfis C/D e E/F, se verifica que aqueles respondentes que na infância/adolescência não tiveram tantas oportunidades turísticas (perfis D e F) apresentam actualmente um comportamento de férias tendencialmente tão frequente quanto os que tiveram experiências turísticas anteriores, mas tendem a fazer mais férias no estrangeiro e a optar menos por Portugal para as suas viagens; enquanto que os que viajavam com os pais tendem a continuar a optar pelo turismo a nível nacional, paralelamente às viagens internacionais.

No caso dos dois últimos perfis (G e H), os indivíduos casados ou juntos com filhos apresentam também dissemelhanças de comportamento, nomeadamente ao nível das opções dos destinos, sendo que os que não viajavam com os pais na infância e adolescência apostam mais em férias no país, enquanto que os que têm uma maior experiência turística são mais ousados e optam com mais frequência por viagens de lazer em contexto turístico fora de Portugal.

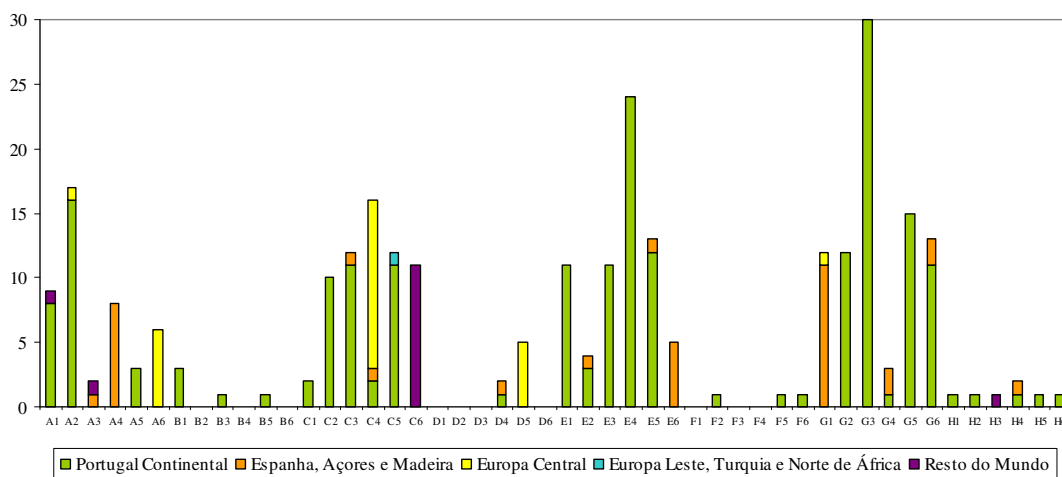
### **6.3.2 Análise por Estádio de Vida**

As Figuras 6.8 – 6.12 descrevem de que forma se distribuem as viagens realizadas pelos respondentes, de acordo com os diferentes estádios de vida considerados e destinos das respectivas viagens.

## Infância

A observação da Figura 6.8 sugere que no período da infância são os perfis A, C, E e G que apresentam um número mais significativo de viagens. Tal consideração explica, em parte, a desigualdade nos valores, totais e médios, de viagens entre estes e os demais perfis.

**Figura 6.8 – Destinos das Viagens Realizadas na Infância, por Caso**



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos destinos das viagens, evidencia-se uma preponderância do turismo doméstico nos estádios iniciais de vida dos respondentes. Apenas oito respondentes contrariam esta tendência, apresentando um maior número de viagens em Espanha (casos A3, A4, E6, G1 e G4), Alemanha (casos D5); e entre Portugal e França (casos A6 e C4)<sup>9</sup>.

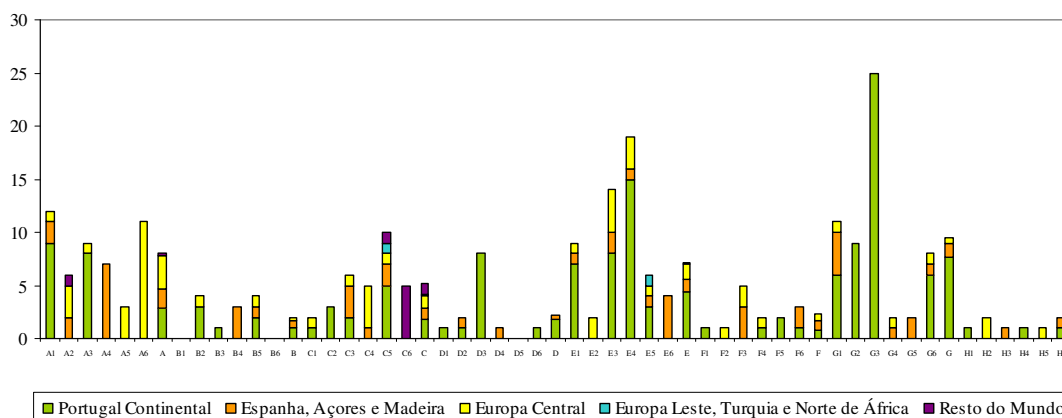
Dez indivíduos não registam qualquer deslocação para fora da sua área de residência habitual.

<sup>9</sup> Estes dois indivíduos viveram durante a sua infância em França e vinham anualmente passar férias a Portugal. As suas deslocações foram consideradas a partir do local da sua residência na altura.

## Adolescência

No segundo estágio, e de acordo com a Figura 6.9, o número de indivíduos a viajar aumenta; sendo que apenas três não registam qualquer deslocação (casos B1, B6 e D5). Assim, verifica-se que a maioria dos respondentes dos perfis B, D, F e H começa a realizar algumas viagens, essencialmente com as respectivas escolas, apresentando, no entanto, ainda menos viagens que os restantes perfis.

**Figura 6.9 – Destinos das Viagens Realizadas na Adolescência, por Caso**



Fonte: Elaboração própria.

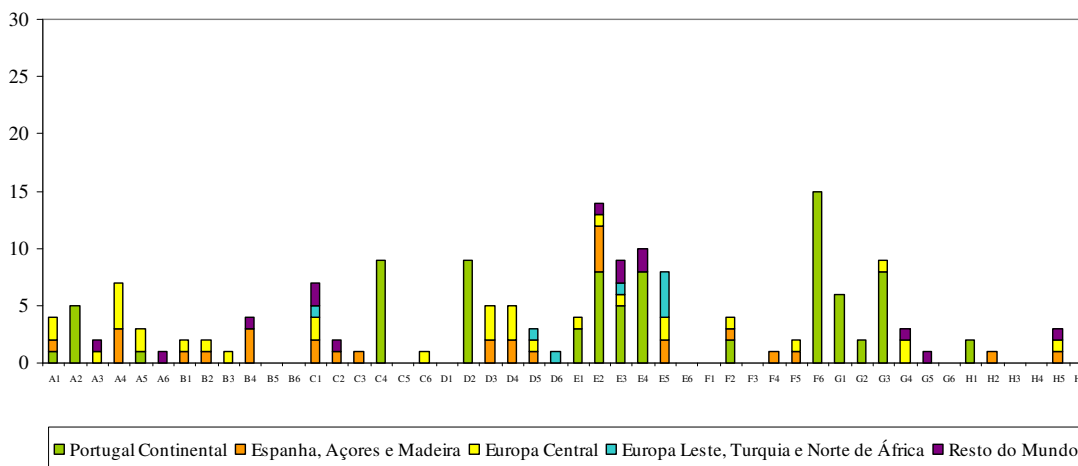
Em termos de destinos, Portugal mantém a sua superioridade em número de viagens, mas verifica-se já uma diversificação de destinos, sobretudo em Espanha e Europa, e sobretudo no caso dos perfis A, C, E e G.

## Universidade/Curso Técnico-profissional

Dez indivíduos não registam qualquer viagem neste período: dois não são considerados (casos C5 e H3) uma vez que ou não frequentaram nenhuma universidade ou curso técnico-profissional; outros dois (casos D1 e H4) frequentaram a universidade mas não realizaram efectivamente nenhuma viagem nesse período; e os restantes seis (casos B5,

B6, E6, F3, G6, H6) foram trabalhadores-estudantes pelo que as suas viagens são contabilizadas nos primeiros cinco anos de trabalho.

**Figura 6.10 – Destinos das Viagens Realizadas no Período da Universidade ou Curso Técnico-profissional, por Caso**



Fonte: Elaboração própria.

Em termos gerais verifica-se uma tendência de diminuição média das viagens de lazer em contexto turístico no casos dos perfis A, C, E e G e de estagnação, ou aumento ligeiro, no caso dos restantes perfis. Apesar deste padrão verifica-se um aumento das viagens internacionais, mesmo quando não há viagens domésticas em períodos anteriores.

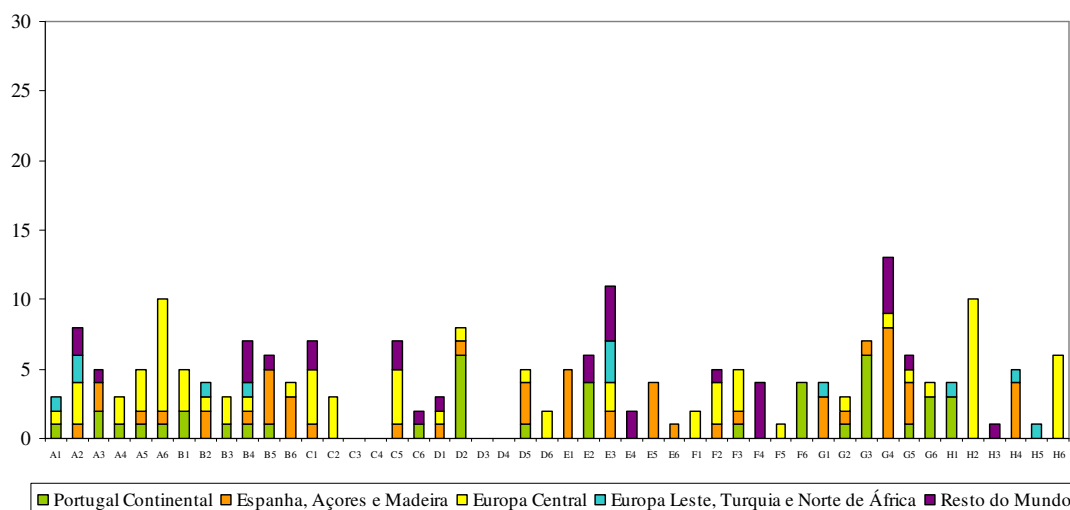
### Primeiros Cinco Anos de Trabalho

Na análise deste estágio não foram considerados quatro respondentes, uma vez que ainda não estão a trabalhar ou não completaram um ano de trabalho.

Em termos gerais, e pela observação da Figura 6.11, sugere-se que quando os indivíduos começam a trabalhar o número de viagens volta a subir, comparativamente

com o estúdio anterior, esbatendo-se, por outro lado, a discrepância entre os perfis A, C, E e G e os restantes.

**Figura 6.11 – Destinos das Viagens Realizadas nos Primeiros Cinco Anos de Trabalho, por Caso**



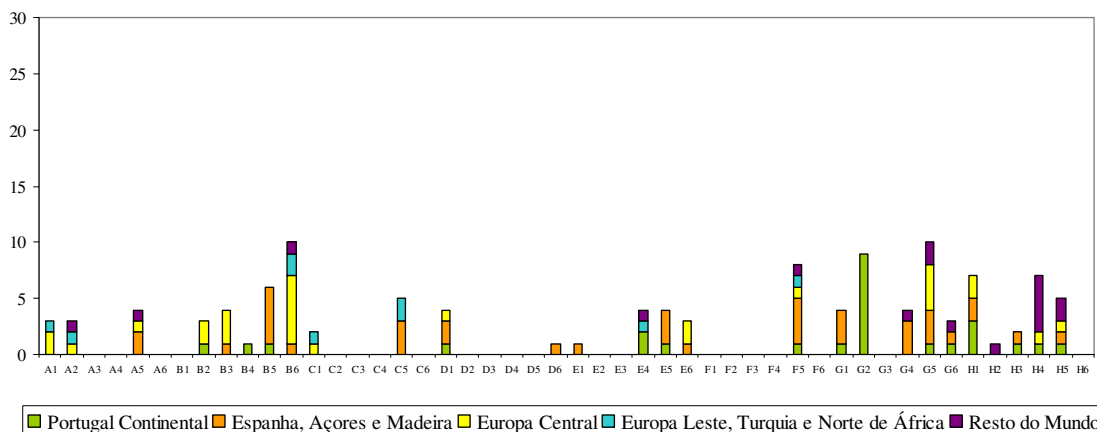
Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos destinos visitados, o turismo doméstico perde terreno para o turismo internacional, sendo que em geral os indivíduos optam, nesta fase, por viajar mais em Espanha e na Europa. Também as viagens nas zonas quatro e cinco aumentam.

### Com Mais de Cinco Anos de Trabalho

Apenas 28 casos são considerados válidos neste último período, o que limita a análise feita. Ainda assim, sugere-se uma estabilidade nas viagens e destinos, com Portugal claramente a perder importância enquanto destino de férias dos respondentes, conforme mostra a Figura 6.12.

**Figura 6.12 – Destinos das Viagens Realizadas pelos Respondentes com Mais de Cinco Anos de Trabalho, por Caso**



Fonte: Elaboração própria.

### 6.3.3 Conclusões Preliminares

A análise da matriz sugere que os perfis E e G são aqueles com mais experiência turística, acumulada desde a infância e adolescência; bem como o dos perfis A e C. A experiência turística traduz-se num maior número de viagens realizadas e na escolha de destinos mais distantes em termos geográficos.

É efectivamente no caso dos perfis E e G, quando comparados com os perfis F e H, que se verifica maior dissemelhança ao nível do comportamento turístico actual, sendo que aqueles indivíduos que apresentam menos experiência turística tendem a apresentar tendencialmente comportamentos turísticos mais infrequentes.

Para os respondentes que tiveram oportunidade de viajar com os pais, os primeiros estádios de vida foram os mais férteis em viagens, diminuindo estas tendencialmente durante o período universitário, e voltando a crescer nos primeiros anos de trabalho.

Sugere-se ainda a existência de uma evolução ao nível das áreas destino: se nos primeiros anos de vida se verifica uma preponderância do turismo interno, nos estádios

mais recentes assiste-se a uma inversão desta tendência; ainda que os indivíduos não deixem de viajar no país, mas optam tendencialmente mais por destinos no estrangeiro. A escolha de destinos fora de Portugal verifica-se independentemente dos respondentes terem viajado, ou não, durante a infância e adolescência, em Portugal ou no estrangeiro. Verifica-se, no entanto, que aqueles respondentes que viajaram com os seus pais, ou sob sua influência nos estádios iniciais de vida, apresentam maior número de viagens para zonas mais distantes de Portugal, por oposição aos que o não fizeram, que optam tendencialmente mais por viagens dentro da Europa; à excepção de seis casos (B4, B6, F4, F5, H4, H5), dos quais quatro viajaram já para zonas distantes, nomeadamente Caraíbas, com os seus respectivos namorado/a(s).

## 6.4 Resultados das Entrevistas Longas

A análise interpretativa e individual das entrevistas sugere a existência de 43 factores que influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico (Vide Apêndice 4); e uma análise global, casuística e comparativa de cada perfil permite identificar de entre estes factores quais os que mais intervêm na decisão de viajar de acordo com os diferentes estádios e estilos de vida dos indivíduos e seus respectivos percursos pessoais.

Assim, de entre os 43 factores identificados de acordo com a literatura, a Figura 6.13 apresenta os mais significativos, ou seja, os que são referidos por pelo menos dez dos 48 entrevistados.

**Figura 6.13 – Factores Mais Referidos pelos Entrevistados**



Fonte: Elaboração própria.

Pela observação da Figura 6.13 sobressaem quatro factores principais, os quais, sendo os mais recorrentes nas transcrições das entrevistas, são também aqueles que os indivíduos reconhecem de uma forma mais imediata, directa e consciente.

Os quatro factores que influem de forma objectiva na decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico dos (48) jovens residentes entrevistados no Sotavento algarvio e que participam em actividades turísticas são: 1) as motivações (factor intrapessoal); 2) a companhia para viajar (factor interpessoal); 3) o tempo e 4) o dinheiro (factores estruturais).

Para além destes quatro factores, identificaram-se mais 10 factores intrapessoais, 12 interpessoais e 17 estruturais; alguns dos quais verbalizados de forma directa pelos entrevistados, outros resultantes da interpretação da mestrandia.

A distinção feita entre os factores verbalizados de forma directa e os factores mais inconscientes, percebidos apenas pelo investigador, vai de encontro à definição anteriormente exposta de facilitador e inibidor, segundo a qual se pressupõe desde logo a existência de factores “(...) assumidos pelos investigadores e/ou vividos ou percebidos pelos indivíduos (...)” (Jackson, 1997; Raymore, 2002; Woodside, Caldwell e Spurr, 2005, 2006; Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

Neste sub ponto são explicitados, numa primeira fase, os factores tri-dimensionais identificados neste estudo; e, num segundo momento, apresentam-se oito casos, um por cada perfil analisado, como forma de aferir acerca das semelhanças e ou diferenças existentes entre os diferentes percursos, estilos e estádios de vida e a sua influência na decisão e nos comportamentos turísticos dos entrevistados.

#### **6.4.1 Identificação dos Factores Intrapessoais**

Os factores intrapessoais encontrados nas entrevistas são (*cf.* Figura 6.14): motivações; gosto por viajar; benefícios e emoções decorrentes das viagens; medo de viajar sozinho/a; medo relativo a meios de transporte; medo de desorientação em viagem; medo do desconhecido; medo da relação com outros participantes na viagem; mal-estar psicológico ou bem-estar psicológico; e percepção de experiências turísticas anteriores.

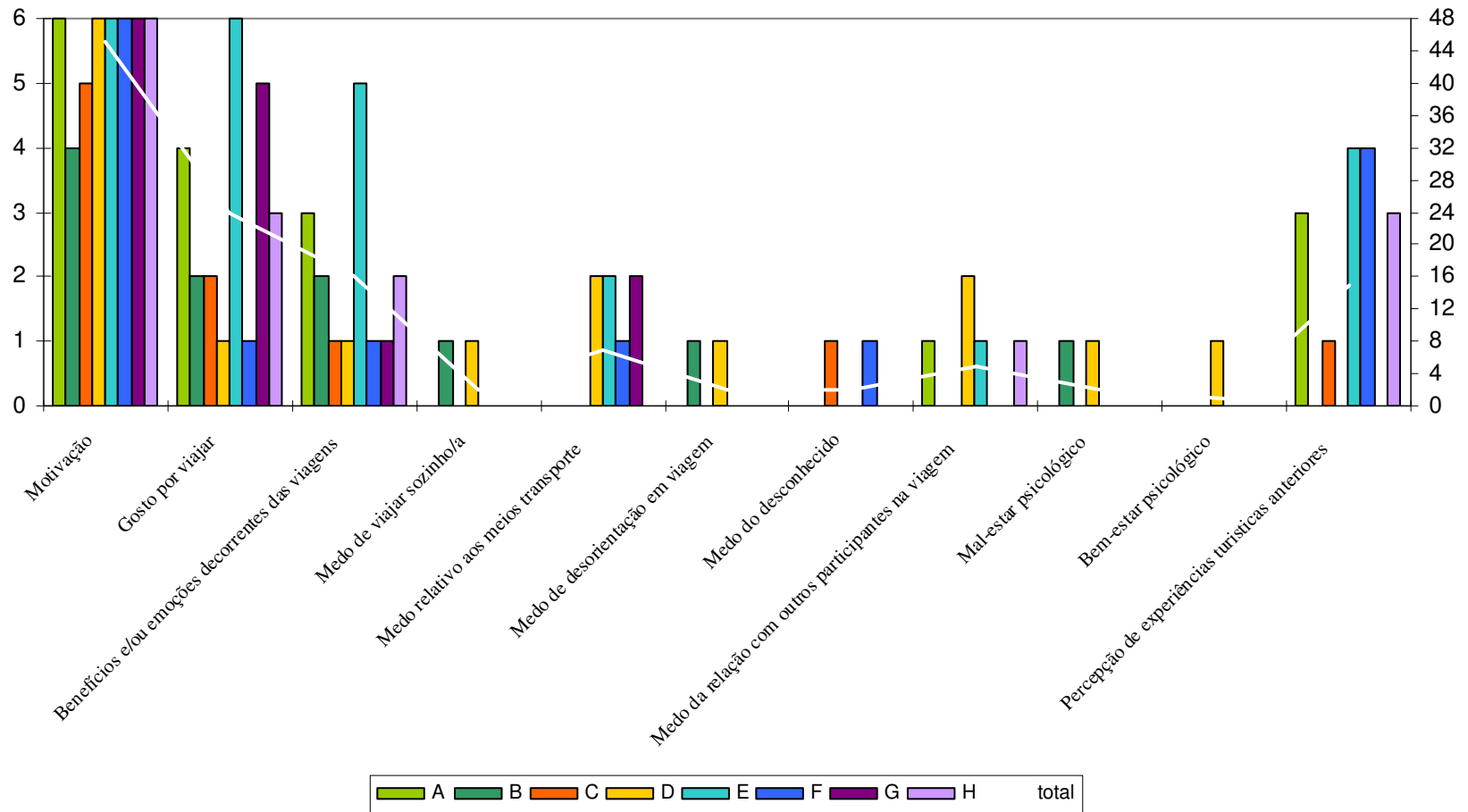
##### **6.4.1.1 Motivações e Gosto por Viajar**

De acordo com a Figura 6.14, e em linha com a análise global anterior, verifica-se que a motivação é o factor intrapessoal mais mencionado em todos os perfis.

A Tabela 6.2 expõe as principais motivações expressas pelos entrevistados. A sua observação indica que o conhecimento é a principal razão para as viagens de lazer em contexto turístico da maioria dos entrevistados, sendo esta motivação apontada sobretudo pelos indivíduos dos primeiros quatro perfis (A-D).

Nos últimos quatro perfis, e sobretudo nos dois últimos (G e H), as motivações escape e relaxamento e socialização vão ganhando importância, o que é explicado pelo facto destes indivíduos terem constituído já as suas próprias famílias e sentirem uma maior necessidade de sair do seu dia-a-dia e passarem “tempo de qualidade” (Caso G5) com os seus entes queridos.

Figura 6.14 – Os Factores Intrapessoais, por Perfil e Total



Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 6.2 – Principais Motivações Expressas por Perfil**

Perfil	Motivação (Casos)
A	Conhecimento (A1-A6); Escape e relaxamento (A2, A3 e A5); Socialização (A2, A4 e A5); saúde (A5)
B	Conhecimento (B1, B2, B3, B4 e B6); Socialização (B2, B5 e B6); Busca de novidade (B2 e B5)
C	Conhecimento (C1, C2, C3, C4 e C6); Escape e relaxamento (C1, C4 e C5); Socialização (C2, C3 e C6); Busca de informalidade e desordem (C1)
D	Conhecimento (D1, D2, D3 e D6); Socialização (D1, D3, D4 e D5); Escape e relaxamento (D2, D3, D5 e D6)
E	Conhecimento (E2-E6); escape e relaxamento (E2-E6); socialização (E1, E2, E4, E5, E6)
F	Conhecimento (F2-F6); Socialização (F1, F2, F3, F4); escape e relaxamento (F1, F2, F3, F5)
G	Socialização (G1-G6); escape e relaxamento (G1, G2, G4, G5, G6); conhecimento (G3, G4, G5, G6); regressão (G3); saúde (G1)
H	Escape e relaxamento (H1, H2, H4, H5, H6); socialização (H1, H2, H5 e H6); conhecimento (H2, H3 e H5); regressão (H3)

Fonte: Elaboração própria.

Os entrevistados do **perfil A e C** sentem de forma intensa a vontade ou a “necessidade de sair”, têm um “sonho” (caso A2) que está associado a um gosto generalizado por viajar, que verbalizam de forma consciente. Esta evidência é ainda mais forte no **perfil E**, em que todos os entrevistados são unânimes em considerar o viajar uma necessidade constante e uma prioridade nas suas vidas.

Estes indivíduos têm uma forte predisposição para viajar, que pode ser explicada pelo hábito, inculcido desde a infância, e pelo prazer que sabem ter antes, durante e depois de uma viagem de lazer; por isso mesmo, estes respondentes são os que mais referem os benefícios (casos E2, E3, E4, E6 e também A2, A3 e A5) e as emoções (casos E2, E5, E6 e também A5) resultantes das viagens como determinantes da sua decisão. O relato

da entrevistada E6 é elucidativo daquilo que este perfil sente em relação à actividade turística:

“ (...) São situações que nós ... Não há nenhum par de sapatos que nos dê uma felicidade dessas, não há nenhuma roupa que nos dê uma felicidade de me lembrar ... olha lembras-te quando fizemos aquela asneira... (...) não há nenhum sapato no mundo que nos provoque essa sensação!” (Caso E6)

O gosto por viajar é também muito verbalizado pelos entrevistados deste perfil. A resposta das entrevistadas E1 e E4 à pergunta “porque viaja actualmente?” é prova disso mesmo:

“Porque gosto, simplesmente.” (Caso E1)

“Não sei não viajar, sinceramente! Estou habituada, gosto. Gosto de conhecer, gosto de ver outras coisas, gosto de me identificar com coisas diferentes, (...)

Tenho um espírito um bocadinho de nómada (...)” (Caso E4)

Em ambos os casos (perfis A, C e E) a motivação funciona como um claro **facilitador**, que não só estimula a vontade e o desejo de viajar, como facilita o processo de ultrapassar eventuais inibidores. O mesmo é verdade para os restantes perfis, ainda que a necessidade e o gosto de viajar não sejam verbalizados de forma tão intensa.

Situação ligeiramente diferente encontra-se nas palavras de apenas três entrevistados (casos F2, F6 e H3<sup>10</sup>), sendo que para estes respondentes os inibidores não são ultrapassados pela motivação. A transcrição do caso F6 é esclarecedora:

“ (...) sempre tive o objectivo de ir conhecer o Norte do país, (...) mas nunca houve essa disponibilidade, \_ disponibilidade não, nunca houve assim muita vontade, depois a pessoa está sempre condicionada com o dinheiro, \_ olha agora tenho um dinheirinho, posso ir viajar, mas depois diz assim ou vou viajar ou então posso

---

<sup>10</sup> Vide descrição deste caso no sub ponto 6.4.4.8.

comprar aqui esta coisa para o computador, e se calhar a coisa para o computador digo compro isto e já me dá um grande jeito e viajar, gasto o dinheiro, conheço o país, mas...!” (Caso F6)

De facto, em geral, para o **perfil F** e para metade dos entrevistados do **perfil H**, o viajar não é, tendencialmente, uma prioridade e os indivíduos não enfatizam o gosto por viajar.

Já no caso particular do **perfil G** as razões mais frequentes para viajar prendem-se com uma vontade de socialização e de escape e relaxamento. As entrevistadas pertencentes ao perfil G enfatizam muito a necessidade de sair do seu contexto habitual, não só devido às suas profissões (microsistema) exigentes (duas arquitectas, uma médica, e uma professora universitária), mas também pelo facto de todas serem mulheres e sentirem por isso de forma mais intensa o peso das responsabilidades familiares (microsistema), nomeadamente de manutenção da casa e educação dos filhos (conforme sugerido por Kim e Chalip, 2003). As entrevistadas apresentam um estilo de vida comum, centrado no eixo trabalho-filhos, e as suas actividades diárias alternam entre as actividades de lazer dos seus filhos (tais como ballet, catequese, ...), as compras para a casa, o brincar com as crianças, dar-lhes banho, fazer o jantar, e deitá-los. Esta situação implica que quando chega o momento das férias se torne “quase obrigatório” (Caso G6) sair da área de residência. O relato da entrevistada G5 é elucidativo das motivações subjacentes ao perfil G:

“As viagens são de facto o único tempo de qualidade que nós passamos com os nossos filhos, porque no dia-a-dia, a azáfama do dia-a-dia, o tempo que passamos com eles é a trabalhar, é a tratar do jantar, a tratar do banho, portanto nas viagens é parar, para estar apenas em dedicação exclusiva à família.” (Caso G5)

Esta constatação é também verdade para as entrevistadas H4 e H5, que apresentam uma situação ligeiramente distinta da dos demais respondentes do perfil H; conforme se constata pela descrição do caso H3 no sub ponto 6.4.4.8.

Esta evidência é, por outro lado, discordante do sugerido por Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006), para quem um estilo de vida centrado em actividades profissionais e ou em iniciativas ligadas à família, casa e sua manutenção, funcionaria como um inibidor da participação em viagens.

**Tabela 6.3 – Viagens Realizadas e o Factor “Gosto por Viajar”**

Nº de viagens realizadas	Casos	Gosto por viajar	Nº de viagens realizadas	Casos	Gosto por viajar
≤ 5	F1	Não	16 a 20	A3	Sim
	H3	Não		A5	Sim
6 a 10	B1	Não		C1	Não
	B3	Não		C3	Sim
	D1	Não		C6	Não
	D4	Não		E6	Sim
	D6	Não		B5	Sim
	F3	Não		D2	Não
	F4	Sim		H1	Não
	F6	Não		21 a 25	E2
H6	Não	E5	Sim		
11 a 15	C2	Não	G4		Sim
	B2	Não	G5	Sim	
	B4	Sim	26 a 30	A6	Sim
	B6	Sim		C4	Não
	D3	Sim		E1	Sim
	D5	Não		G6	Sim
	F2	Não	≥ 31	A1	Sim
	F5	Não		A2	Sim
	H2	Sim		A4	Sim
	H4	Sim		C5	Sim
H5	Sim	E3		Sim	
		E4		Sim	
		G1		Sim	
		G2		Sim	
		G3	Sim		

Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar, de acordo com o anteriormente exposto, e conforme a Tabela 6.3, infere-se a existência de uma tendência que associa o gosto por viajar a um maior número de viagens realizadas. As palavras da entrevistada H4 são conclusivas quanto a esta reflexão:

“ (...) acho que [o “bichinho” de viajar] surge quanto mais se viaja, mais vontade se tem de viajar. Acaba por ser isso, porque mais culturas conhecemos, acaba por ser se as coisas acabam por correr bem, se gostamos da companhia da viagem, se gostamos dos sítios que, para onde vamos, acabamos por ganhar esse gosto, esse tal bichinho que digo de viajar (...)” (Caso H4)

A análise realizada indicia ainda a confirmação da perspectiva renovada de Pearce e Lee (2005) de que o que existe é uma “*travel career pattern*” (Pearce e Lee, 2005), literalmente um padrão de carreira turística, em oposição ao “*travel career ladder*” (Pearce e Lee, 2005), que indicava a existência de uma escada/subida na carreira turística. Pearce e Lee (2005) defendem a existência de uma estrutura de motivações que se vai alterando consoante o estágio de vida e a experiência turística dos indivíduos. Este estudo suporta a nova perspectiva de Pearce e Lee (2005), uma vez que no caso dos entrevistados solteiros sobressai a motivação “conhecimento”, enquanto que no caso dos respondentes casados, sobretudo naqueles que já têm filhos, sobressai a motivação socialização e a de escape e relaxamento.

#### **6.4.1.2 Benefícios e Emoções Decorrentes das Viagens**

Dezasseis entrevistados reconhecem o facto das viagens lhes proporcionarem determinadas mais-valias e emoções como determinante da sua decisão primária de viajar. Os benefícios mais reconhecidos são:

- Fortalecimento pessoal (*cf.* Daniels *et al.*, 2005)

Esta ideia é explicada pela entrevistada B2: “ (...) sempre que venho de uma viagem, fico com energias muito mais positivas e com muito mais vontade de fazer coisas...” (Caso B2)

- Fonte de inspiração (profissional e ou artística)

Vários entrevistados enfatizam o facto do viajar proporcionar encontrar lá fora aspectos interessantes e inspiradores para os seus próprios trabalhos profissionais e artísticos, conforme descrevem os casos B3 e E5:

“ (...) trazer ideias... muitas vezes traz-se ideias, vai-se em lazer mas consegue-se trazer algum *know-how*, algumas experiências, (...) portanto não há aquela preocupação que é trabalho mas acaba por trazer uma mais-valia também aqui!” (Caso B3)

“ (...) Para me enriquecer... para estimular também um bocado, a actividade artística, entre outras.” (Caso E5)

- Emoções associadas ao reencontro de familiares e amigos ou do passado

Esta ideia é enfatizada de forma clara pelo entrevistado A5: “ (...) e então tinha esse factor porque eu vim de lá tão pequeno, e não conheço o país onde nasci, ou a cidade onde nasci, então havia essa parte emotiva ...” (Caso A5)

#### **6.4.1.3 Medos Pessoais**

Nas transcrições foram identificados cinco tipos diferentes de receios, no entanto, no geral, estes são factores pouco enfatizados pelos entrevistados; e, ainda que percebidos como inibidores, são contornáveis pelo que não são proibidores.

O temor mais enfatizado está relacionado com o andar de avião, sendo que o medo decorre da própria personalidade do indivíduo, que, na maior parte das vezes, não consegue explicar o porquê de tal sentimento de desconforto.

Também o “medo de viajar sozinho/a” ou de se “desorientar em viagem” e o “medo do desconhecido” decorrem sobretudo das características individuais dos entrevistados.

A forma de ultrapassar estes inibidores está intimamente relacionada com o principal facilitador interpessoal, ou seja, a existência de companhia para viajar, e também, em alguns casos com a própria motivação dos indivíduos. Nesse sentido, a descrição do caso G6 no sub ponto 6.4.4.7, e a narração da entrevistada F4 são exemplos elucidativos:

“ (...) Não sei... eu não consigo... é mais forte do que eu... eu tento pensar que não estou lá... a não sei quantos metros de altura, mas não consigo... tenho medo que o avião caia... tenho medo, pronto! (...) fico mesmo muito nervosa quando entro num avião, (...) fico realmente ansiosa... não seria capaz de fazê-lo sozinha, de certeza. (...) mas ... gosto muito mais de viajar do que realmente tenho medo de andar de avião. A vontade que tenho de ir ultrapassa qualquer coisa... Quem vai comigo é que ouve...” (Caso F4)

Cinco entrevistados referem ainda o medo da relação com outros participantes na viagem como um factor ponderado nas suas decisões. As palavras da respondente H4 são elucidativas deste factor:

“ (...) as preocupações que eu tive é porque não conhecia bem o casal com quem ia, pronto eram uns amigos, mas eram mais amigos do meu namorado, na altura, do que meus, o rapaz conhecia, a rapariga não conhecia bem, então a dificuldade era se nos íamos dar bem na viagem, ou não. (...) e pronto se calhar uma preocupação era se seria fácil depois de conciliar gostos e preferências durante a viagem.” (Caso H4)

#### **6.4.1.4 Mal-estar e Bem-estar Psicológico**

Apenas três entrevistados verbalizam, de forma mais ou menos directa, este estado psicológico como factor que tenha enquadrado as suas decisões de viajar.

Enquanto o bem-estar psicológico é claramente um facilitador, o mal-estar psicológico é um factor dicotómico, tendo sido um proibidor no caso D4 e um facilitador no caso B4.

De facto, o sentimento de mal-estar psicológico impediu o entrevistado D4 de viajar durante algum tempo, conforme as suas palavras testemunham:

“ (...) foi uma fase horrível da minha vida, foi uma fase em que estive mesmo mal, estive mal, porque estava com o curso enrolado, não conseguia avançar (...) andei completamente atrofiado, neste tempo, e sempre com o peso na consciência do trabalho por fazer, percebes, e isso quase que me prendia, o facto de ter isso pendente não me deixava pensar noutras coisas, não me deixava planear férias, por exemplo (...)” (Caso D4)

Inversamente, o mal-estar psicológico sentido pelo entrevistado B4 e decorrente de um evento pessoal negativo<sup>11</sup> – rompimento de relação amorosa – foi motivação suficiente para encetar uma viagem por Portugal. Assim, neste caso, esta condição funcionou antes como um facilitador, conforme comprovam as palavras do entrevistado:

“ (...) As razões ... para já eu estava num estado de saturação psicológica, digamos que complicado e tinha algum interesse em arejar, entre aspas ... a cabeça, e também para visitar amigos. Basicamente isso.” (Caso B4)

Já o caso D6 descreve de que forma o bem-estar psicológico conduz à decisão de viajar:

“ Estava numa fase... positiva da minha vida. Estava com muita vontade de viajar, conhecer outras coisas, ver outras coisas e tudo o mais, foi basicamente isso. (...) naquela altura... estava tipo... é a altura certa para fazer esta viagem, é daquelas coisas um bocado instintivas, tanto que eu tomei a decisão em dois dias, e normalmente até penso muito nas coisas, ou pelo menos nas viagens.” (Caso D6)

---

<sup>11</sup> A descrição do caso B4 comprova a proposta de investigação 7, segundo a qual acontecimentos particulares da vida dos indivíduos influenciam a decisão de participação em viagens de lazer.

#### **6.4.1.5 Percepção de Experiências Turísticas Anteriores**

Este factor tem que ser subdividido em experiências turísticas satisfatórias e insatisfatórias; e se as primeiras funcionam claramente como facilitadores, as vivências negativas não são, no geral, percepcionadas como inibidores, nem tão pouco como limitadores.

As descrições abaixo evidenciam esta sugestão:

“ (...) Dublin, Maio, as viagens eram bastante baratas, e ... optei por fazer, gostei, surgiu a oportunidade de ir a Itália, a viagem a Itália foi mesmo marcada uma semana antes, porque havia uns amigos meus que iam (...). Juntou-se o útil ao agradável e fui.” (Caso C2)

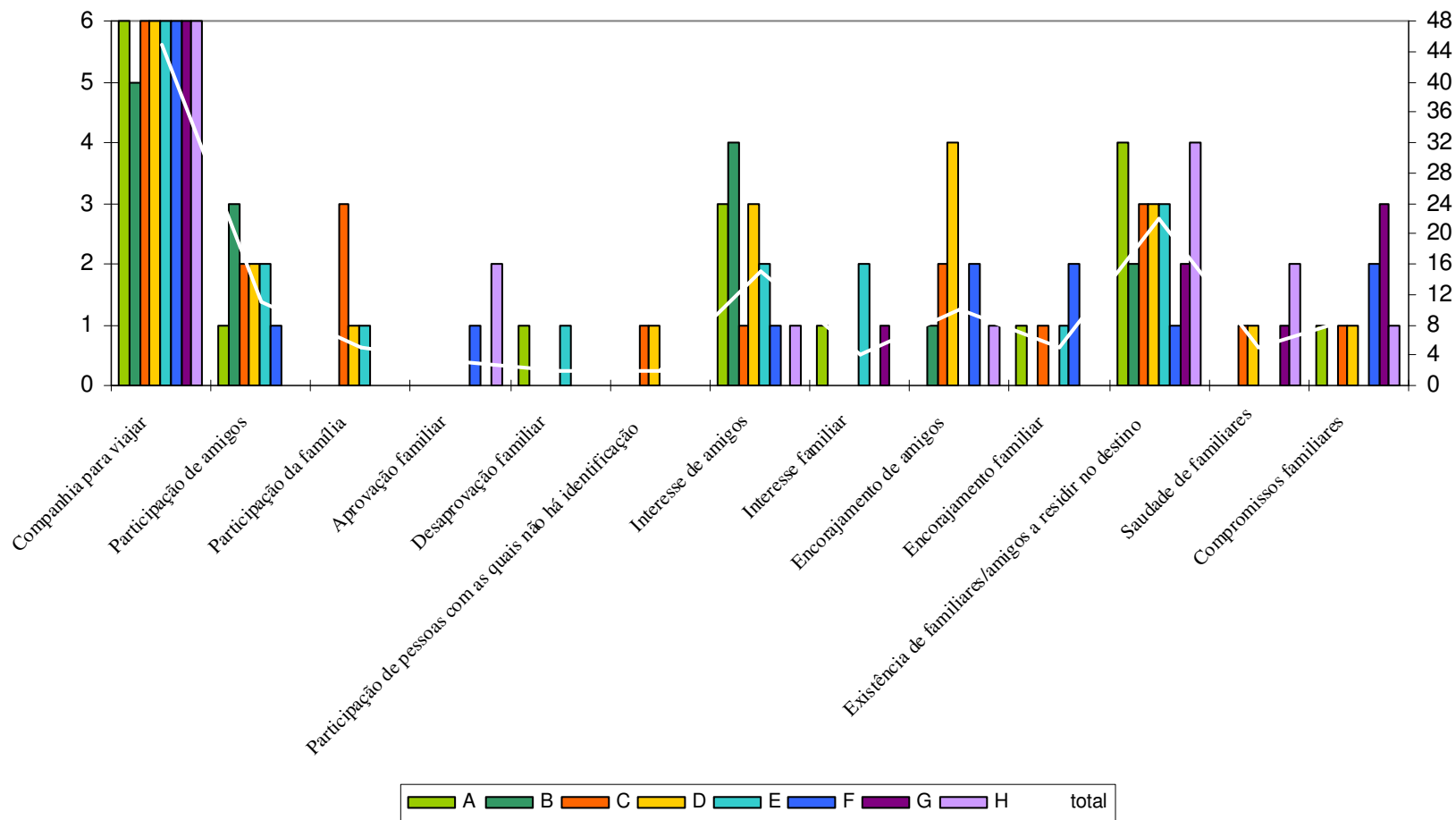
“ (...) eu sei que são experiências [turísticas negativas ou insatisfatórias] passíveis de acontecer e que se calhar até me tornam mais resistente a esse tipo de factores, e me tornam mais hábil para lidar com esse tipo de situações, por isso não são impeditivas ou não me impedem de voltar àquele país ou ir para outro país em que eu saiba que pode haver algum grau de insegurança, é sempre um factor a ponderar... mas ... são sempre ... experiências negativas naquele momento mas não me condicionam.”  
(Caso A2)

#### **6.4.2 Identificação dos Factores Interpessoais**

A Figura 6.15 expõe os factores interpessoais identificados pela análise interpretativa das entrevistas realizadas; concluindo-se de imediato que o factor companhia para viajar é o mais preponderante, sendo mencionado pela totalidade dos entrevistados em sete dos oito perfis analisados, e por um total de 47 entrevistados.

Para além deste factor, são também mencionados: a participação de amigos; a participação da família; a aprovação familiar; a desaprovação familiar; a participação de pessoas com as quais não há identificação; o interesse de amigos; o interesse familiar; o

Figura 6.15 – Os Factores Interpessoais, por Perfil e Total



Fonte: Elaboração própria.

encorajamento de amigos; o encorajamento familiar; a existência de familiares e ou amigos a residir fora; a saudade de familiares; e os compromissos familiares (como seja tomar conta de um familiar ou uma qualquer doença familiar).

#### **6.4.2.1 Companhia para Viajar**

O factor companhia para viajar é paradoxal, sendo que o ter companhia para viajar é considerado um facilitador por todos os entrevistados; enquanto que a sua falta é um inibidor, que pode, no entanto, ser encarado apenas como um limitador ou como um proibidor. Atente-se então na percepção que cada perfil tem deste factor.

Os indivíduos do **perfil A** viajam habitualmente com amigos e ou namorada/o e para eles, a existência de uma companhia para viajar é um facilitador; a sua falta não é, no entanto, um proibidor. Habitados a viajar desde sempre, todos os entrevistados deste perfil já passaram pela experiência de viajar sozinhos, e não têm receio de o fazer; ainda que prefiram, no entanto, viajar acompanhados, e por isso, a existência de companhia para viajar é sempre um incentivo que impele à participação em viagens de lazer em contexto turístico; conforme esclarece o entrevistado A5: “(...) se se proporcionar viajar sozinho ... \_ eu prefiro sempre acompanhado, mas se não tiver companhia...[vou na mesma]”.

No caso dos indivíduos do **perfil B**, um deles viaja opcionalmente e sempre sozinho (Caso B3), pelo que não refere este factor no seu discurso, os demais entrevistados enfatizam, no entanto, este aspecto, sentindo-o de uma forma mais intensa que os do perfil anterior. De facto, os entrevistados no perfil B manifestam mais nos seus relatos a necessidade de terem a companhia de amigos para viajar (facilitador), uma vez que necessitam de partilhar as suas experiências e sentimentos durante a viagem, conforme reporta o caso B6:

“ (...) Mesmo que tires uma fotografia para mostrar posteriormente depois não é a mesma coisa, não captas o momento, não captas aquela emoção, tenho sempre necessidade de ter alguém nem que seja para dizer «olha que bonito!»” (Caso B6)

Estes entrevistados apontam também o interesse e encorajamento de amigos e a participação destes como determinantes para a sua decisão.

A importância dada à existência de companhia para viajar é explicada em parte pelo facto destes indivíduos terem começado a viajar essencialmente no período universitário ou quando terminaram as suas licenciaturas (com as viagens de finalistas), tendo então conquistado a sua independência financeira. O turismo surge assim da interacção do indivíduo com os outros.

A narrativa dos entrevistados B4 e B6<sup>12</sup> é elucidativa da importância das interacções sociais para a participação dos indivíduos em viagens de lazer em contexto turístico e em alguns casos também para o desenvolvimento de um gosto por viajar:

“Ambos tínhamos férias a nível profissional, tínhamos disponibilidade. Tínhamos dinheiro. E tínhamos... aquela ... isto começou mesmo numa de nós começarmos com os amigos “olha vamos de férias, vamos de férias”, e então todos marcámos as férias para a mesma data e estávamos todos muito emocionados... e foi assim!” (Caso B6)

“Para já de uma forma geral aquilo que me levou a estas... este conjunto de viagens tem a ver com o tal bichinho, ente aspás, que se vai instalando em nós como uma vontade de todos os anos conhecer um sítio diferente, e depois obviamente pelo facto de que a pessoa com que eu me relacionava ter tanto, ou mais, vontade do que eu ainda, isso é um factor essencial porque é uma questão de prioridades (...) depois também de pessoas que eu conheço... (...)” (Caso B4)

---

<sup>12</sup> Esta mesma situação é verificada também nos casos D2, D3, F2, F4, H4 e H5.

Já os entrevistados dos perfis C e D têm em comum o facto de estarem mais predispostos a viajar para além dos amigos também com os seus familiares, e de enfatizarem um maior número de factores de ordem interpessoal que os demais perfis.

No caso dos entrevistados do **perfil C**, ainda que alguns admitam viajar sozinhos, a existência de companhia é sempre um facilitador da decisão, porque os indivíduos preferem sempre viajar acompanhados; inversamente, a falta de companhia para viajar é um inibidor, sendo que para a maioria é mesmo um proibidor, tal como se conclui pelos depoimentos seguintes:

“Porque em 2002 também nasceu o meu sobrinho e a minha irmã deixou de viajar e também não tinha assim ninguém com quem viajar (...) as viagens ficaram mesmo de parte...” (Caso C2)

“ (...) Não, não, nisso sou muito mariquinhas, não viajo sozinho! Não gosto de estar sozinho, tenho que estar sempre rodeado de toneladas de gente... não, sozinho faz-me confusão (...)” (Caso C5)

No **perfil D**, a companhia assume também um especial relevo, e tem ligação com outros factores estruturais, como seja o tempo e o dinheiro dos companheiros de viagem, aspecto explicitado adiante pela descrição do caso D1 no sub ponto 6.4.4.4.

Nos **perfis E-H**, o factor companhia assume uma dimensão diferente do apresentado nos perfis anteriores. O facto dos indivíduos nestes últimos quatro perfis já viverem em família, seja apenas com o seu companheiro/a (perfis E e F) ou já também com os filho/a(s) (perfis G e H) implica que só viajem se os demais membros com os quais coabitam também viajarem; isto porque já não se trata da companhia de um qualquer amigo disponível numa determinada altura, mas as viagens passam a ser feitas, e decididas, a dois, pelo casal.

Nos perfis E-H a existência de uma companhia específica para viajar é um facilitador, a sua indisponibilidade é um proibidor; sendo que a existência ou a inexistência de companhia está relacionada com factores de ordem estrutural, sobretudo com o tempo que o parceiro tem disponível para férias, e altura do ano.

#### **6.4.2.2 Participação de Amigos e de Familiares**

Esta condição distingue-se do factor companhia para viajar uma vez que a participação de amigos e ou familiares é independente da participação do entrevistado, ou seja, assume-se que o entrevistado é influenciado pelas viagens que os seus amigos e ou familiares fazem. Trata-se assumidamente de um factor de influência associado à imitação social pelo despertar de uma necessidade de integração social.

A participação de amigos é um factor mais verbalizado que o da família, e referida essencialmente pelos entrevistados sem filhos.

Conforme anteriormente referido, a participação de amigos é um importante factor que impulsionou alguns dos entrevistados que não viajavam na infância e adolescência com os seus pais, ou por sua influência, a começarem posteriormente a viajar, afim de partilharem os mesmos interesses e experiências que os seus pares. O relato do entrevistado F6 é esclarecedor quanto a esta reflexão:

“ (...) isto depois também tem a ver com as amizades e o grupo de amigos, se o grupo não puxa, a pessoa deixa-se ficar, se o grupo estiver sempre “olha fomos a Cabo Verde” ou fomos aqui, ou fomos ali, se calhar as pessoas começam a sentir essa necessidade também ...” (Caso F6)

#### **6.4.2.3 Aprovação Vs Desaprovação Familiar**

Os factores aprovação e desaprovação familiar são mencionados por cinco entrevistados, mas remetem, no entanto, para condições existentes no passado, ou seja, que enquadraram as suas decisões durante os períodos de adolescência e ou Universidade; actualmente não são tidos em linha de conta por nenhum dos respondentes.

De salientar que ambos os factores têm uma conotação positiva, ou seja, funcionaram como facilitadores da decisão.

#### **6.4.2.4 Participação de Pessoas com as Quais Não Há Identificação**

Apenas dois entrevistados (casos C5 e D2) referem este factor, que, segundo as suas palavras, funciona como um proibidor, no sentido de que se determinada pessoa faz parte do grupo de viagem o entrevistado opta por não participar. Tal factor decorre de conhecimentos adquiridos pelo entrevistado após a realização de outras viagens, logo de experiências turísticas anteriores.

Esta conclusão confirma o pressuposto de investigação cinco.

#### **6.4.2.5 Interesse e Encorajamento de Amigos e Interesse e Encorajamento Familiar**

A observação da Figura 6.15 sugere que os entrevistados em geral são mais sensíveis aos factores relacionados com os amigos do que com a família. Esta sugestão pode ser explicada pelo facto dos respondentes serem ainda jovens e estarem por isso mais predispostos a viajar com os seus amigos do que com a sua família.

De salientar que os entrevistados em geral assumiram a família como sinónimo dos seus progenitores e não tanto como os novos elementos que constituem a sua nova família, ou seja, o marido/companheiro e ou filho/a(s).

Este factor está relacionado com as saudades e compromissos familiares, que se destacam em seguida.

#### **6.4.2.6 Saudades de Familiares e Compromissos Familiares**

Tal como os factores do sub ponto anterior também estes dois não são muito enfatizados pelos entrevistados. Ainda assim quem os salienta são sobretudo os respondentes dos perfis G e H, uma vez que estes estão directamente relacionados com o factor existência de filhos, que implicam maiores compromissos familiares.

As saudades de familiares são também mencionadas por dois entrevistados dos perfis C e D, sendo que estes são indivíduos que ainda vivem em casa dos seus pais, estando por isso mais ligados à família progenitora que os demais respondentes em geral.

#### **6.4.2.7 Existência de Familiares ou Amigos a Residir Fora**

A existência de familiares ou amigos a residir fora é o segundo factor interpessoal mais referido, tendo sido enfatizado por quase metade (22) dos respondentes.

Este factor tem um pendor facilitador, uma vez que está intimamente relacionado com a existência de alojamento gratuito, o que baixa os custos de participação e por isso funciona como estímulo à participação dos indivíduos. Esta sugestão é demonstrada pela narrativa do caso A5, que comenta desta forma as razões da escolha da sua última viagem de lazer: “Uma, tenho lá família, não é? Gostava de estar com eles, tenho lá três primos, primos direitos; depois o factor também alojamento à borla (Ri), e conhecer Paris...”.

Esta conclusão é concordante com o sugerido por Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006).

### **6.4.3 Identificação dos Factores Estruturais**

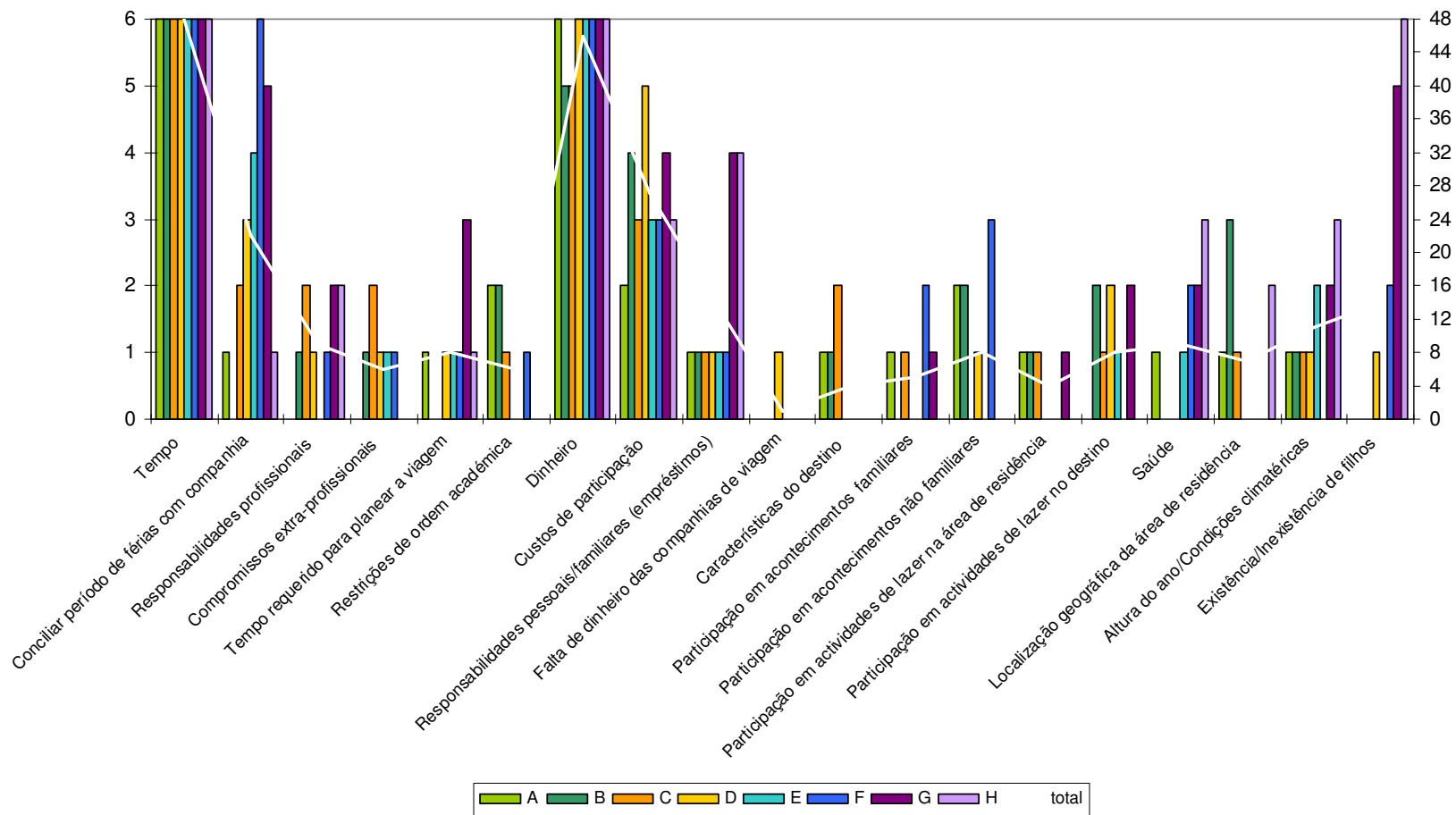
Os factores estruturais são quantitativamente os mais mencionados nas entrevistas; destacando-se de entre estes os factores tempo e dinheiro, conforme a Figura 6.16.

Para além destes dois factores, identificam-se outros 17, a saber: conciliar período de férias com a companhia; responsabilidades profissionais; compromissos extra-profissionais; tempo requerido para planear a viagem; restrições de ordem académica; custos de participação; responsabilidades pessoais ou familiares; falta de dinheiro por parte da(s) companhia(s); características do destino; participação em acontecimentos familiares; participação em acontecimentos não familiares; participação em actividades de lazer na área de residência; participação em actividades de lazer no destino; saúde pessoal; localização geográfica da área de residência; condições climatéricas relacionadas com a altura do ano; e existência ou inexistência de filhos.

#### **6.4.3.1 Tempo**

O factor tempo é mencionado pela totalidade dos entrevistados; sendo tendencialmente encarado como sinónimo de falta de dias para viajar mais do que aquilo que os consumidores desejam. Este factor é pois percepcionado como sendo um limitador.

**Figura 6.16 – Os Factores Estruturais, por Perfil e Total**



Fonte: Elaboração própria.

A limitação tempo advém essencialmente do facto da maioria dos entrevistados em todos os perfis serem trabalhadores por conta de outrem e estarem pois restringidos pela lei laboral portuguesa (macrosistema), que concede apenas cerca de 22 dias úteis de férias; embora, em alguns casos, este período possa ascender aos 25 dias úteis e noutros, nomeadamente no caso dos funcionários públicos, poder ir até aos 30 dias (são as “férias frias”, concedidas quando o trabalhador não usufrui de descanso no Verão).

Esta limitação é tanto mais evidente quanto os entrevistados trabalhem na área da hotelaria e restauração ou em actividades profissionais afins, uma vez que para estas empresas o período estival é o mais prolífero e por isso impeçam os seus trabalhadores de tirar férias neste período (*Vide* descrição dos casos G6 e H3).

Na verdade, a falta de tempo é, em geral, mais enfatizado que o factor dinheiro; sobretudo pelos indivíduos com um estilo de vida centrado no trabalho. Para os entrevistados B1 e C1 (e em parte também para o C5) o factor tempo é o mais relevante e preocupante em termos de ponderação, uma vez que as responsabilidades profissionais, fruto dos cargos que exercem, os impedem de fazer férias na maior parte das vezes que pretendem. Nestes dois casos excepcionais, o tempo é mesmo um factor proibitivo, ainda que os indivíduos tentem fazer pelo menos uma viagem de lazer anualmente.

A análise das entrevistas sugere ainda que o tempo é um factor agregado, no sentido em que, e conforme anteriormente realçado, os indivíduos não gostam de viajar sozinhos e por isso a sua disponibilidade de tempo (facilitador) tem que ser conciliada com a das suas companhias. Existe assim uma interacção directa e evidente entre o factor estrutural tempo e o factor interpessoal companhia para viajar.

O factor “**conciliar período de férias com companhia(s)**” é de resto outro dos mais mencionados, por 22 entrevistados; 16 dos quais pertencentes aos perfis E-H. Significa

isto que, nos primeiros quatro perfis este factor é menos sentido que nos últimos quatro. A diferença reside no facto de que os indivíduos dos perfis A-D sendo solteiros viajam com qualquer um dos seus amigos que esteja disponível na altura para viajar; enquanto que nos perfis E-H, os respondentes já constituíram a sua própria família e por isso já não viajam com qualquer pessoa, mas fazem questão de viajar com o seu marido/esposa, para que possam usufruir da sua companhia (não esquecer que são estes indivíduos os que mais enfatizam a motivação socialização).

Assim, se os indivíduos conseguem conciliar as férias com o marido/esposa este é um factor facilitador e o entrevistado viaja; caso contrário, este factor reveste-se de um carácter proibitivo e o entrevistado deixa de viajar.

Para além das responsabilidades profissionais e do conciliar período de férias com a companhia(s), o tempo, ou a sua falta, pode ainda estar relacionado com outros factores explicativos. Sugere-se então que o factor principal tempo pode ser desmultiplicado, e indirectamente explicado, por outros factores, nomeadamente:

#### **- Tempo Requerido para Planear a Viagem**

Oito entrevistados enfatizam este factor, sendo que a existência de tempo para planear a viagem funciona como um facilitador, conforme a descrição do caso D1 (sub ponto 6.4.4.4), enquanto que a sua falta é antes um inibidor, não proibitivo, conforme a narrativa da entrevistada H4:

“Foi também um ano em que eu estive em Lisboa, estive em formação, e ... tive também um bocado mais ausente da componente da profissão e por isso tive mais tempo para organizar, tive mais tempo para ... digamos que foi um ano mais *relax*, um ano mais descontraído, estive durante quatro ou cinco meses em Lisboa, em

formação, e isso fez com que tivesse mais predisposição e que tivesse mais tempo para organizar férias.” (Caso D1)

“ (...) E às vezes também sentimos falta de parar para organizar, pensarmos mesmo vamos fazer, vamos organizar, porque (...) e com o (filho) é preciso uma maior organização.” (Caso H4)

#### **- Compromissos Extra-profissionais**

O facto do indivíduo estar ocupado com afazeres que não os directamente ligados à sua actividade profissional (macrosistema) pode também ser uma condição a ponderar na decisão de viajar, uma vez que tal facto antecedente pode implicar alterações em termos de datas e ou destinos da viagem.

Esta constatação é validada pelas palavras da entrevistada D6 que assume um cargo político numa das Juntas de Freguesia do concelho onde reside:

“No ano passado por exemplo nas minhas férias à Espanha restringiu-me, porque não podíamos ficar... porque o presidente e o tesoureiro vão sempre no mesmo grupo também para o mesmo sítio e não podíamos estar os três ausentes, tive que alterar a data por causa disso.” (Caso D6)

#### **- Restrições Académicas**

Para além da restrição laboral, o facto dos indivíduos estarem a estudar pode também acarretar uma limitação de tempo, no sentido em que as pessoas canalizam as suas forças para outra prioridade, ou seja, o estudo. Esta ideia é demonstrada pela entrevistada B3:

“ (...) quando estava a fazer o mestrado, achei por bem que o investimento que eu estava a fazer digamos que na minha formação e muito na minha carreira, não ia de

alguma forma pôr de lado, quer dizer as férias não tinham prioridade sobre a formação, a formação tinha prioridade sobre as férias...” (Caso B3)

O facto do indivíduo estar também em época de exames pode ser um factor proibitivo.

Ainda que actualmente apenas seis entrevistados ponderem este factor, considera-se que as responsabilidades académicas são em grande parte o factor explicativo da diminuição do número de viagens durante o período universitário.

#### **- Altura do Ano/Condições Climatéricas**

Este factor é essencialmente referido pelos indivíduos cujos empregadores impõem normas internas relativas aos períodos de férias (microsistema), sendo que neste caso se trata de um factor mais inibidor que facilitador; no sentido em que se o respondente só pode tirar férias no Inverno e as condições climatéricas não são as melhores nessa altura do ano, a pessoa opta por permanecer na sua área de residência e não viajar.

Este factor pode ainda ser encarado como um facilitador, caso a época do ano em questão seja uma festividade como o Natal, que impulsiona alguns dos entrevistados a viajar para poderem celebrar a data com os seus familiares que vivem fora. Três entrevistados relatam este facilitador (casos A6, E6 e H6).

#### **- Participação em Actividades de Lazer na Área de Residência**

Este factor, verbalizado por apenas quatro indivíduos, funciona tanto como uma restrição do factor tempo, como se constata pelas palavras do entrevistado C3, como um limitador do orçamento disponível para as viagens, associado assim também ao factor dinheiro.

“ (...) Porque também gosto de ter tempo para as minhas coisas. Quando estou de férias gosto de fazer também no sítio onde eu vivo coisas que não faço no dia-a-dia, fazer mais desporto, ter tempo para sair mais com os meus amigos que às vezes não tenho ...” (Caso C3)

#### **6.4.3.2 Dinheiro**

O dinheiro é o quarto factor mais mencionado (46 entrevistados) nas transcrições deste estudo; sendo, tal como o tempo, um limitador e um factor agregado, na medida em que é percebido no contexto familiar mais do que no plano individual.

O factor económico restringe a decisão de participar em viagens de lazer em contexto turístico, reduzindo o número de viagens anuais, mas afecta em geral bem mais as decisões secundárias, relativas ao número de dias passados em viagem e à escolha dos destinos a visitar.

A limitação dinheiro está relacionada com os rendimentos auferidos pelos indivíduos e com as **responsabilidades pessoais ou familiares** (microsistema). O presente estudo não analisa em detalhe a questão da diferenciação de rendimentos, uma vez que quando questionados sobre este tópico os entrevistados não indicaram devidamente os seus proventos e despesas inerentes. Ainda assim, a própria categorização teórica dos perfis permite sugerir algumas conclusões consistentes com as condições de habitabilidade e estado civil dos entrevistados.

Assim, os perfis A e B sentem mais intensamente a limitação financeira do que os entrevistados dos perfis C e D, uma vez que estes últimos vivem em casa dos pais e por isso não assumem gastos com a sua habitação, manutenção e alimentação. O relato da entrevistada D5 é evidente desta suposição:

“Eu acho que nunca deixei de ir por não ter dinheiro, mas \_ mas a minha situação também é... solteira, vivo em casa dos pais. \_ Ter dinheiro para ir também é só fazer uma gestão que não é muito complicada, não tenho despesas, não tenho nada disso, por isso basta fazer um *forcingzinho*, e pensar que nesse mês vou gastar menos do que é previsto.” (Caso D5)

Já nos respondentes dos perfis E-H, que vivem em família, as responsabilidades familiares são acrescidas, sobretudo para aqueles que têm filhos, pois que às despesas da casa acresce as da educação dos filhos.

Neste caso, o orçamento para viajar deixa também de ser individual, para passar a ser um orçamento familiar. A decisão já não é tomada pelo próprio turista isoladamente, mas é conciliada com o seu marido/esposa.

De salientar, no entanto, que, embora o dinheiro seja, em concordância com a teoria microeconómica, percebido como um limitador, este factor tende a ser desvalorizado pelos entrevistados. Duas razões explicam esta evidência: por um lado, a redução dos **custos de participação** nas viagens, associada à proliferação do contexto *low cost* (*Vide* descrição do caso B2 no sub ponto 6.4.4.2); por outro, verifica-se que o turismo começa a ser parte integrante dos estilos de vida da maioria dos entrevistados deste estudo, o que se traduz no desenvolvimento de estratégias que permitam aos indivíduos incluir as viagens de lazer em contexto turístico nos seus orçamentos anuais. A maior parte dos entrevistados apresentam formas de ultrapassar o inibidor dinheiro: uns poupam mensalmente uma verba destinada exclusivamente às deslocações de lazer, outros usam na totalidade os seus subsídios anuais de férias.

A análise realizada às transcrições sugere ainda a existência de uma relação directa entre uma alta motivação e um gosto por viajar e o considerar o turismo uma prioridade de vida; esta preferência implica que os indivíduos optem por canalizar os seus rendimentos para as viagens em detrimento de outros bens mais supérfluos, como

carros, aparelhos electrónicos, multimédia, ou roupa. A narração da entrevistada H5 é esclarecedora quanto a esta inferência:

“ (...) nós procuramos sempre que a condição económica não seja uma barreira para não viajar, porque preferimos gastar dinheiro em viagens do que noutras coisas materiais, por exemplo, nós não temos TVCabo em casa, não temos computador, não temos ... pronto há certas coisas que outras famílias dão mais valor a isso, nós não, (...) tentamos ao máximo poupar para fazer depois viagens.” (Caso H5)

#### **6.4.3.3 Saúde Pessoal**

Ainda que este não seja um dos factores mais enfatizados pelos entrevistados, apenas nove respondentes o fazem, o que lhe atribui alguma relevância.

De facto, os jovens entrevistados percebem pouco o factor saúde pessoal como determinante da sua decisão; basicamente porque nesta idade os indivíduos ainda gozam de boa saúde, energia e bem-estar para viajar. Por isso mesmo este factor tende a ser um facilitador.

Interessante é referir que mesmo os indivíduos que gozam de uma saúde mais débil não deixam de viajar, sendo este factor referido até como um facilitador, e não como um inibidor como sugeriam os estudos de Blazey (1987, 1992) relativamente ao segmento sénior. As palavras da entrevistada G1 são elucidativas desta sugestão:

“ (...) Foi mesmo ... eu estava numa altura em que estava com muitas dores e foi mesmo tentar arranjar ... para já uma saída daqui que já estava um bocado cansada de estar aqui porque este ano quase não tinha saído, e depois foi tentar conciliar isso com o problema que tinha (...)” (Caso G1)

De salientar ainda que em algumas situações, mesmo quando a saúde pessoal é débil e este factor é percepcionado antes como um inibidor, o gosto por viajar e a vontade pessoal sobrepõem-se ao inibidor, conforme a narrativa da entrevistada H5:

“ (...) e outro aspecto porque nessa altura eu estava muito doente, aí estava mesmo muito doente, ainda pus a hipótese de não ir, mas a vontade [sobe de tom] era tanta que fui e correu tudo bem (...)” (Caso H5)

Em suma, sugere-se que a saúde é um factor dicotómico: a existência de uma saúde estável e bem-estar é um claro facilitador; a falta de saúde pode funcionar como um facilitador, ou como um inibidor, mas em geral não é um proibidor.

Já a saúde de outros indivíduos, como familiares, pode suscitar a existência de compromissos familiares fortes que impedem os indivíduos de viajar. Este factor pode ter uma conotação mais proibitiva do que a própria saúde pessoal.

De salientar ainda que a questão da falta de saúde de familiares próximos enquanto facto antecedente suscita uma limitação da decisão de viajar, mas restringe sobretudo a escolha do destino, conforme refere a entrevistada F5:

“ (...) restrições ou aspectos que condicionaram esta viagem... foi uma viagem feita dentro de Portugal precisamente por motivos familiares. Na altura nós não podíamos sair... quer dizer, podíamos sair do país, mas seria complicado, porque tínhamos um familiar muito próximo com problemas de saúde, sabíamos que eventualmente teríamos que voltar a qualquer momento...” (Caso F5)

#### **6.4.3.4 Localização Geográfica da Área de Residência**

Sete dos 48 entrevistados referem o facto de viverem no Algarve como sendo uma condição essencialmente restritiva da sua participação em viagens de lazer em contexto

turístico, uma vez que as características de sol e praia da região retêm os indivíduos na sua área de residência habitual.

Esta condição funciona em duplo sentido. Em primeiro lugar, associada ao factor da “participação em actividades de lazer na área de residência”, anteriormente referido; no sentido de que os indivíduos optam por fazer férias no Algarve onde consideram ter todas as condições reunidas para um bom descanso, tanto mais que esta se trata de uma zona turística por excelência. Por outro lado, a vinda em férias de familiares e amigos que residem fora do Algarve, sobretudo nos meses de Verão, é uma situação que também impede os entrevistados de se deslocarem em viagem.

Vários respondentes dos perfis B, D, F e H expressaram esta mesma razão entre as explicativas do porque não costumavam viajar em lazer com os seus pais durante o período da infância e adolescência. Atente-se nos relatos dos entrevistados D2 e H5:

“ (...) normalmente as pessoas em férias procuram fazer praia, e nós como moramos cá no Algarve já cá estamos para a praia.” (Caso D2)

“ (...) as férias de Verão sempre foram passadas aqui, quer dizer era impensável nós sairmos na época do Verão daqui \_ porque temos a praia aqui a 500 metros, uma praia só para nós ... e portanto eu fazia as férias de Verão em casa” (Caso H5)

#### **6.4.3.5 Existência/Inexistência de Filhos**

A análise das 12 entrevistas realizadas com indivíduos com filhos (perfis G e H) vai de encontro às conclusões de Crawford e Godbey (1987), Pennington-Gray e Kerstetter (2002), Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) e Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006), que sugeriram que a existência de filhos é um factor de ponderação na tomada de decisão em turismo, sendo que este é um factor com um pendor mais

inibidor que facilitador. Os filhos, independentemente da idade, não são, no entanto, um factor proibitivo, mas antes limitadores.

Os entrevistados admitem de facto que a existência de filho/a(s) limita as suas decisões, por várias ordens de razões:

1. Por um lado, em termos financeiros, os filhos restringem a decisão porque implicam custos de participação mais elevados, perante famílias para as quais o orçamento turístico já está também ele restringido devido não só às responsabilidades familiares, como também aos custos com a educação dos filhos (microsistema).
2. Em termos de tempo, por outro lado, também os filhos condicionam a decisão de viajar, pelo menos a opção relativa à altura do ano em que os pais podem fazer férias. Nestes perfis, para além da restrição temporal pessoal e da restrição temporal do companheiro/a, que se verificava já nos dois perfis anteriores, acresce ainda a restrição temporal dos filhos. No caso das crianças mais pequenas, o facto dos infantários fecharem no Algarve maioritariamente em Agosto (macrosistema) impõe desde logo uma limitação, uma vez que um dos pais é muitas vezes forçado a tirar férias neste período, mesmo que não consiga conciliar essas mesmas férias com o seu parceiro/a; para as crianças que já frequentam a escola primária, há ainda mais o peso dos pais terem que respeitar os períodos escolares, que nem sempre coincidem com o seu próprio tempo de férias (sobretudo no caso daqueles que enfrentam normas por parte do empregador que os inibem de tirar férias no Verão, altura de maior trabalho no Algarve (*Vide* descrição dos casos G6 e H3).
3. A saúde, ou a falta dela nos filhos, é ainda outro inibidor que condiciona os pais na sua decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.

Se a existência de filhos não proíbe os pais de manterem as suas viagens anuais, condiciona, no entanto, de forma decisiva a escolha dos destinos, o tipo de alojamento e as actividades de lazer a realizar no destino, conforme se constata pela descrição da entrevistada G5:

“ (...) Logo na escolha do hotel, ou logo na escolha do destino, como lhe digo nesta altura apenas ponderamos destinos com estas características [sol e praia] por causa dela [filha], porque é pesado irmos para destinos com características mais culturais (...) portanto com ela é mais complicado, porque ela não aproveita tanto, não lhe dá tanto prazer estar numa exposição, num museu, ou num palácio como lhe dá estar numa praia ou numa piscina, ou noutra tipo de divertimento. Portanto o destino neste momento é escolhido em função dela, e o próprio hotel é escolhido em função dela (...) depois no próprio destino há restrições, há excursões que não podemos fazer porque estamos com ela... não podemos ir nas moto4... há restrições, não podemos fazer o mergulho, pelo menos os dois ao mesmo tempo (...)” (Caso G5)

Ainda que haja unanimidade em considerar que os filhos não são um factor proibidor do viajar, o perfil G, em geral, e talvez por ter viajado na infância e adolescência com os pais, ou por sua influência, aceita melhor o viajar com os filhos, quando comparado com os entrevistados do último perfil, que põem mais dificuldades e começam a viajar com os seus filhos mais tarde (apenas a partir dos três anos).

Apenas uma das entrevistadas (G4) não se faz acompanhar da filha nas suas viagens de lazer em contexto turístico, mas também neste caso, a respondente é condicionada por este factor, uma vez que afirma que as saudades que tem da filha e o receio de que lhe aconteça algo fazem com que prefira destinos pouco distantes, como Espanha, para onde vai habitualmente praticar *ski*.

Associado ainda à existência de filhos existe, no entanto, um factor que funciona como facilitador da decisão e que se prende com o desejo de educar os filhos através das viagens. Este aspecto é, no entanto, enunciado apenas por duas entrevistadas (casos G5 e H4).

Inversamente, a inexistência de filhos é referido por três entrevistadas (Casos D3, F2 e F5) como sendo um facilitador da sua decisão, uma vez que pensam ter filhos em breve e essa situação poderá vir a ser uma barreira ao viajar. A ideia é a de poder aproveitar enquanto ainda não têm filhos para viajar.

#### **6.4.3.6 Participação em Acontecimentos Familiares e Não Familiares**

A existência de eventos, de natureza familiar ou não familiar, auxilia a decisão de viajar. Treze entrevistados salientam este factor, sendo este um facilitador, na medida em que a participação nestes eventos específicos consubstancia a emergência de uma motivação nos indivíduos que os leva a viajar.

O desejo de participar num festival de música de Verão levou a entrevistada D2 a tirar férias e passar cinco dias na Zambujeira do Mar com amigos; de acordo com o seu relato aquilo que a levou a esta viagem foi “(...) o nunca ter ido e a vontade de querer conhecer o ambiente do Sudoeste e de um festival de Verão”.

Já o caso C6 viajou até ao Norte para participar no casamento de uma prima, conforme as suas palavras evidenciam:

“Não ir [ao casamento] estava fora de questão, porque não é uma prima qualquer, é uma prima que nós gostamos muito (...) Portanto fomos. Estava de férias, calhou bem, juntámos o útil ao agradável, não estava a trabalhar, fomos. \_\_\_\_\_  
Aproveitei para ver a vóvó, a mãe do pai está no Porto.” (Caso C6)

Ainda assim não se verifica uma forte relevância deste factor no Sotavento algarvio, por oposição à sugestão de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) para o caso da Austrália, em que este é um dos principais factores de ponderação.

#### **6.4.3.7 Características do Destino e Participação em Actividades de Lazer no Destino**

Ainda que a escolha do destino da viagem constitua uma decisão secundária (Um e Crompton, 1990), o que se verifica pela análise das entrevistas realizadas é que muitas vezes a decisão primária de viajar é simultânea e dependente de um determinado destino, que é estipulado *à priori*<sup>13</sup>. A decisão prende-se então com a questão de se viajar para tal sítio, ou não. Nesse sentido alguns entrevistados assumem as suas percepções das características dos destinos e a sua vontade de participar em determinadas actividades de lazer no destino, nomeadamente *ski* (na Serra Nevada, pela proximidade geográfica com o Algarve) como factor de ponderação na sua decisão de participação.

#### **6.4.4 Apresentação de Oito Casos**

A partir da descrição de oito casos, representativos de cada um dos perfis em estudo, expõem-se em detalhe as principais relações encontradas no Sotavento algarvio entre o contexto dos indivíduos, seu presente, percurso pessoal, experiências turísticas passadas e os factores ponderados no momento de decidir se o indivíduo participa, ou não, numa determinada viagem de lazer.

A leitura atenta dos casos permite concluir acerca da autenticidade dos pressupostos de investigação 1-4, ou seja que os facilitadores e os inibidores são percebidos de

---

<sup>13</sup> Esta situação verifica-se sobretudo quando os indivíduos têm familiares ou amigos a residir fora e a sua decisão passa por optar por ir conhecer ou não essa determinada região.

forma diferente em diferentes estádios de vida familiar, e de acordo com o microsistema, o macrosistema e a história pessoal de cada um.

Os casos apresentados foram seleccionados por se considerar que são os mais ricos e emblemáticos de cada um dos perfis, de acordo com a interpretação dos diferentes factores intrapessoais, interpessoais e estruturais. A descrição de cada caso é feita a partir de uma ilustração individual, ideada com base no modelo conceptual esboçado.

#### **6.4.4.1 O Caso A2: Viagens de Aventura Anuais por Parte de uma Jovem Médica**

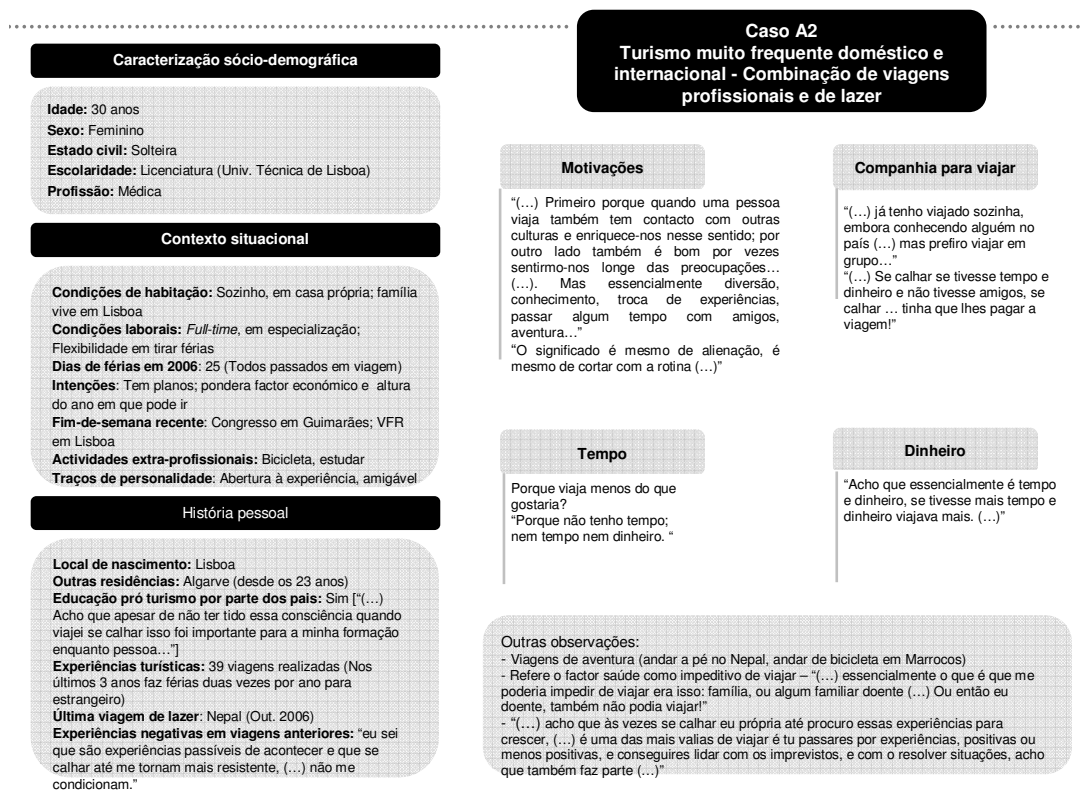
Habituada a viajar desde cedo com os pais (história pessoal), que sempre optaram por fazer férias com os filhos, conforme a Figura 6.17, a entrevistada A2 está altamente motivada para viajar, e utiliza todos os seus dias de férias para sair para o estrangeiro.

Esta entrevistada é uma das que, entre os 48 respondentes, mais oportunidades turísticas teve durante a infância e adolescência (23 viagens). Anualmente passava o mês de Agosto de férias com a família no Algarve (viviu à altura em Lisboa) e paralelamente conheceu, também com os pais e o irmão, Paris, Londres (para onde viajou duas vezes), Madrid, Barcelona, o Norte de Itália e ainda os EUA (“*coast to coast*”).

Durante a Universidade, e como estudou Medicina, o que implicava “muito trabalho, muito estudo”, as viagens restringiram-se ao período estival no Algarve. Já a trabalhar, em Faro, retomou o hábito de viajar, sendo que desde 2001 o faz de forma sistemática, mas já só com os amigos.

A entrevistada A2 realizou um total de 39 viagens e apresenta nos dois últimos anos um comportamento de turismo muito frequente, combinando viagens de lazer em contexto turístico com deslocações por motivos profissionais.

Figura 6.17 – Ilustração de Enquadramento do Caso A2



Fonte: Elaboração própria.

Para além da motivação conhecimento, a sua profissão expõe-a a um desgaste psicológico e mental diário (microsistema), que a entrevistada colmata com viagens de lazer em contexto turístico, que funcionam como um escape e “alienação”. As viagens são também encaradas, por outro lado, como momentos de socialização e divertimento, uma vez que não dispensa a companhia dos amigos. As suas viagens dependem inclusivamente, em grande parte, da participação e influência destes; embora a entrevistada A2, tal como os demais respondentes neste perfil, já tenha viajado sozinha, e não tenha receio de o fazer.

O tempo e o dinheiro são percebidos como limitadores, no sentido em que a entrevistada afirma que estes dois factores são uma restrição para realizar mais do que

as habituais<sup>14</sup> duas viagens de lazer em contexto turístico por ano; e por isso considera que viaja menos do que gostaria.

A limitação temporal deriva das condições laborais existentes em Portugal (macrosistema); e também do facto da entrevistada estar ainda muito condicionada por responsabilidades de natureza académico profissionais, decorrentes da fase de especialização médica em que se encontra (microsistema).

O facto da entrevistada viver sozinha e enfrentar, sozinha, os seus encargos pessoais, nomeadamente com a casa e a manutenção desta (microsistema), implica uma limitação orçamental, que condiciona indirectamente a existência de mais dinheiro para que possa realizar mais viagens anuais.

Ainda assim, o caso A2 viaja com frequência, quer em termos profissionais, para participar em congressos ou incentivos da indústria farmacêutica, quer em lazer; nas suas viagens anuais de lazer a entrevistada escolhe destinos exóticos e viagens de aventura, ligadas à Natureza e a civilizações completamente distintas das ocidentais. Por isso opta por andar de bicicleta em Marrocos ou caminhar no Nepal.

A descoberta do Nepal foi precisamente a sua última viagem, para a qual foram ponderados os factores constantes da Figura 6.18<sup>15</sup>.

Esta entrevistada reconhece, assim como mais dois indivíduos deste perfil, a importância de ter viajado com os pais (história pessoal), ou sob sua influência, para a sua formação e também como determinante das suas atitudes actuais no âmbito desta temática. A sua narrativa é disso prova:

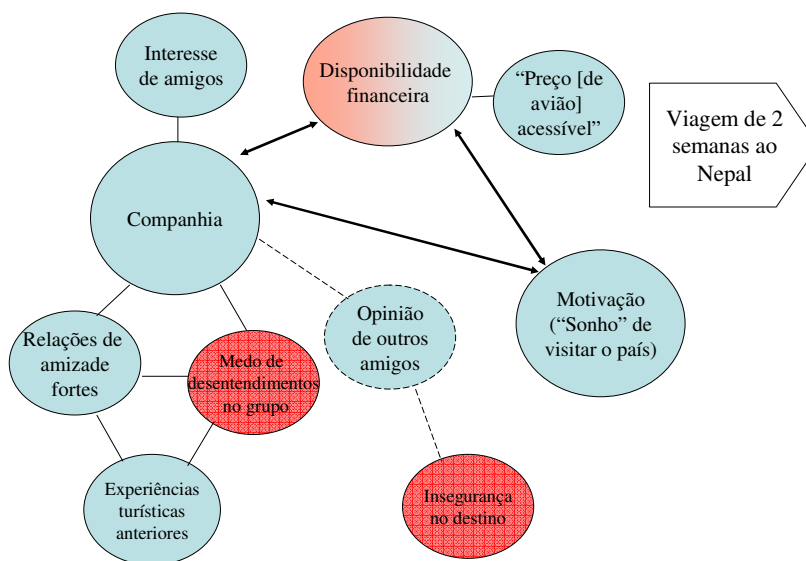
---

<sup>14</sup> Nos últimos três anos a entrevistada realiza pelo menos duas viagens de lazer; combinadas com deslocações de trabalho.

<sup>15</sup> Na Figura 6.18, assim bem nas demais figuras referentes às redes de decisão turística, entenda-se os círculos azuis como sendo os facilitadores e os vermelhos como sendo os inibidores.

“ (...) acho que foi muito importante, o viajar para fora e ter uma visão diferente, conhecer outras formas de \_\_\_ viver e de \_\_\_\_\_ outras\_\_\_ experimentar comidas diferentes, ver outras formas de vida. Acho que apesar de não ter tido essa consciência quando viajei se calhar isso foi importante para a minha formação enquanto pessoa...” (Caso A2).

**Figura 6.18 – Rede de Decisão da Última Viagem do Caso A2**



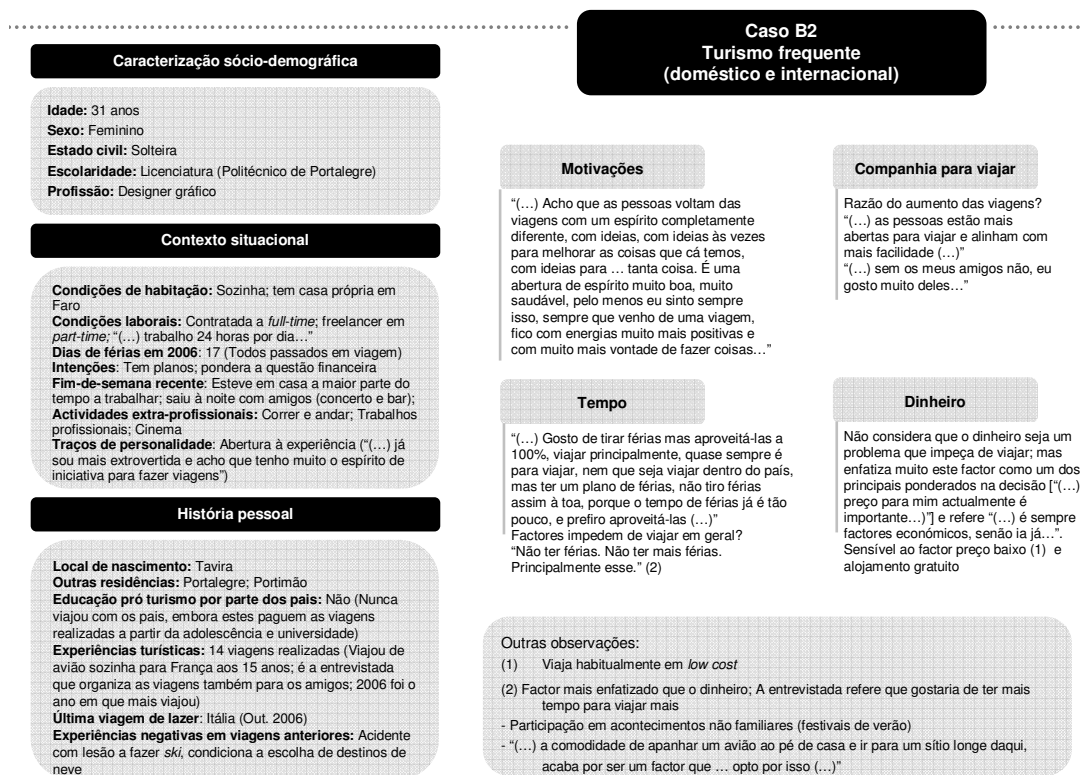
Fonte: Elaboração própria.

Em suma, este caso sugere que a decisão de participar em viagens de lazer em contexto turístico decorre da combinação da experiência turística da entrevistada e do seu contexto actual de vida. A experiência (história pessoal) que a entrevistada A2 tem, assim como a sua exigente profissão (microsistema), são factos que funcionam no sentido de fomentar as motivações para viajar (facilitadores) e diminuir a intensidade dos inibidores tempo e dinheiro. Este caso evidencia a importância da história pessoal como factor de incentivo à decisão de viajar; e permite confirmar os pressupostos de investigação 1, 2, 4 e 6.

#### 6.4.4.2 O Caso B2: Viagens *Low Cost* Frequentes com Amigos para Capitais Europeias

A entrevistada B2 tem 31 anos, é solteira e vive sozinha em casa própria. Trabalha a tempo inteiro como trabalhadora dependente numa empresa de design e como *freelancer* em *part-time*, conforme Figura 6.19.

Figura 6.19 - Ilustração de Enquadramento do Caso B2



Fonte: Elaboração própria.

Neste caso, a entrevistada não viajava na infância com os pais, mas na adolescência teve a oportunidade de conhecer Paris, por intermédio da madrinha que aí vivia; tendo na altura viajado sozinha até França. Posteriormente, é a partir do momento em que começa a trabalhar que o número de viagens de lazer em contexto turístico começa a subir de forma contínua.

Actualmente, a entrevistada, que apresenta um total de 14 viagens, tenta aproveitar ao máximo os seus momentos de férias, conforme conta:

“É como eu costumo dizer ao meu chefe: eu só tiro férias quando tenho programas, ou quando tenho algo programado para preencher o meu tempo útil, não gosto de tirar férias para descansar em casa, gosto de tirar férias mas aproveitá-las a 100%, viajar principalmente, quase sempre é para viajar, nem que seja viajar dentro do país (...)”

(Caso B2)

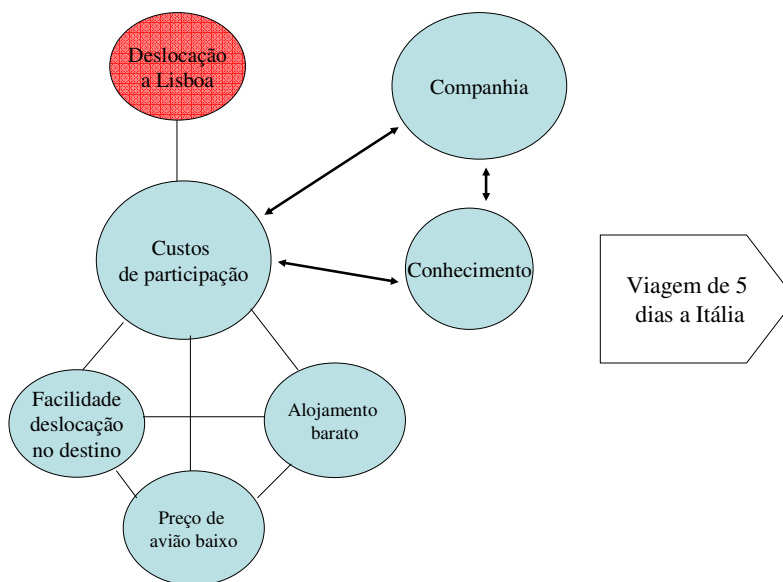
De facto, em 2006, a entrevistada usou todos os seus (17) dias de férias para viajar; fê-lo duas vezes para o estrangeiro e uma vez em Portugal; e no último ano a entrevistada B2 registou, por outro lado, um aumento no número de deslocações. Este acréscimo deve-se, segundo a respondente, ao facto de sentir uma maior abertura para viajar por parte dos seus amigos, decorrente em grande medida de preços de avião baixos (custos de participação). Nos últimos anos proliferaram no Algarve as viagens *low cost*, facto que é referido pela maioria dos entrevistados, em todos os perfis, e que constitui um facilitador da decisão de viajar.

Assim, o principal factor que facilita a decisão de viajar por parte da entrevistada B2 prende-se com “os preços mais apetitosos” (Caso B2), ou seja, os baixos custos de participação (facilitador estrutural), conjugados com a existência de companhia para viajar (facilitador interpessoal) e uma vontade de conhecer (facilitador intrapessoal); conforme se conclui pela observação da figura 6.20.

Apesar dos baixos custos de participação enfatizados pela entrevistada, o dinheiro é percebido como sendo um limitador, no sentido em que restringe o número de viagens anuais que a respondente pode fazer e a escolha dos destinos que quer visitar.

O seu orçamento individual está condicionado pelas suas obrigações pessoais, nomeadamente os gastos com a casa, manutenção desta e despesas do dia-a-dia (microsistema).

**Figura 6.20 – Rede de Decisão da Última Viagem do Caso B2**



Fonte: Elaboração própria.

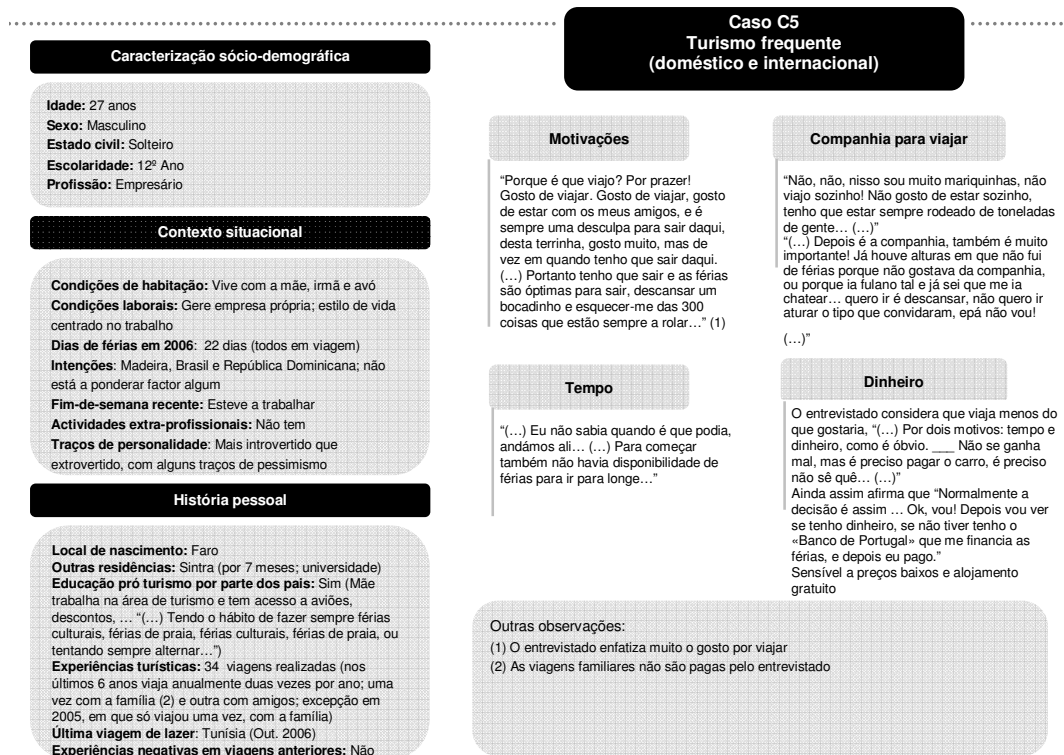
O tempo é também um limitador, mais referido que propriamente o dinheiro. A limitação temporal deriva essencialmente dos padrões laborais portugueses (macrosistema).

Em suma, este caso evidencia a importância dos factores estruturais, nomeadamente os que derivam da própria indústria turística, como incentivo das viagens e como forma de ultrapassar os inibidores relacionados com o dinheiro.

#### **6.4.4.3 O Caso C5: Decisões Automáticas Decorrentes de um Profundo Gosto por Viajar e de uma Situação Financeira Favorável**

De acordo com a Figura 6.21, o entrevistado C5 tem 27 anos, é solteiro e vive com a mãe, a irmã e a avó. Está habituado a viajar anualmente, e desde a infância, com a família, facto que é facilitado pela profissão da mãe na área do turismo. Actualmente viaja duas vezes por ano: uma com a família e outra com os amigos.

Figura 6.21 - Ilustração de Enquadramento do Caso C5



Fonte: Elaboração própria.

Com um total de 34 viagens realizadas, o caso C5 está altamente motivado para viajar, sente de forma intensa as motivações escape e relaxamento e socialização; e revela um profundo gosto por viajar, conforme se constata a partir do seu relato:

“Considero que viajo menos do que gostaria porque ... é a tal coisa, preciso de sair!  
Trabalho 18 horas por dia, 16 horas por dia [microsistema], ando cansado! E gosto de viajar. É um prazer que eu tenho sentar o rabo no avião e ... às vezes quando vejo um avião e estou aqui... costumo “olha um avião! Ali é que eu ia bem!”; tenho aquela sensação de vamos de férias, conhecer outros sítios, divertir com os amigos, ou a família... Gosto, gosto muito de viajar!” (Caso C5)

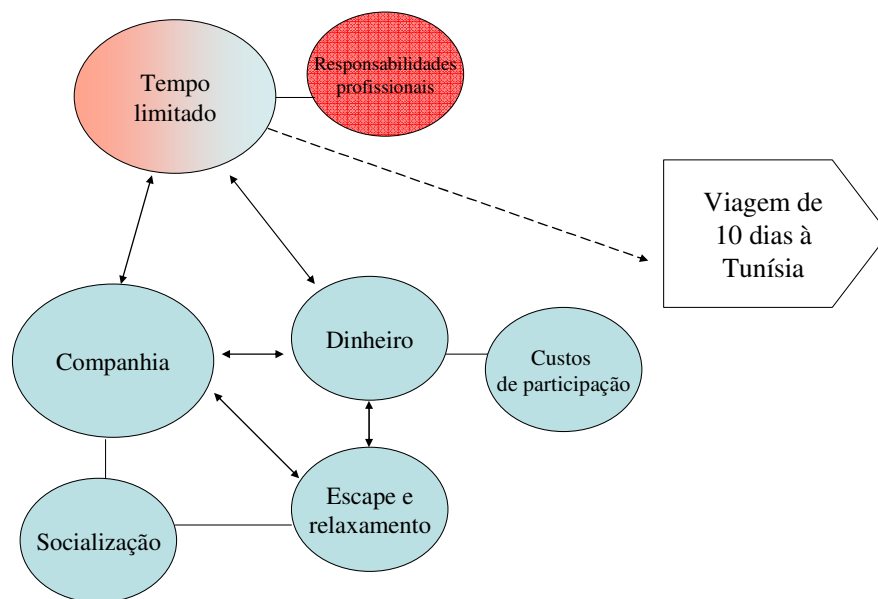
O gosto por viajar e o hábito de o fazer anualmente resultam em decisões mais automáticas e inconscientes, facilitadas pelo contexto de vida do entrevistado, que vive em casa da mãe, tem a sua própria empresa e trabalha com sucesso (microsistema); e tem ainda um grande à vontade para pedir, se necessário, dinheiro emprestado para viajar. Daí que o entrevistado afirme:

“ (...) Normalmente a decisão é assim ... Ok, vou! Depois vou ver se tenho dinheiro, se não tiver tenho o Banco de Portugal que me financia as férias, e depois eu pago.”

(Caso C5)

Ainda assim o tempo e o dinheiro são percebidos mais como inibidores do que facilitadores, sendo limitadores, nomeadamente no que à escolha do destino diz respeito, conforme se percebe pela observação da Figura 6.22.

**Figura 6.22 – Rede de Decisão da Última Viagem do Caso C5**



Fonte: Elaboração própria.

O facto de estar à frente da sua própria empresa, que trabalha com sucesso na área da hotelaria, implica que o entrevistado sinta de uma forma muito intensa a restrição temporal, decorrente das responsabilidades profissionais que enfrenta diariamente. Relativamente ao dinheiro, a restrição advém de compromissos pessoais, nomeadamente do pagamento de empréstimo de carro e despesas do dia-a-dia.

Em suma, no caso do entrevistado C5 a sua alta motivação e gosto por viajar, decorrentes da sua história pessoal (*cf.* pressuposto de investigação 4), e a disponibilidade financeira, são facilitadores; inversamente, os compromissos profissionais, que emergem do microsistema (*cf.* pressuposto de investigação 1) do indivíduo e implicam uma restrição temporal, são inibidores. Também a falta de companhia é um factor limitativo do viajar, sendo que neste caso se reveste mesmo de um cariz proibitivo, uma vez que o entrevistado não viaja sozinho, em virtude da sua própria personalidade (microsistema).

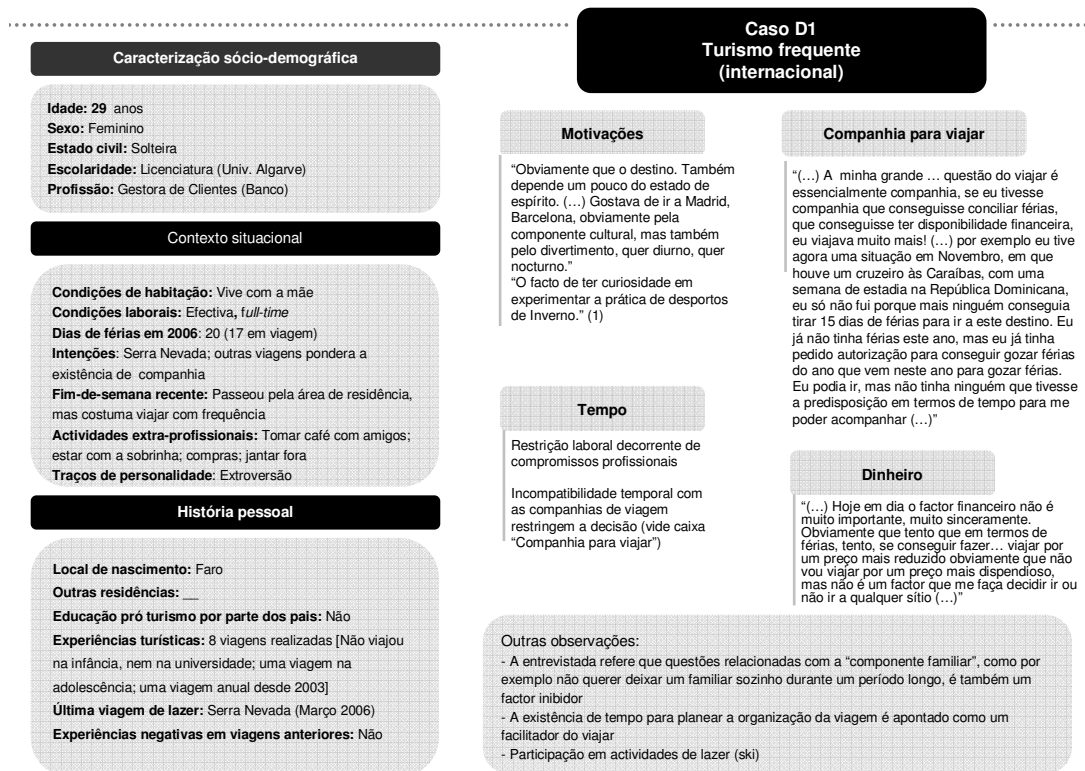
Este caso permite validar de forma concludente a sugestão de Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006) de que as experiências turísticas anteriores derivam em decisões mais espontâneas, assim como corroborar o pressuposto de investigação 6.

#### **6.4.4.4 O Caso D1: Viagens Frequentes por Parte de Jovem Solteira com Elevado Poder de Compra**

Solteira e com 29 anos, a entrevistada D1 apresenta uma situação de vida estável, uma vez que vive em casa da mãe e trabalha numa instituição bancária há oito anos; situação que se traduz num à vontade financeiro.

A Figura 6.23 apresenta a caracterização deste caso.

**Figura 6.23 – Ilustração de Enquadramento do Caso D1**



Fonte: Elaboração própria.

A primeira viagem realizada pela entrevistada foi durante a adolescência: uma visita de estudo com a escola. Posteriormente, durante o período da universidade, não se registou qualquer viagem; e por isso, a sua "carreira turística" começa a desenvolver-se essencialmente em 2003, ano a partir do qual regista pelo menos uma viagem anual.

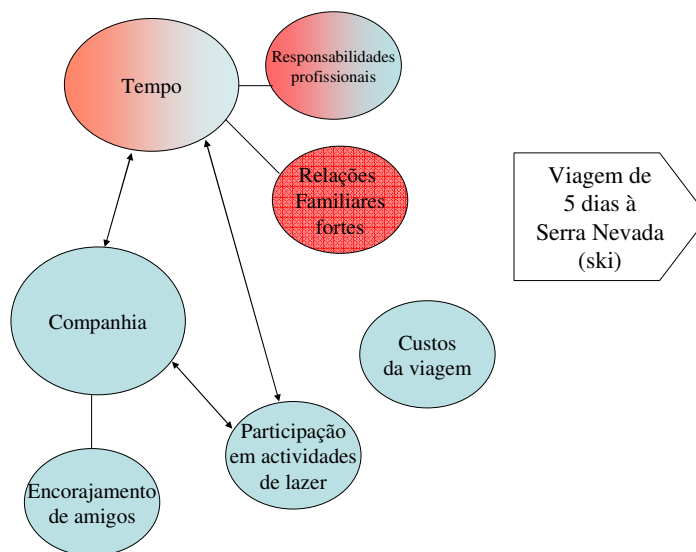
De acordo com a entrevistada o factor companhia é aquele que mais pondera nas suas decisões de participação em viagens de lazer em contexto turístico; sendo que a existência de companhia para viajar é um forte facilitador, enquanto que a sua falta é um claro proibidor. O relato da entrevistada D1 demonstra de forma concludente esta conclusão:

“ (...) eu tive agora uma situação em Novembro, em que houve um cruzeiro às Caraíbas, com uma semana de estadia na República Dominicana, eu só não fui porque mais ninguém conseguia tirar 15 dias de férias para ir a este destino. Eu já não tinha férias este ano, mas eu já tinha pedido autorização para conseguir gozar férias do ano que vem neste ano. Eu podia ir, mas não tinha ninguém que tivesse a predisposição em termos de tempo para me poder acompanhar na viagem (...) (Caso D1)

O inibidor (interpessoal) falta de companhia está pois também associado a outros factores de ordem estrutural. Ainda que a entrevistada não percepcione o tempo e o dinheiro como inibidores, acaba por se ver limitada pela indisponibilidade temporal ou financeira de terceiros.

Em termos de tempo, apesar de existir a limitação do número de dias de férias decorrente do macrosistema, este factor não é muito enfatizado pela entrevistada D1, que consegue gerir os períodos de férias que tem anualmente afim de viabilizar as suas viagens.

**Figura 6.24 – Rede de Decisão da Última Viagem do Caso D1**



Fonte: Elaboração própria.

A observação da Figura 6.24 corrobora o anteriormente descrito, e enfatiza ainda a questão da relação da entrevistada com a sua família. O facto de viver com a mãe (microsistema) impele a entrevistada a ponderar os compromissos familiares e as saudades, o que a restringe em termos do número de dias fora, conforme se assume a partir do seu discurso:

“ (...) a componente familiar, o facto de ... a minha mãe... eu moro com a minha mãe, o facto de deixar a minha mãe sozinha, durante um período muito longo, podia ser uma situação que me podia de alguma forma limitar na minha disponibilidade de tempo.”

(Caso D1)

Em suma, este caso evidencia a importância dos factores interpessoais como um dos principais determinantes da decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.

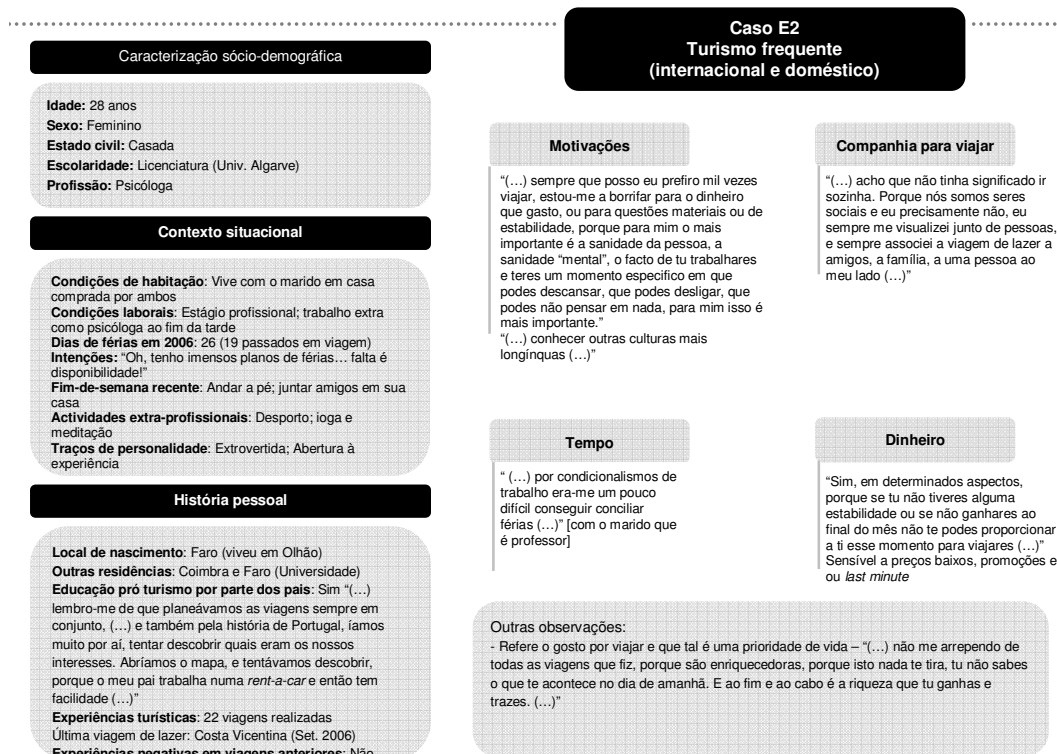
Este caso comprova também o pressuposto de investigação 1.

#### **6.4.4.5 O Caso E2: Viagens Frequentes Decorrentes da História Pessoal e de um Profundo Gosto por Viajar**

A entrevistada E2 tem 28 anos, é casada e vive em casa própria com o marido (Figura 6.25). Está a realizar um estágio profissional numa instituição de apoio social, e trabalha ainda em *part-time* como Psicóloga. Tem um estilo de vida pró-activo, associado a actividades desportivas ao ar livre e desenvolvimento espiritual.

Relativamente à actividade turística, a entrevistada começou a viajar com os pais desde a infância, sobretudo em Portugal, mas também pontualmente no Sul de Espanha. Este comportamento manteve-se durante a Universidade, altura em que já vivia com o namorado, e em que ambos partilhavam o gosto por viajar.

**Figura 6.25 - Ilustração de Enquadramento do Caso E2**



Fonte: Elaboração própria.

Actualmente, apresenta um comportamento turístico frequente. Em 2006, para além de uma semana na Costa Vicentina, viagem que faz habitualmente todos os anos em Setembro para descansar, a entrevistada teve ainda oportunidade de voltar ao Brasil. E em terras de Vera Cruz, aproveitou para realizar actividades de lazer que gosta e simultaneamente viver como uma verdadeira brasileira e experimentar a cultura do país.

A narração de alguns dos episódios vividos dá-nos conta disso mesmo:

" (...) No Rio de Janeiro consegui porque eu adoro desporto e a cultura deles é excelente e nós ficámos em Ipanema e estar lá no calçadão, e acordar às seis da manhã e deitar-mo-nos à meia-noite ou mais, porque queria era sugar aquilo tudo e então fizemos de tudo, desde andar imenso a pé, se eu tivesse algo que contasse os quilómetros que fizemos, andámos imenso a pé por aquela zona da avenida atlântica,

Ipanema, toda essa parte, no outro dia alugámos umas bicicletas e fomos também...

(...)” (Caso E2)

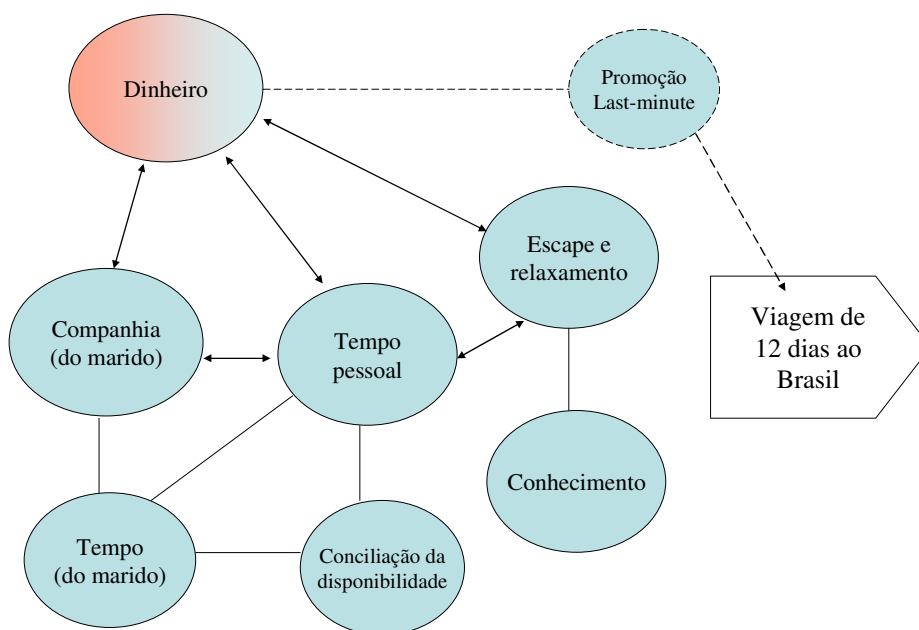
De salientar que no discurso desta entrevistada sobressai o tom muito entusiasmado com que relata as suas histórias de viagem; o que revela o seu gosto por viajar, comum a todos os entrevistados no perfil E.

Actualmente, a motivação conhecimento e a necessidade de sair do seu contexto habitual são as razões mais enfatizadas para as suas deslocações, que funcionam como os principais facilitadores da decisão.

Sendo casada, a entrevistada E2 viaja habitualmente com o marido e é por isso que o factor tempo não é percepcionado como uma restrição individual, mas como uma limitação do casal. Dificuldade em marcar férias, sobretudo ao mesmo tempo que o marido e a incompatibilidade temporal que daí decorre são factores proibitivos do viajar. Se o marido não tem férias e não viaja, a esposa/entrevistada também não viaja, ou seja, a falta de um companheiro/a específico de viagem é um proibidor; enquanto que a sua disponibilidade é um facilitador. Também a existência de disponibilidade e compatibilidade temporal entre o casal é, por outro lado, um facilitador do viajar, conforme demonstra a Figura 6.26, relativa à última viagem internacional da entrevistada.

O dinheiro surge também para este respondente como um factor agregado, que é examinado cuidadosamente e percepcionado como um limitador, mas não como um proibidor.

**Figura 6.26 – Rede de Decisão da Última Viagem Internacional do Caso E2**



Fonte: Elaboração própria.

A limitação orçamental da entrevistada deriva das suas responsabilidades familiares, nomeadamente dos encargos com a casa, sua manutenção, e carro (microsistema), o que limita o número de viagens anuais e o destino escolhido para essas mesmas viagens de lazer em contexto turístico. Por isso mesmo a entrevistada E2 é sensível a campanhas promocionais e pondera bem os custos de participação, conforme comprova o seu relato:

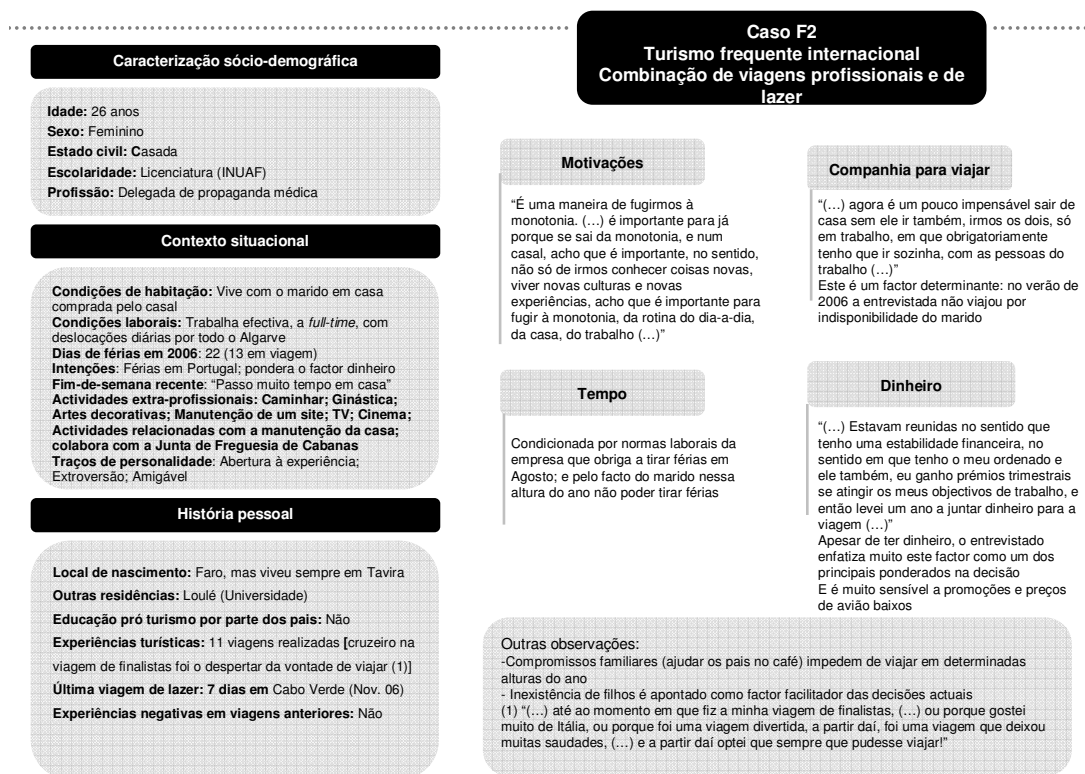
“ (...) Ou porque se calhar apareceu aquela promoção, porque isto é importante para mim ... eu pondero bem isto, o facto de, porque é que se eu posso fazer uma viagem que por exemplo me pode custar mil euros porque é que eu vou fazer por 2000? Não é? Eu pondero esse factor, sim, sem dúvida.” (Caso E2)

Em suma, este caso mostra como os facilitadores e os inibidores que enquadram a decisão de viajar derivam principalmente do contexto familiar; os factores interpessoais também sobressaem neste caso, em particular o factor companhia do marido para viajar.

#### 6.4.4.6 O Caso F2: Viagens Românticas Anuais

A entrevistada F2 tem 26 anos, é casada, vive em casa própria comprada com o marido, e trabalha como delegada de informação médica. A Figura 6.27 apresenta a caracterização deste caso F2.

Figura 6.27 - Ilustração de Enquadramento do Caso F2



Fonte: Elaboração própria.

Na infância e adolescência realizou apenas duas viagens com a família, pais e irmão, uma à Serra da Estrela e outra a Inglaterra, por ocasião do baptizado do seu afilhado. Estas viagens constituíram um marco importante para a entrevistada uma vez que no contexto em que foi criada não existia o hábito de viajar, conforme se evidencia pelas próprias palavras da entrevistada:

“Lembro-me que estava eufórica, contava a toda a gente na escola que ia à Inglaterra, porque não era muito habitual, ia andar de avião, ninguém na minha turma tinha andado de avião, e então parecia que tinha assim uma jóia comigo especial, dizia a toda a gente que ia viajar com os meus pais de avião, não era hábito no meu meio de amigos, no meu meio de vivência haver esse hábito de viajar com os pais, e especialmente de avião, para fora do país.” (Caso F2)

Depois de concluída a sua licenciatura, em Psicologia, e após a realização da sua viagem de finalistas, um cruzeiro pelo Mediterrâneo, nasceu na entrevistada uma maior vontade por viajar, conforme se infere pela sua descrição:

“ (...) É assim, eu nunca tinha... eu ouvia as pessoas dizer “ah, adoro viajar, tenho saudades daquela viagem ou assim ou assado!”, e eu nunca tinha esse sentimento, até ao momento em que fiz a minha viagem de finalistas, fiquei com imen[so]... ou porque gostei muito de Itália, ou porque foi uma viagem divertida, a partir daí, foi uma viagem que deixou muita saudade, e nunca mais se volta a repetir, não é, porque nunca mais se volta a juntar as mesmas pessoas, e não é, mesmo o estilo de vida, mesmo as preocupações que tinha na altura, deixou muitas saudades, e a partir daí optei por sempre que pudesse viajar!” (Caso F2)

Actualmente, a entrevistada sente uma motivação para viajar (facilitador) associada a uma vontade de escape e relaxamento e socialização; no sentido em que para a entrevistada F2, turismo é sinónimo de tempo e espaço para o casal desfrutar da companhia um do outro, a tempo inteiro, e realizar actividades diferentes das rotinas habituais. Por isso mesmo, a entrevistada rejeita não viajar com o marido; e nesse sentido, a falta de companhia é um proibidor.

Neste caso, o factor companhia está directamente ligado ao factor tempo. Para além da restrição temporal pessoal, que deriva das normas laborais portuguesas (macrosistema) e das regras internas impostas pela empresa onde trabalha (microsistema), a entrevistada

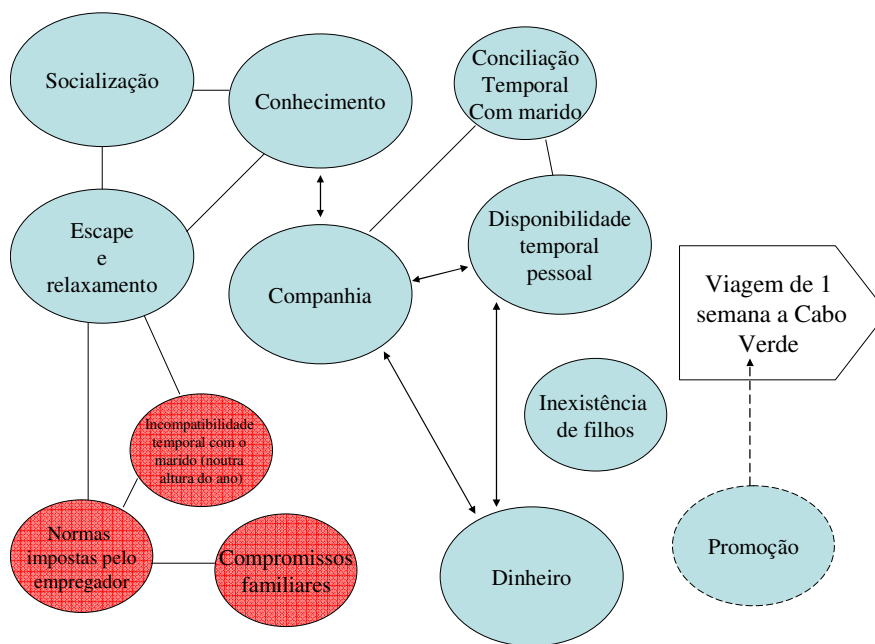
está ainda limitada pela disponibilidade temporal do marido. Nesse sentido, o tempo é um forte inibidor/limitador para a entrevistada. A empresa onde trabalha obriga-a a tirar três semanas de férias no mês de Agosto (microsistema), mês de maior afluência de turistas portugueses no Algarve e altura em que o marido não pode tirar férias. O casal fica então restringido a apenas uma semana por ano para realizar as suas viagens, o que condiciona também em larga medida a escolha do destino turístico. Dos 22 dias úteis que a entrevistada gozou de férias em 2006, 13 foram usados em viagens: cinco dias foram passados em Roma, pagos pela empresa, e oito num *resort* de luxo em Cabo Verde com o marido.

Ainda assim, a situação é paradoxal, na medida em que o facto da entrevistada ficar na sua área de residência durante o período estival, a trabalhar para ajudar os pais no negócio da família, intensifica o desejo de viajar noutra altura do ano. A motivação escape e relaxamento está também presente nos seus relatos, sendo mesmo um forte facilitador da decisão de participar em viagens de lazer em contexto turístico.

O dinheiro é outro factor ponderado e bastante enfatizado pela entrevistada, mesmo que não seja percepcionado como um inibidor, uma vez que segundo a entrevistada o casal tem uma situação financeira estável e utiliza os seus incentivos empresariais para financiar as suas viagens. Ainda assim, a entrevistada é sensível a promoções e custos de participação baixos, sobretudo no que toca à decisão relativa ao destino, conforme se verifica pela Figura 6.28.

De salientar que esta entrevistada, sendo casada, já refere o factor inexistência de filhos como sendo actualmente um facilitador, por oposição a tempos futuros em que eventualmente poderá vir a ser mãe.

**Figura 6.28 – Rede de Decisão da Última Viagem do Caso F2**



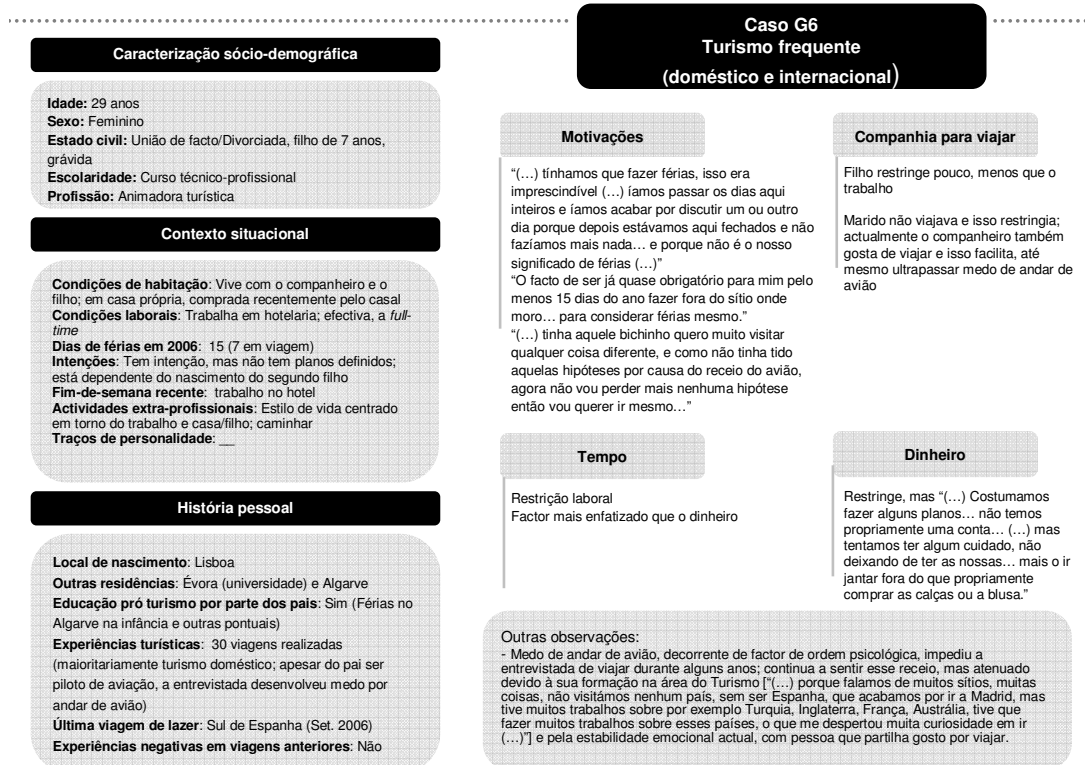
Fonte: Elaboração própria.

Em suma, este caso sugere que os factores intrapessoais, como a motivação, emergem directamente dos contextos interpessoais, ou seja, do microsistema dos indivíduos, o que mais uma vez comprova o pressuposto de investigação 1.

#### **6.4.4.7 O Caso G6: Turismo Frequente em Portugal e Estrangeiro por Parte de uma Jovem Mãe**

A entrevistada G6 é mãe de um menino de sete anos, é divorciada, mas vive com um novo companheiro, em casa própria comprada recentemente pelo casal (Figura 6.29). À altura da entrevista, e com 29 anos de idade, a entrevistada estava à espera do seu segundo filho.

Figura 6.29 – Ilustração de Enquadramento do Caso G6



Fonte: Elaboração própria.

Em termos turísticos, a respondente viajava na infância habitualmente para o Algarve afim de fazer praia com a família (vivía na altura em Lisboa). Uma vez que o pai era piloto de aviação, teve também oportunidade de realizar algumas viagens, nomeadamente à Madeira, Açores e Itália. O medo que desenvolveu relativamente ao andar de avião (inibidor intrapessoal) impediu-a, no entanto, de viajar mais, facto que actualmente lamenta; mas que a motiva, por outro lado, a aproveitar todas as oportunidades de viagem que surjam. Este facto, que resulta do percurso pessoal da entrevistada, faz emergir uma motivação que funciona como um facilitador, conforme comprova o seu depoimento:

“(...) exactamente porque tinha aquele bichinho de quero muito visitar qualquer coisa diferente, e como não tinha tido aquelas hipóteses por causa do receio do

avião, agora não vou perder mais nenhuma hipótese então vou querer ir mesmo...”

(Caso G6)

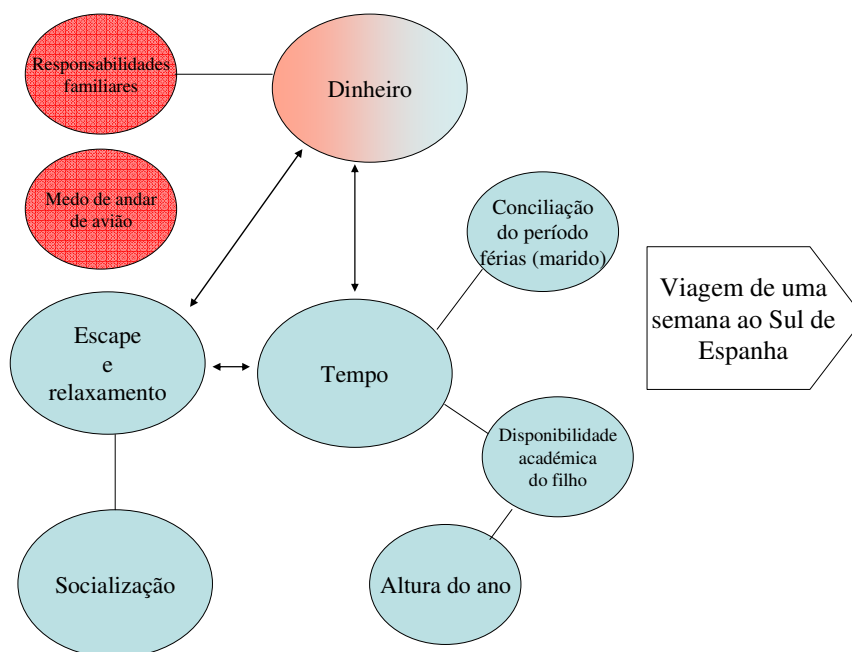
Actualmente, e nos dois últimos anos, a entrevistada G6 apresenta um comportamento turístico frequente, com viagens domésticas e internacionais. Tal comportamento resulta da combinação de uma estabilidade financeira e emocional (microsistema), que permite atenuar o inibidor intrapessoal (medo de andar de avião) que ainda hoje sente. Segundo a respondente, o facto de ter tido formação na área do turismo (percurso pessoal) e ter ao seu lado um companheiro que gosta de viajar (microsistema) facilita a sua decisão, por oposição aos tempos em que viveu com o marido, que não gostava de viajar.

A entrevistada G6 está, no entanto, limitada nos seus comportamentos turísticos frequentes pelo seu trabalho (microsistema). Os compromissos profissionais restringem a sua disponibilidade temporal, uma vez que a entrevistada tem poucos dias de férias e só pode marcar férias em determinadas alturas do ano, nunca entre Julho e Agosto; o mesmo sucedendo com o seu companheiro. O seu tempo pessoal está ainda condicionado, por outro lado, pelos períodos escolares do filho, que com sete anos já frequenta a escola primária.

Assim, o tempo é o principal inibidor enfrentado por esta respondente, para quem este factor é percepcionado como sendo um limitador mais forte que o próprio filho.

A Figura 6.30 expõe os factores referidos como tendo sido ponderados na decisão da entrevistada G6 relativamente à sua última viagem de lazer; e pela observação da Figura conclui-se que também o dinheiro é percepcionado como sendo um limitador, ainda que o casal tenha a preocupação de prescindir de outros gastos para manter como prioridade as suas viagens de lazer em contexto turístico.

**Figura 6.30 – Rede de Decisão da Última Viagem do Caso G6**



Fonte: Elaboração própria.

Este caso revela de forma inequívoca a importância do percurso pessoal (medo de andar de avião decorrente do facto do pai ser piloto; e formação na área do turismo, por exemplo) e dos contextos pessoais, profissionais<sup>16</sup> e interações interpessoais actuais (micro e macrosistema) como determinantes na emergência dos vários factores que enquadram a decisão de viajar; o que corrobora os pressupostos de investigação 1, 2 e 4.

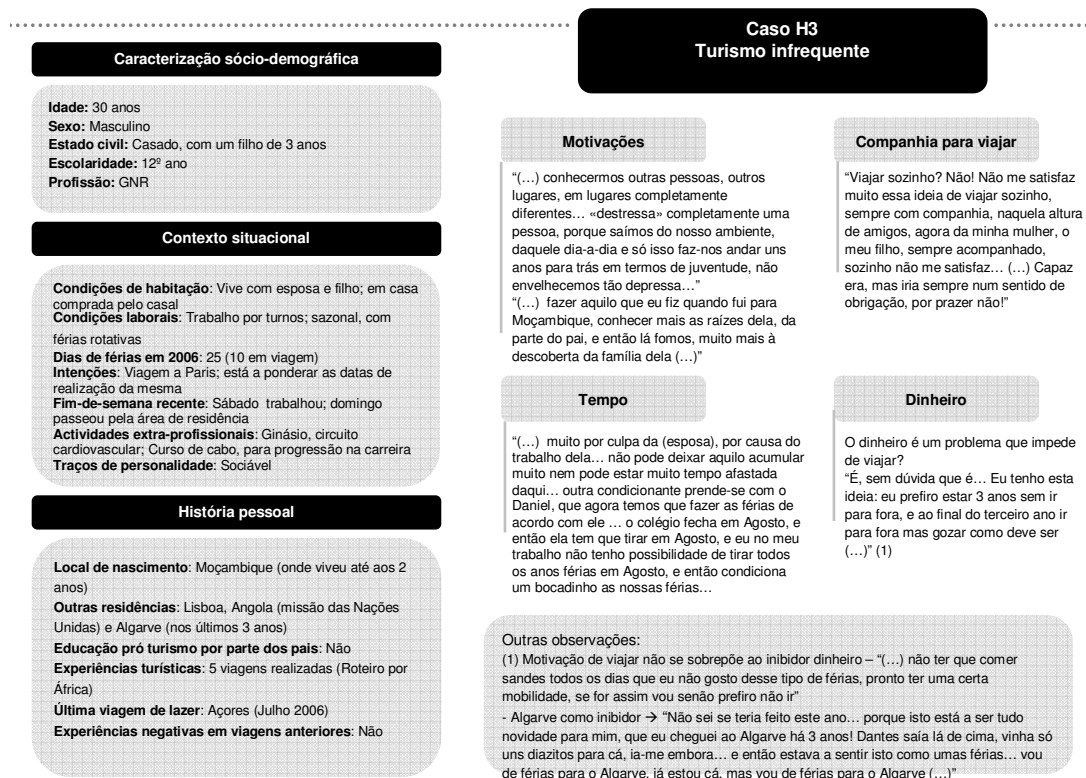
#### **6.4.4.8 O Caso H3: Viagens Infrequentes com a Esposa e Filho**

De acordo com a Figura 6.31, o entrevistado H3 tem 30 anos, é casado e vive com a esposa e o filho de três anos em casa própria, comprada recentemente pelo casal.

<sup>16</sup>“(…) quando nós trabalhamos em hotelaria se calhar ainda sentimos mais prazer em ir para um hotel e sentir que nos estão a servir a nós, que não temos que ser nós a servir as pessoas que estão lá (…)”.

Trabalha por turnos como polícia da Guarda Nacional Republicana, e em termos de períodos de férias apenas de dois em dois anos pode usufruir de férias ao mesmo tempo que a esposa, ou seja, durante o mês de Agosto.

Figura 6.31 – Ilustração de Enquadramento do Caso H3



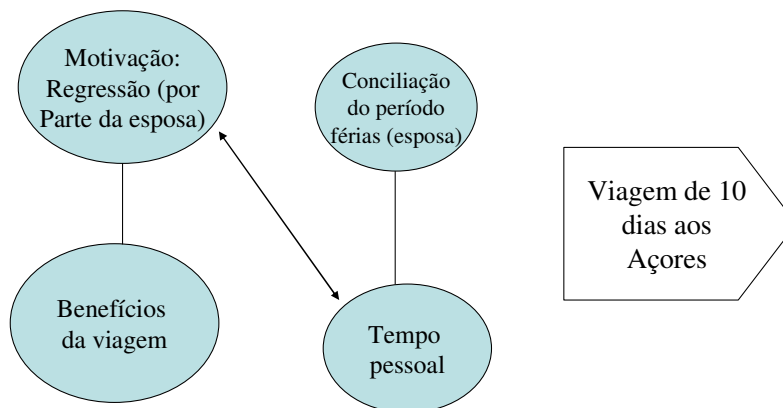
Fonte: Elaboração própria.

Este respondente nasceu em Moçambique, onde viveu até aos dois anos, e onde regressou durante uma estada em Angola quando integrava uma missão da Organização das Nações Unidas. Esta viagem foi a terceira da sua vida, antecedida por uma estada durante a infância no Brasil, para visitar a irmã, e uma outra, na adolescência, com os amigos, a Benidorm. Mais recentemente, o entrevistado viajou em lua-de-mel pelo Norte do país e no ano de 2006 foi aos Açores. O entrevistado H3 apresenta um total de

cinco viagens, sendo dos respondentes que apresenta uma experiência turística mais reduzida.

A última viagem realizada aos Açores foi motivada pelo falecimento repentino do seu sogro e consequente desejo da esposa em conhecer as raízes do pai e conhecer a família residente no destino. Neste caso, um acontecimento de vida negativo desencadeou, na esposa do entrevistado e posteriormente no próprio respondente, a motivação para viajar; assim, a motivação regressão funcionou como um claro facilitador da decisão, tendo-se mesmo sobreposto aos inibidores tempo e dinheiro, que o entrevistado sente, por norma, de forma intensa. No caso específico desta viagem, a motivação de regressão facilitou toda a decisão da viagem, tendo o casal apenas que conciliar as datas em que poderia fazer a viagem. O factor dinheiro não é sequer relatado na narrativa do entrevistado referente às condições que enquadraram a sua decisão, conforme descreve graficamente a Figura 6.32.

**Figura 6.32 – Rede de Decisão da Última Viagem do Caso H3**



Fonte: Elaboração própria.

A decisão de viajar (para os Açores) foi para este respondente atípica, uma vez que por norma, o inibidor dinheiro é encarado como um proibidor conforme se verifica no

depoimento do entrevistado e que deixa transparecer que o viajar não é para este indivíduo uma prioridade:

“ (...) Eu tenho esta ideia: eu prefiro estar três anos sem ir para fora, e ao final do terceiro ano ir para fora mas gozar como deve ser, não quero com isto dizer que vou fazer férias de rico, mas ter pelo menos uma certa mobilidade para lá andar, não ter que comer sandes todos os dias que eu não gosto desse tipo de férias, pronto ter uma certa mobilidade, se for assim vou, senão prefiro não ir...” (Caso H3)

Quanto ao tempo, o entrevistado H3 está condicionado pelo seu micro e macrosistema, ou seja, pelas normas laborais portuguesas, pelas regras impostas pelo seu empregador face aos períodos de férias, pelas limitações temporais da sua esposa, decorrentes de responsabilidades profissionais, e ainda pela questão de que em Agosto o infantário do filho fecha, o que implica que pelo menos um dos pais tenha que tirar férias nessa altura (normalmente a mãe, uma vez que o entrevistado está limitado nesse sentido, pelo menos de dois em dois anos). Esta questão relativa ao infantário do filho implica uma certa incompatibilidade temporal entre o entrevistado e a sua esposa, o que funciona como limitador.

Assim, o tempo é um forte inibidor; que funciona por agregação ao factor companhia. O entrevistado afirma que em lazer não o satisfaz viajar sozinho, ainda que fosse capaz de o fazer. Nesta altura da sua vida não dispensa, no entanto, a companhia da sua esposa e do seu filho; tal como em outros tempos não dispensou a companhia dos seus amigos. A existência de companhia é assim um facilitador.

O entrevistado H3 refere ainda como inibidor o facto de residir no Algarve, onde aprecia a praia e o ter tempo para estar com os amigos.

Em suma, este caso enfatiza o facto de indivíduos com menos experiência de viagem, leia-se menos número de viagens realizadas, terem menos predisposição para

ultrapassar os inibidores tempo e dinheiro. Este caso comprova ainda, por outro lado, o pressuposto de investigação 7, sendo a qual acontecimentos particulares da vida dos indivíduos influenciam a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico.

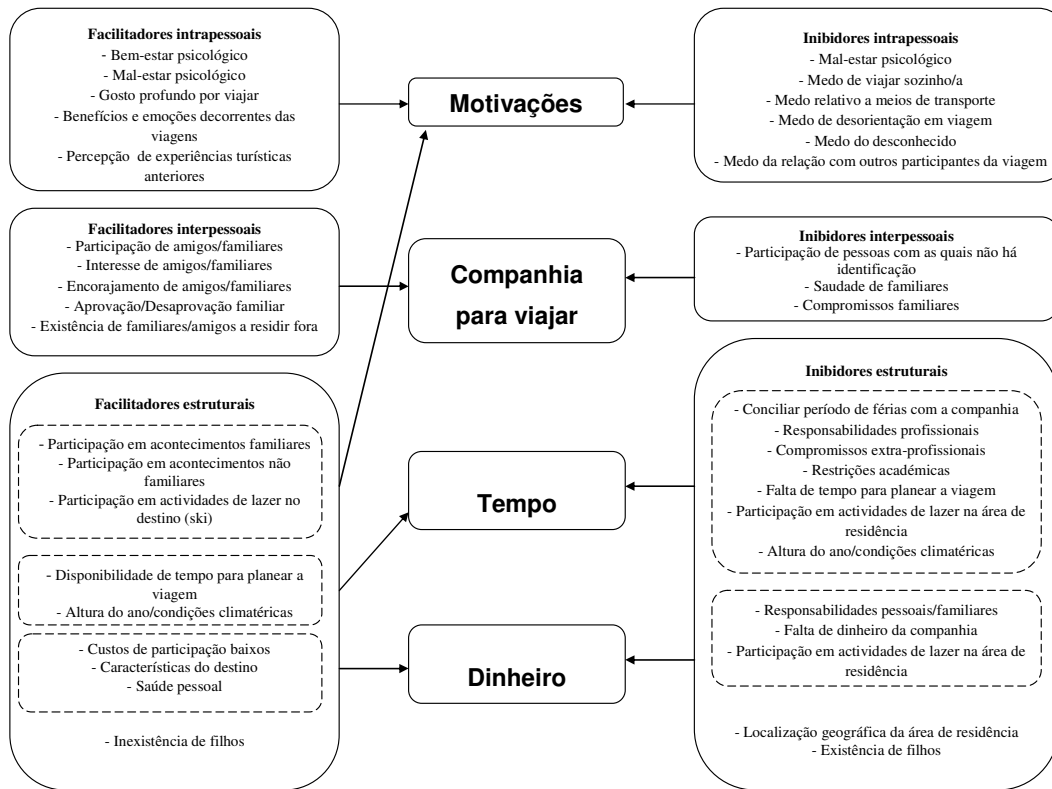
Assim, para além de despertar nos indivíduos o sentimento de gozo da vida (Hutchinson e Kleiber, 2005) e a vontade de fortalecer laços com familiares e amigos (Calhoun e Tedeschi, 2001; Tedeschi e Calhoun, 1995; Updegraff e Taylor, 2000; Wortman e Silver, 1987; citados por Hutchinson e Kleiber, 2005), benefício também referido pelo entrevistado H3, a morte de um ente próximo suscita ainda a vontade de viajar para ir ao encontro das raízes pessoais e familiares.

#### **6.4.5 Conclusões Preliminares**

A análise das entrevistas evidencia que a decisão primária de viajar deriva da ponderação de quatro factores principais: motivação (facilitador intrapessoal); companhia para viajar (facilitador/inibidor interpessoal); tempo e dinheiro (limitadores estruturais).

Estes factores interagem entre si e são simultaneamente influenciados por outros factores, conforme sumaria a Figura 6.33.

**Figura 6.33- Facilitadores e Inibidores da Decisão de Participação em Viagens de Lazer em Contexto Turístico no Sotavento Algarvio**



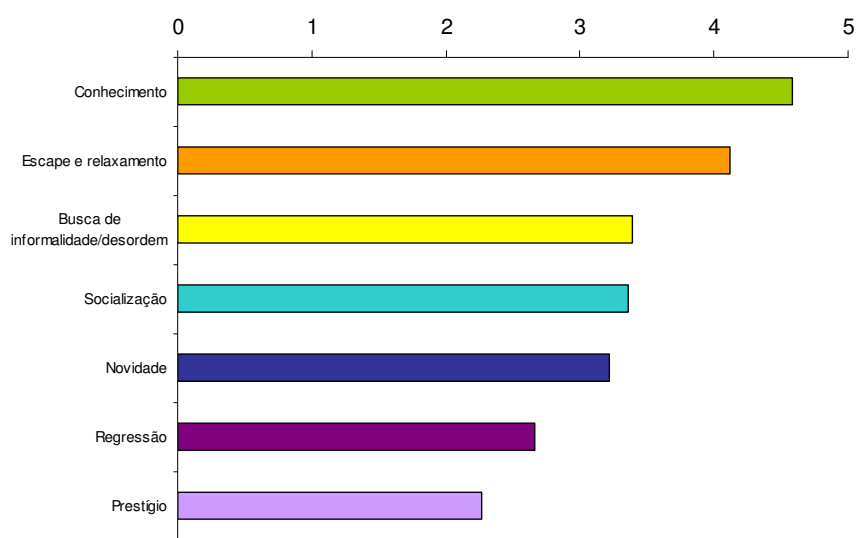
Fonte: Elaboração própria.

## 6.5 – Análise do Inquérito

### 6.5.1 Motivações

As 49 afirmações da secção cinco do inquérito foram agrupadas em sete tipos de motivações, de acordo com a revisão de literatura. A Figura 6.34 apresenta o valor médio atribuído a cada uma das motivações; sendo o cinco o concordo totalmente e o um o discordo totalmente.

**Figura 6.34 – As Motivações dos 48 Inquiridos**



Escala: 1 - Discordo totalmente; 2 – Discordo em parte; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo em parte; 5 – Concordo totalmente

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se pela Figura 6.34 que as motivações de primeira linha, ou seja, aquelas com as quais os inquiridos mais concordam são a motivação “Conhecimento” e “Escape e relaxamento”; o que corrobora os resultados das entrevistas longas.

Inversamente, a motivação “Regressão” e sobretudo a razão “Prestígio” são as menos sentidas.

### 6.5.2 Facilitadores e Inibidores

De acordo com os factores encontrados na análise às entrevistas longas como sendo os mais relevantes para os jovens residentes no Sotavento algarvio e que participam em viagens de lazer em contexto turístico, e anteriormente expostos na Figura 6.13, o estudo da segunda parte do inquérito realizado - “Facilitadores versus Inibidores” - incidiu em 17 dos 93 factores constantes do questionário.

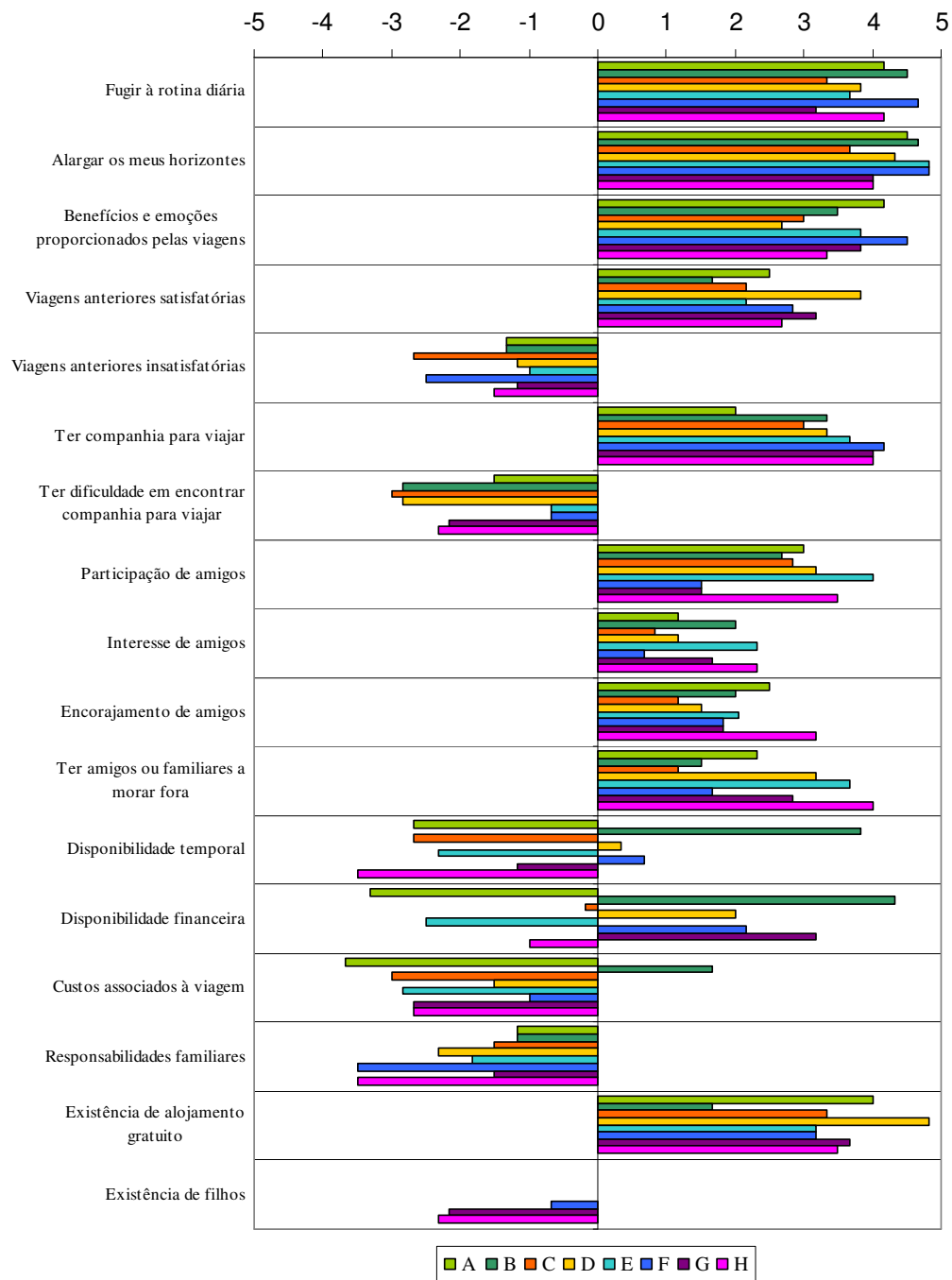
A Figura 6.35 sumaria os resultados encontrados para os factores examinados a partir do programa SPSS, e com recurso à análise descritiva. Pela observação da Figura 6.35 verifica-se que:

1. As motivações são percebidas por todos os perfis como sendo facilitadores da decisão de participar em viagens de lazer em contexto turístico; o que corrobora os resultados das entrevistas longas.

Em termos globais, os factores “Fugir à rotina diária” (Escape e relaxamento) e “Alargar os meus horizontes” (Conhecimento) são percebidos por 45,8% e 62,5%, dos inquiridos, respectivamente, como “facilita muito”. Também o factor “Viver experiências e aventuras novas” (Busca de Novidade) é percebido como facilitador, sendo que para 52% da amostra este factor facilita mesmo muito a sua decisão. Os factores socialização e busca de informalidade/desordem são também encarados como sendo facilitadores por 76% e 60,3% dos inquiridos, respectivamente.

2. Relativamente às experiências turísticas anteriores, os indivíduos percebem as viagens satisfatórias como facilitadores, bem como os benefícios e emoções decorrentes das viagens; e inversamente, consideram as viagens insatisfatórias como inibidores, ainda que 23,45% dos inquiridos considere que este factor “não restringe” a sua decisão.

**Figura 6.35 – Média dos Factores Analisados, por Perfil**



Escala: -5 Restringe totalmente; 0 Não se aplica; 5 Facilita muito

Fonte: Elaboração própria.

3. A existência de companhia para viajar é também um facilitador da decisão, sobretudo para os perfis E-H. Para 87,6% dos inquiridos este factor facilita, sendo que para mais de metade (58,3%) “facilita muito”.

4. Inversamente, o ter dificuldade em encontrar companhia para viajar, ou seja, a falta de companhia, é um factor percebido em todos os perfis como sendo um inibidor; o que está em concordância com os resultados das entrevistas longas.

Em termos globais, 50% dos inquiridos considera que este factor o restringe (14,6% “restringe totalmente”, 12,5% “restringe parcialmente”, 20,8% “restringe” e 2,1% “restringe pouco”).

5. A participação, o interesse, e o encorajamento de amigos, assim como o ter amigos ou familiares a residir fora (factores interpessoais) são também aspectos percebidos como facilitadores por todos os perfis.

6. A disponibilidade temporal é um factor mais inibidor que facilitador, ainda que nos perfis B, D e F o factor penda para o lado dos facilitadores; há que ressaltar, no entanto, que esta tendência tem apenas expressividade no caso do perfil B, uma vez que a média dos perfis D e F é de 0,33% e 0,67%, respectivamente, estando portanto o factor mais perto do “não se aplica” ou do “não facilita” do que do “facilita”.

Numa perspectiva global, 62,5% dos inquiridos consideram a disponibilidade temporal como um factor que restringe (18,8% “restringe totalmente”, 14,6% “restringe parcialmente”, 20,8% “restringe” e 8,3% “restringe pouco”) a sua decisão de viajar; o que permite concluir que o factor tempo é percebido como inibidor da decisão.

7. Relativamente ao factor “disponibilidade financeira” a observação da Figura 6.34 não é conclusiva. Os perfis A, C, E e H consideram tendencialmente a disponibilidade financeira como um factor que inibe as suas decisões; enquanto que os perfis B, D, F e G o percebem como um facilitador; tendo, no entanto, o factor

maior peso como facilitador do que como inibidor (55,8% da amostra). De facto, se atendermos, à tendência global dos 48 inquiridos, a maior parte (35%) considera que a disponibilidade financeira “facilita muito” a sua decisão; 10,4% que “facilita” ou “facilita em parte”; enquanto que os restantes 43,8% encaram o factor como um inibidor. Assim sendo, infere-se que em nenhum dos casos o orçamento surge como um proibidor, o que também vai de encontro ao sugerido nas entrevistas longas.

8. É pertinente observar, no entanto, que outros factores estruturais associados ao dinheiro são claramente percepcionados como inibidores, tal é o caso dos custos de participação associados às viagens e das responsabilidades familiares (tais como ter contraído empréstimos bancários). Para 83,3% dos indivíduos os custos de participação são inibidores; e para 100% dos inquiridos, as responsabilidades familiares restringem ou pelo menos não se aplicam ou não facilitam, não existindo uma única resposta no lado dos facilitadores.

9. A existência de filhos é percepcionada como um inibidor, ainda que só considerada pelos perfis F<sup>17</sup>, G e H.

O inquérito considerava ainda mais três factores associados às crianças, sendo que os “compromissos com a educação dos filhos” e o “medo relativamente ao comportamento dos filhos” são percepcionados como elementos que restringem a decisão; enquanto que o terceiro factor “desejo de educar os filhos através das viagens de lazer” tem um pendor claramente de facilitador, não existindo nenhuma resposta no lado do “restringe”.

---

<sup>17</sup> Ainda que no perfil F os indivíduos não tenham filhos este factor fora já verbalizado também por duas das entrevistadas neste perfil.

## **CAPÍTULO VII. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS DE TRABALHO FUTURO**

## 7.1 Principais Conclusões

Os resultados deste estudo permitem validar todos os pressupostos de investigação delineados, o que significa que a decisão de participar em viagens de lazer em contexto turístico resulta da interacção de múltiplos factores (*cf.* pressuposto de investigação 8), que emergem e interagem de acordo com o microsistema (*cf.* pressuposto de investigação 1), o macrosistema (*cf.* pressuposto de investigação 2) e a história pessoal dos indivíduos (*cf.* pressuposto de investigação 4).

A análise dos dados recolhidos no âmbito da presente investigação sugere que para a decisão primária de viajar<sup>18</sup> concorrem essencialmente factores intrínsecos; tendo sido identificados quatro factores principais - motivação (facilitador intrapessoal), companhia para viajar (facilitador/inibidor interpessoal), tempo e dinheiro (inibidores estruturais) - que interagem entre si no momento da tomada de decisão. Estes quatro factores são verbalizados pelos entrevistados de forma directa e consciente, sendo aqueles que mais se evidenciam nas transcrições.

Para além dos quatro principais facilitadores/inibidores identificaram-se, conforme Figura 6.33, mais 39 factores (10 intrapessoais, 12 interpessoais e 17 estruturais) que se relacionam entre si e determinam qual a decisão dos indivíduos relativamente à questão do viajar, ou não viajar. O que se sugere é que estes são factores indirectos, ou seja, que influenciam de forma menos intensa a decisão, mas que ainda assim, interagem com os quatro principais factores, influenciando o tipo de interferência, positiva (facilitador) ou negativa (inibidor), que a motivação, a companhia, o tempo e o dinheiro assumem no momento da decisão.

O facto de se terem encontrado quatro factores centrais corrobora a conclusão de Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006), que constituía o oitavo pressuposto de

---

<sup>18</sup> A análise sugere ainda que depois da tomada de decisão relativa à participação, são então os factores extrínsecos, associados por exemplo às variáveis de marketing, que actuam como factores permissivos, e influenciam a decisão turística, sobretudo a relativa à escolha do destino a visitar.

investigação deste estudo, e segundo a qual a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico resulta da interacção de múltiplos factores, pois que nenhuma condição é determinante ou suficiente para explicar as decisões dos indivíduos. Woodside, Caldwell e Spurr (2005, 2006) sugeriam a existência de três a seis factores fundamentais para a decisão de viajar; o que também está em concordância com os resultados encontrados neste estudo.

A forma como os indivíduos ponderam e percebem os diferentes factores de decisão turística é determinada pela sua “onda histórico causal”, conforme já evidenciado na apresentação dos oito casos chave; pelo que se torna claro que os facilitadores e os inibidores são percebidos de forma diferente em estádios de vida familiar distintos (*cf.* pressuposto de investigação 3).

Relativamente aos pressupostos de investigação associadas à influência da história pessoal (4-7), que mereceram especial atenção, conclui-se que:

- Os Indivíduos que viajavam habitualmente com os pais na infância e adolescência, ou por influência destes, apresentam tendencialmente um *continuum* nas suas viagens (*cf.* pressuposto de investigação 6), enfatizam mais o gosto por viajar e estão mais propensos a decisões mais automáticas<sup>19</sup> que planeadas (*cf.* Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006).

De facto, verifica-se que os indivíduos que viajavam habitualmente com os pais na infância e adolescência, e que apresentam por isso maior número total de viagens (perfis A, C, E e G), expressam mais a existência de um profundo gosto por viajar, em comparação com as pessoas que não o faziam (perfis B, D, F e H), e isso implica que para muitos destes entrevistados o viajar seja uma necessidade quase básica e uma

---

<sup>19</sup> Veja-se a descrição do caso C5, no subponto 6.4.4.3.

prioridade nas suas vidas. O turismo pode ser considerado neste caso uma actividade essencial (*cf.* Bronfenbrenner, 1979) ao indivíduo e já não apenas um acto pontual.

Os indivíduos com maior experiência turística estão altamente motivados a viajar; e apresentam, por outro lado, tendencialmente uma maior predisposição para experimentar destinos geográfica e culturalmente mais distantes e essa predisposição influencia largamente a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico; o que está também de acordo com Pearce e Lee (2005).

De referir, no entanto, que o facto dos indivíduos não terem viajado habitualmente na infância e adolescência com os seus pais, ou sob sua influência, não é um factor limitativo da participação actualmente, por oposição ao sugerido por Grant (2001, *op. cit.* McGuire e Norman, 2005). Esta conclusão é tanto mais evidente quanto os resultados da presente investigação permitem suportar a ideia da existência de um padrão de carreira turística, “*travel career pattern*”, conforme sugestão de Pearce e Lee (2005). No caso dos indivíduos solteiros é a motivação conhecimento a principal impulsionadora das viagens; enquanto que para os casais as motivações de escape e relaxamento e socialização assumem também uma importância crescente, independentemente dos indivíduos terem viajado ou não com os seus pais na infância e adolescência.

Denotam-se, no entanto, algumas dissemelhanças ao nível da intensidade do factor motivação e na escolha dos destinos, sendo os indivíduos com mais experiência turística mais ousados que os dos perfis B, D, F e H em geral.

- A percepção que os indivíduos têm das suas viagens anteriores, após avaliação das mesmas, é um importante factor de ponderação da decisão de viajar, sendo que a existência de experiências turísticas anteriores satisfatórias resulta num

claro facilitador, enquanto que a percepção de experiências turísticas insatisfatórias não funciona em geral como um inibidor da decisão.

- A formação académica dos indivíduos é um facto relevante e com repercussões ao nível das decisões turísticas actuais (*cf.* pressuposto de investigação 4).

Atente-se no caso G6 que permite de uma forma clara elucidar acerca do papel que a formação individual de cada um pode exercer como impulsionador da decisão de viajar. Outros casos, nomeadamente descritos por indivíduos que não viajavam na infância e adolescência e o começam a fazer durante a Universidade, realçam a importância do percurso de vida pessoal como elemento de enquadramento dos factores de decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico. Pela interacção com o meio universitário e com colegas que viajam, os indivíduos são impelidos a também participar, muitas vezes por uma questão de integração social.

Uma outra conclusão proeminente e afim, que mostra a importância do carácter socializante do turismo, ressalta dos resultados do presente estudo: o facto da decisão primária de viajar ser uma resolução mais agregada do que individual.

A maior parte dos entrevistados entendem o turismo como uma actividade social, que implica partilha de experiências e emoções; e, em geral, os indivíduos não gostam de viajar sozinhos. Nesse sentido, o factor interpessoal companhia para viajar assume particular relevo no momento da decisão. A existência de companhia é um claro facilitador; enquanto que a falta de alguém com quem viajar é em geral um inibidor, sendo que para os indivíduos com menos experiência turística (*cf.* caso D1) e ou que vivem em família (*cf.* casos E2, F2, G6 e H3), este factor pode mesmo ser proibitivo do viajar. Esta conclusão está em conformidade com Samdahl e Jekubovich (1997), para quem as relações sociais são dos factos mais influentes em termos de contextualização da decisão de participar em actividades de lazer.

A companhia para viajar tem, por outro lado, claras implicações ao nível dos factores estruturais tempo e dinheiro; o que salienta a importância dos factores interpessoais na tomada de decisões em turismo.

Sugere-se então que a decisão de participação em viagens não depende apenas e em primeiro lugar dos factores estruturais tempo e dinheiro, os mais referidos na literatura.

Ainda que os resultados desta investigação sejam concordantes com a teoria microeconómica, no sentido em que o tempo e o dinheiro são factores percebidos mais como inibidores do que como facilitadores da decisão, o certo é que se salienta das entrevistas o facto destes factores serem meros limitadores e não proibidores do viajar.

Relativamente ao tempo, os indivíduos sabem que estão restringidos pela lei laboral portuguesa, mas tentam aproveitar os seus dias de férias ao máximo; quanto ao dinheiro, custos de participação mais baixos e o facto dos indivíduos começarem a definir estratégias anuais para incorporarem as viagens nos seus cabazes de compras, faz com que este factor seja, em geral, menos enfatizado do que o inibidor tempo, começando mesmo a ser desvalorizado o peso deste factor na decisão de viajar. Os indivíduos começam cada vez mais a poupar mensalmente para as suas viagens de férias e ou a usarem integralmente os seus subsídios de férias com essa finalidade.

De referir ainda que se o microsistema e o macrosistema influenciam de forma directa o tempo e o dinheiro, no caso da história pessoal não se evidenciam quaisquer relações entre diferentes percursos pessoais, nomeadamente diferentes tipos de carreira turística, e a percepção que os indivíduos têm destes factores estruturais. A diferenciação resulta maioritariamente de factos micro-sistémicos, associados às condições laborais e de habitação dos indivíduos.

Assim, e de um modo geral, este trabalho pensa-se que contribui para:

- Demonstrar a aplicabilidade da Teoria Ecológica dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1979, 1992) como quadro conceptual apropriado ao estudo do contexto no qual os indivíduos tomam as suas decisões turísticas; e evidenciar também, por outro lado, a utilidade do conceito de “onda histórico causal” (Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat, 2006) como enquadramento teórico de análise do comportamento do consumidor na área do turismo;
- Mostrar que a decisão primária de viajar decorre da interacção entre quatro factores principais: a motivação, a companhia para viajar, o tempo e o dinheiro; essencialmente de ordem intrínseca;
- Salientar a relevância dos factores interpessoais, nomeadamente a questão da companhia para viajar, para a decisão turística; sugere-se então que não são só o tempo e o dinheiro os principais inibidores do turismo, mas também o é a falta de companhia para viajar;
- Evidenciar que a decisão de viajar é uma resolução mais agregada do que individual, o que resulta em boa parte da importância que o factor companhia para viajar reveste no momento da decisão;
- Comprovar que na decisão de participação turística influem tanto inibidores como facilitadores;
- Aprofundar o conhecimento em torno dos factores de decisão dos jovens que realizam viagens de lazer em contexto turístico, mais ou menos frequentes;
- Mostrar a importância das metodologias qualitativas para o estudo do comportamento do consumidor.

### **Limitações e Sugestões para Investigações Futuras**

Sendo a presente dissertação fruto do primeiro estudo desenvolvido em Portugal no sentido de explorar a decisão de participação em viagens de lazer em contexto turístico sob uma perspectiva ecológica, existe, desde logo, a necessidade de se validarem os resultados obtidos, mediante a realização de análises análogas e ou afins em outras regiões do território nacional e junto de outros segmentos etários da população.

A extensão da pesquisa a outras áreas geográficas suprimiria a limitação resultante da dimensão da amostra, circunscrita a um número reduzido de respondentes e a uma zona geográfica bem delimitada.

Como forma de revalidar os resultados encontrados propõe-se também a realização de uma segunda ronda de recolha de dados junto dos mesmos respondentes, seguida de uma auditoria externa (“*cohort audit*” *cf.* Woodside, 2004). A auditoria externa consiste em expor as conclusões a cada um dos respondentes e fazer com eles uma análise conjunta dos seus resultados, afim de confirmar as interpretações do investigador.

Em termos práticos, e assente numa perspectiva ecológica, a presente investigação apostou numa abordagem holística de estudo e análise de casos e perfis independentes entre si. Nesse sentido, se por um lado, se tentou aprofundar um dos eixos de investigação futura propostos por Woodside, Krauss, Caldwell e Chebat (2006), que se centrara prioritariamente nos contextos presentes, micro e macrosistémicos, dos indivíduos, e se tentou explorar também a história pessoal de cada respondente, o certo é que o presente estudo acabou por não ser ainda conclusivo, na análise final, sobre a influência dos aspectos culturais que enquadram a decisão de viajar.

A investigação acabou assim por privilegiar a questão da carreira turística (história pessoal), das condições profissionais e de habitação (microsistema) e do ciclo familiar de vida (macrosistema) dos respondentes como factos determinantes e dos quais

emergem os factores ponderados na decisão, centrando-se mais no indivíduo e menos nas características dos destinos, uma vez que se pretendia explorar apenas a decisão primária de viajar.

Esta situação é em parte uma limitação inerente ao presente estudo, mas constitui também e simultaneamente, uma interessante linha de investigação. Analisar a cultura e ou subcultura, com a qual o indivíduo interage e ou interagiu, e o seu impacte na emergência dos factores associados à decisão de viajar, à escolha de destinos e aos comportamentos turísticos, é um interessante tópico de investigação futura; em linha com a perspectiva desenvolvida por Woodside, Crofts e Harril (2007).

Há ainda a ressaltar o facto da análise interpretativa realizada indiciar a existência de factores (nomeadamente a motivação e a companhia para viajar) com mais poder de influência que outros, ou seja, factores que são sentidos de forma mais intensa e que são por isso mais determinantes que outros. Esta conclusão carece também de validação empírica, o que constitui mais uma sugestão de investigação futura.

Apesar das limitações inerentes a um estudo desta natureza, a presente dissertação apresenta conclusões que podem suportar futuras investigações no âmbito da análise do comportamento turístico em Portugal, tais como:

- Estudar outros segmentos etários da população do Sotavento algarvio e aferir se os factores ponderados são idênticos, ou distintos, dos enfatizados pelos jovens respondentes deste estudo;
- Analisar o mesmo segmento etário, mas noutras regiões nacionais. Esta linha pode ter dois objectivos complementares:
  - Por um lado, compreenderem-se as semelhanças e ou diferenças na ponderação dos factores;

- Por outro, aferir acerca da influência cultural e ou subcultural de cada região na emergência de diferentes decisões, preferências, escolhas e comportamentos turísticos.
- Explorar mais detalhadamente, através da realização de um inquérito representativo da população, a relação entre a carreira turística dos indivíduos e os diferentes factores ponderados, afim de validar as conclusões encontradas na presente investigação relativamente a este tópico;
- Estender o âmbito da análise à decisão secundária de viajar e avaliar a influência dos atributos dos destinos no momento da decisão.

Em suma, a análise que não foi possível desenvolver pela escassez de tempo, que neste caso funcionou como um proibidor do aprofundamento de matérias, numa área onde a riqueza de questões não se compadece com inibidores, funciona, no entanto, simultaneamente como um facilitador para o desenvolvimento de novas pesquisas, que permitam explorar a vasta riqueza inerente aos comportamentos humanos e contribuir para melhor compreender o turista.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Alexandris, K. e B. Carroll (1997) An Analysis of Leisure Constraints Based on Different Recreational Sport Participation Levels: Results from a Study in Greece, *Leisure Sciences*, 19, 1, 1-15.
- Allen, D. E. (2002) Toward a Theory of Consumer Choice as Sociohistorically Shaped Practical Experience: The Fits-Like-A-Glove (FLAG) Framework, *Journal of Consumer Research*, 28, 515-532.
- Berk, L. E. (2000) *Child Development*, quinta edição, Boston, Allyn and Bacon.
- Bialeschki, M. D. (2005) Fear of Violence: Contested Constraints by Women in Outdoor Recreation Activities, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 103-114.
- Blazey, M. (1987) The Difference Between Participants and Non-participants in a Senior Travel Programme, *Journal of Travel Research*, 26, 1, 7-12.
- Blazey, M. (1992) Travel and Retirement Status, *Annals of Tourism Research*, 19, 771-783.
- Bronfenbrenner, U. (1979) *The Ecology of Human Development – Experiments by Nature and Design*, Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1992) Ecological Systems Theory, in Vasta, R. (ed.), *Six Theories of Child Development: Revised Formulations and Current Ideas*, Londres, Jessica Kingsely Pub., 187-249.
- Caldwell, L. e C. Baldwin (2005) A developmental approach to understanding constrains to adolescent leisure, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 75-88.
- Caldwell, L. e N. Darling (1999) Leisure context, parental control, and resistance to peer pressure as predictors of adolescent partying and substance use: an ecological perspective, *Journal of Leisure Research*, 31, 1, 57-78.

- Chick, G. e E. Dong (2005) Cultural Constraints on Leisure, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 169-183.
- Cooper, C., J. Fletcher, S. Wanhill e D. Gilbert (2001) *Turismo - Princípios e práticas*, segunda edição, Porto Alegre, Bookman.
- Correia, A. (2000) *A Procura Turística no Algarve*, Tese de Doutoramento não publicada, Faculdade de Economia, Universidade do Algarve.
- Correia, A. e G. Crouch (2004) A Study of Tourist Decision Processes: Algarve, Portugal, in Crouch, G., R. Perdue, H. Timmermans e M. Uysal (eds.), *Consumer Psychology of Tourism, Hospitality and Leisure*, 3, Oxon, Reino Unido, CABI Publishing, 121-134.
- Correia, A. e A. Pimpão (2007) Tourists' Behaviour in Exotic Places: A structural and categorical model for Portuguese tourists, in Woodside, A. G., R. Harrill e J. Crotts (eds.), *Advances in Culture, Tourism and Hospitality Research*, 2, em impressão.
- Correia, A., P. O. Valle e C. Moço (2007) Why people travel to exotic places, *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, 1, 1, 45-61.
- Crawford, D. W. e G. Godbey (1987) Reconceptualizing barriers to family leisure, *Leisure Sciences*, 9, 119-127.
- Crawford, D. W., E. L. Jackson e G. Godbey (1991) A Hierarchical Model of Leisure Constraints, *Leisure Sciences*, 13, 496-512.
- Crompton, J. L. (1977) *A Systems Model of Tourist's Destination Selection Process with Particular Reference to the Role of Image and Perceived Constraints*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidade do Texas
- Crompton, J. L. (1979) Motivations for Pleasure Vacations, *Annals of Tourism Research*, 6, 408-424.

- Cunha, L. (2000) *Economia e Política do Turismo*, Portugal, McGraw-Hill.
- Cunha, L., M. H. Antunes, P. A. Teixeira e A. S. Pina (2005) *Projecto MotivTur*, Relatório final não publicado, Universidade Lusófona e Ministério do Turismo.
- Daniels, M., E. Rodgers e B. Wiggins (2005) «Travel Tales»: an interpretative analysis of constraints and negotiations to pleasure travel as experienced by persons with physical disabilities, *Tourism Management*, 26, 919-930.
- Dann, G. M. S. (1977) Anomie, Ego-enhancement and Tourism, *Annals of Tourism Research*, 4, 184-194.
- Dann, G. M. S. (1981) Tourist Motivation: An Appraisal, *Annals of Tourism Research*, 8, 187-219.
- Decrop, A. (1999) Triangulation in qualitative tourism research, *Tourism Management*, 20, 157-161.
- Denzin, N.K. (1978) *The Research Act: A theoretical introduction to sociological methods*, terceira edição, Nova Iorque, McGraw-Hill.
- Driver, B. L., P. J. Brown e G. L. Peterson (1991) Research on Leisure Benefits: An Introduction to This Volume, in Driver, B. L., P. J. Brown e G. L. Peterson (eds.), *Benefits of Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 3-10.
- Dubois, B. (2005) *Compreender o Consumidor*, quarta edição, Lisboa, Dom Quixote.
- Eisenhardt, K. (1989) Building Theories from Case Study Research, *The Academy of Management Review*, 14, 4, 532-550.
- Fleischer, A. e A. Pizam (2002) Tourism Constraints Among Israeli Seniors, *Annals of Tourism Research*, 29, 1, 106-123.
- Floyd, M., F. Shinew, K. McGuire e F. Noe (1994) Race, class, and leisure activity preferences: marginality and ethnicity revisited, *Journal of Leisure Research*, 26, 2, 158-173.

- Fodness, D. (1994) Measuring Tourist Motivation, *Annals of Tourism Research*, 21, 3, 555-581.
- Gilbert, D. e S. Hudson (2000) Tourism Demand Constraints: A skiing participation, *Annals of Tourism Research*, 27, 4, 906-925.
- Gillham, B. (2000) *Case Study Research Methods*, Londres, Continuum.
- Glaser, B. e A. Strauss (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Nova Iorque, Gruyter.
- Gnoth, J. (1997) Tourism Motivation and Expectation Formation, *Annals of Tourism Research*, 24, 2, 283-304.
- Godbey, G. (2005) Time as a Constraint to Leisure, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 185-200.
- Gonçalves, A. R. (2003) *A Componente Cultural do Turismo Urbano como Oferta Complementar ao "Sol e Praia"*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.
- González, A. M. e L. Belo (2002) The construct «lifestyle» in market segmentation – The behaviour of tourist consumers, *European Journal of Marketing*, 36, 1/2, 51-85.
- Goosens, C. (2000) Tourist Information and Pleasure Motivation, *Annals of Tourism Research*, 27, 3, 301-321.
- Green, E. (1998) Women doing friendship: an analysis of women's leisure as a site of identity construction, empowerment and resistance, *Leisure Studies*, 17, 2, 171-185.
- Hartmann, R. (1988) Combining Field Methods in Tourism Research, *Annals of Tourism Research*, 15, 1, 88-105.
- Haukeland, J. V. (1990) Non-travelers – The Flip Side of Motivation, *Annals of Tourism Research*, 17, 172-184.

- Hawkins, B., J. Peng, C. Hsieh e S. Eklund (1999) Leisure Constraints: A Replication and Extension of Construct Development, *Leisure Sciences*, 21, 179-192.
- Henderson, Z. P. (1995) Renewing our social fabric, *Human Ecology*, 23, 1, 16-19.
- Hirschman, E. C. (1986) Humanistic Inquiry in Marketing Research: Philosophy, Method, and Criteria, *Journal of Marketing Research*, 23, 237-249.
- Howard, D. R e J. L. Crompton (1984) Who are the consumers of public park and recreation services? An analysis of the users and non-users of three municipal leisure service organizations, *Journal of Park and Recreation Administration*, 2, 3, 33-48.
- Hsu, C. H., K. Kang e T. Lam (2006) Reference Group Influences Among Chinese Travelers, *Journal of Travel Research*, 44, 474-484.
- Huitt, W. (2003) A systems model of human behaviour – the context of development [online], disponível em URL:  
<http://chiron.valdosta.edu/whuitt/materials/sysmdlo.html>.
- Hutchinson, S. L. e D. A. Kleiber (2005) Leisure, Constraints, and Negative Life Events: Paradox and Possibilities, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 137-149.
- Instituto Nacional de Estatística (2002) *CENSOS 2001 – Resultados Definitivos Algarve*, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2004) *Anuário Estatístico da Região do Algarve – 2003*, Faro.
- Iso-Ahola, S. E. (1982) Toward a Social Psychological Theory of Tourism Motivation: A Rejoinder, *Annals of Tourism Research*, 12, 256-262.
- Instituto de Turismo de Portugal (2007) *As férias dos Portugueses 2006 - Síntese dos aspectos mais relevantes*, relatório não publicado.

- Jackson, E. (1991) Leisure Constraints/Constrained Leisure: Special Issue Introduction, *Journal of Leisure Research*, 23, 279-285.
- Jackson, E. (1993) Recognizing patterns of leisure constraints: Results from alternative analyses, *Journal of Leisure Research*, 25, 129-140.
- Jackson, E. (1997) In the eye of the beholder: A comment on Samdahl e Jekubovich (1997), "A critique of leisure constraints: Comparative analyses and understandings", *Journal of Leisure Research*, 29, 4, 458-468.
- Jackson, E. (2005) *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College.
- Jackson, E. e K. A. Henderson (1995) Gender-based analysis of leisure constraints, *Leisure Sciences*, 17, 1, 31-51.
- Kim, N. e L. Chalip (2003) Why travel to the FIFA World Cup? Effects of motives, background, interest, and constraints, *Tourism Management*, 25, 695-707.
- Korbiel, K. (2007) *The role of opinion leaders in the travel decision-making process*, resumo da comunicação apresentada no V Simpósio Bianual de Psicologia do Comportamento em Turismo, Hospitalidade e Lazer, não publicado, College of Charleston.
- Kozak, M. (2002) Comparative analysis of tourist motivations by nationality and destinations, *Tourism Management*, 23, 221-232.
- Krippendorff, K. (2004) *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*, segunda edição, California, Sage Publications, Inc.
- Lourenço, L. (2007) *José Mourinho*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade Católica Portuguesa.
- Malle, B. F. (1999) How people explain behaviour: a new theoretical framework, *Personality & Social Psychology Review*, 3, 1, 23-48.

- Mansfeld, Y. (1992) From Motivation to Actual Travel, *Annals of Tourism Research*, 19, 399-419.
- Mayo, E. J. e P. Jarvis (1985) *The Psychology of Leisure Travel*, Boston, MA: CBI Publishing.
- Mazursky, D. (1989) Past Experience and Future Tourism Decisions, *Annals of Tourism Research*, 16, 3, 333-345.
- McCracken, G. (1988) *The Long Interview*, California, Sage.
- McGuire, F. A. (1984) A Factor Analytic Study of Leisure Constraints in Advanced Adulthood, *Leisure Sciences*, 6, 313-326.
- McGuire, F. A., D. Dottavio e J. T. O'Leary (1986) Constraints to participation in outdoor recreation across the life span: A nationwide study of limitors and prohibitors, *The Gerontologist*, 26, 538-544.
- McGuire, F. e W. Norman (2005) The Role of Constraints in Successful Aging: Inhibiting or Enabling, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 89-101.
- Meschke, L. L. e R. K. Silbereisen (1998) The association of childhood play and adolescent-parent interactions with German adolescent leisure participation, *Journal of Adolescent Research*, 13, 4, 458-486.
- Mill, R. C. e A. M. Morrison (1985) *The Tourism System: An Introductory Text*, Nova Jersey, Prentice-Hall.
- Moutinho, L. (1987) Consumer Behavior in Tourism, *European Journal of Marketing*, 21, 10, 5-44.
- Norman, W. (1995) The Influence of Perceived Constraints on the Generic Travel Decision, Tese de Doutorado não publicada, Universidade de Minnesota.

- Noy, C. (2004) This Trip Really Changed Me – Backpacker's Narratives of Self-change, *Annals of Tourism Research*, 3, 1, 78-102.
- Nyaupane, G. P., D. Morais e A. Graefe (2004) Nature Tourism Constraints – A Cross-Activity Comparison, *Annals of Tourism Research*, 31, 3, 540-555.
- Oppermann, M. (1995) Travel Life Cycle, *Annals of Tourism Research*, 22, 3, 535-552.
- Pearce, P. e U. Lee (2005) Developing the Travel Career Approach to Tourist Motivation, *Journal of Travel Research*, 43, 226-237.
- Pennington-Gray, L. e D. Kerstetter (2002) Testing a Constraints Model within the Context of Nature-based Tourism, *Journal of Travel Research*, 40, 416-423.
- Phillip, S. F. (1994) Race and Tourism Choice – A Legacy of Discrimination, *Annals of Tourism Research*, 21, 3, 479-488.
- Phillip, S. F. (1998) Race and gender differences in adolescent group approval of leisure activities, *Journal of Leisure Research*, 30, 2, 214-232.
- Pinhey, T. K. e T. J. Iverson (1994) Safety Concerns of Japanese Visitors to Guam, *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 3, 2, 87-94.
- Pizam, A., G. Jeong, A. Reichel, H. Van Boemmel, J. M. Lusson, L. Steynberg, O. State-Costache, S. Volo, C. Kroesbacher, J. Kucerova e N. Montmany (2004) The Relationship between Risk-Taking, Sensation-Seeking, and the Tourist Behavior of Young Adults: A Cross-Cultural Study, *Journal of Travel Research*, 42, 251-260.
- Plog, S. C. (1974) Why Destinations Areas Rise and Fall in Popularity, *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14, 55-58.
- Powell, L. (1994) Personality and affective correlates of leisure activity participation by older people, *Journal of Leisure Research*, 26, 2, 138.
- Ragin, C. C. (1994) *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*, California, Pine Forge Press.

- Raymore, L., G. Godbey e D. W. Crawford (1994) Self-esteem, gender, and socioeconomic status: their relation to perceptions of constraint on leisure among adolescents, *Journal of Leisure Research*, 26, 99-118.
- Raymore, L. (2002) Facilitators to Leisure, *Journal of Leisure Research*, 34, 37-51.
- Reisinger, Y. e F. Mavondo (2005) Travel Anxiety and Intentions to Travel Internationally: Implications of Travel Risk Perception, *Journal of Travel Research*, 43, 212-225.
- Riley, R. W. e L. L. Love (2000) The State of Qualitative Tourism Research, *Annals of Tourism Research*, 27, 1, 164-187.
- Robertson, B. J. (1999) Leisure and Family: Perspectives of male adolescents who engage in delinquent activity as leisure, *Journal of Leisure Research*, 31, 4, 335-359.
- Robin, A., M. Souville e J. Griffet (2004) Expressed Motives for Informal and Club/Association-based Sports Participation. Findarticles [online], *Journal of Leisure Research*, 36, 1-22. Disponível em URL: [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_qa3702/is\\_200401/ai\\_n9371822](http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3702/is_200401/ai_n9371822).
- Samdahl, D. e Jekubovich, N. J. (1997) A critique of leisure constraints: Comparative analyses and understandings, *Journal of Leisure Research*, 29, 4, 430-452.
- Samuelson, P. A. e W. D. Nordhaus (2005) *Economia*, 18ª Edição, Lisboa, McGraw-Hill.
- Schrader, M. e D. Wann (1999) High-risk recreation: The relationship between participant characteristics and degree of involvement, *Journal of Sport Behaviour*, 22, 3, 426-442.
- Searle, M. S. e E. L. Jackson (1985) Socioeconomic variations in perceived barriers to recreation participation among would-be participants, *Leisure Sciences*, 2, 227-249.

- Shaw, S. M. e K. Henderson (2005) Gender analysis and leisure constraints: an uneasy alliance, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 23-34.
- Shinew, K. J. e M. F. Flyod (2005) Racial equality and constraints to leisure in the post-civil rights era: toward an alternative framework, in Jackson, E. (ed.), *Constraints to Leisure*, Pensilvânia, Venture Publishing, Inc., State College, 35-51.
- Shoemaker, S. (1989) Segmenting the U.S. Travel Market According to Benefits Realized, *Journal of Travel Research*, Winter, 8-21.
- Silva, J. A. (1991) *O Turismo em Portugal - Uma Análise de Integração Micro-Macroeconómica*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidade Técnica de Lisboa.
- Solomon, M. R. (2004) *Consumer Behavior*, New Jersey, Pearson Prentice-Hall.
- Sönmez, S. F. e A. R. Graefe (1998) Determining Future Travel Behavior from Past Travel Experience and Perceptions of Risk and Safety, *Journal of Travel Research*, 37, Novembro, 171-177.
- Stake, R. (1995) *The Art of Case Research*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Strain, L. A., C. C. Grabusic, M. S. Searle e N. Dunn (2002) Continuing and ceasing leisure activities in later life: A longitudinal study, *The Gerontologist*, 42, 217-223.
- Swarbrooke, J. e S. Horner (1999) *Consumer Behaviour in Tourism*, Oxford, Butterworth-Heinemann.
- Tian, S., J. L. Crompton e P. A. Witt (1996) Integrating Constraints and Benefits to Identify Responsive Target Markets for Museum Attractions, *Journal of Travel Research*, 35, 2, 34-45.

- Tongren, H. N. (1980) Travel plans of the over-65 market pre and postretirement, *Journal of Travel Research*, Fall, 7-11.
- Turco, D. M., N. Stumbo e J. Garncarz (1998) Tourism Constraints for People with Disabilities, *Parks & Recreation*, 33, 9, 78-84.
- Um, S. e J. Crompton (1990) Attitude Determinants in Tourism Destination Choice, *Annals of Tourism Research*, 17, 432-440.
- Um, S. e J. Crompton (1992) The Roles of Perceived Inhibitors and Facilitators in Pleasure Travel Destination Decision, *Journal of Travel Research*, 18-25.
- Wallendorf, M. e M. Brucks (1993) Introspection in Consumer Research: Implementation and Implications, *Journal of Consumer Research*, 20, 339-359.
- Woodside, A. G. (2004) Advancing From Subjective to Confirmatory Personal Introspection in Consumer Research, *Psychology & Marketing*, 21, 987-1010.
- Woodside, A. G., M. Caldwell e R. Spurr (2005) Ecological Systems in Lifestyle, Leisure, and Travel Behaviour, in March, R., e A. G. Woodside (eds.), *Tourism Behaviour: Traveller's Decisions and Actions*, CABI Publishing, 1-65.
- Woodside, A. G., R. MacDonald e M. Burford (2005) Holistic Case-based Modelling of Customers' Thinking-Doing Destination Choice, in R. March e A. G. Woodside (eds.), *Tourism Behaviour: Traveller's Decisions and Actions*, CABI Publishing, 73-111.
- Woodside, A. G. e R. L. King (2005) Qualitative Comparative Analysis of Travel and Tourism Purchase-Consumption Systems, in March, R. e A. G. Woodside (eds.), *Tourism Behaviour: Traveller's Decisions and Actions*, CABI Publishing, 66-72.
- Woodside, A. G., M. Caldwell e R. Spurr (2006) Advancing Ecological Systems Theory in Lifestyle, Leisure, and Travel Research, *Journal of Travel Research*, 44, 259-272.

- Woodside, A. G., E. Krauss, M. Caldwell e J. Chebat (2006) *Advancing Folk Theory of Behavior Explanation, Ecological Systems Theory, and the Fit-Like-a-Glove Model for Understanding Lifestyle, Leisure, and Travel Behavior*, resumo da comunicação apresentada no HEC – Montreal, não publicada.
- Woodside, A. G., J. C. Crofts e R. Harril (2007) Integrating multidisciplinary perspectives – An editorial introducing the International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research, *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, Emerald Group Publishing, 1, 1.
- Yin, R. K. (2003) *Applications of Case Study Research*, Applied Social Research Methods Series, 34, Sage Publications.
- Zimmer, Z., R. E. Brayley e M. S. Searle (1995) Wether to go and where to go: identification of important influences on senior's decision to travel, *Journal of Travel Research*, 33, 3, 3-10.